



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL

STHÊNIO DE SOUSA EVERTON

RESSONÂNCIAS DE UM PASSADO PRÓXIMO: Teresina, a cidade do #Contraoamento e os movimentos sociais em rede

TERESINA/PI  
2018

STHÊNIO DE SOUSA EVERTON

RESSONÂNCIAS DE UM PASSADO PRÓXIMO: Teresina, a cidade do #Contraoamento e os movimentos sociais em rede

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí (UFPI) com vistas à obtenção do grau de mestre em História do Brasil

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Cláudia Cristina da Silva Fontineles

TERESINA/PI

2018

FICHA CATALOGRÁFICA  
Universidade Federal do Piauí  
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras  
Serviço de Processamento Técnico

E93r    Everton, Sthênio de Sousa.  
        Ressonâncias de um passado próximo: Teresina, a cidade  
        do #Contraoamento e os movimentos sociais em rede /  
        Sthênio de Sousa Everton. – 2018.  
        159 f. : il.

        Dissertação (Mestrado em História do Brasil) –  
        Universidade Federal do Piauí, 2018.  
        Orientação: Profa. Dra. Cláudia Cristina da Silva  
        Fontineles.

        1. Movimentos Sociais - Ciberativismo. 2. Transporte  
        Público – Teresina. 3. Mobilidade Urbana. 4. Sociedade  
        Informacional. I. Título.

CDD 338.321

STHÊNIO DE SOUSA EVERTON

RESSONÂNCIAS DE UM PASSADO PRÓXIMO: Teresina, a cidade do #Contraoamento e os movimentos sociais em rede

Avaliada em: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cláudia Cristina da Silva Fontineles - UFPI  
**Presidente**

---

Prof. Dr. Marcelo de Sousa Rangel - UFOP  
**Examinador (externo)**

---

Prof. Dr. Francisco Alcides do Nascimento- UFPI  
**Examinador (interno)**

---

Prof. Dr. Marcelo de Sousa Neto - UESPI  
**Examinador (interno)**



*“Em memória de Teresinha de Jesus Everton”*

## AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a minha família pelo apoio constante nos meus estudos, especialmente a minha mãe e avó por serem meus alicerces. Agradeço aos amigos 09's pela companhia sempre amiga: Vinícius, Agostinho, Davi, Priscila, Aurora, Heitor, Gabriela. Não tenho palavras para agradecer as amigas Gigi e Samia por sempre me ajudarem em todas as etapas deste trabalho, seja com as revisões, leituras, bem como conselhos e por sempre que possível está ao lado para ajudar indistintamente. Agradeço a Viviam que sempre esteve ao meu lado nessa caminhada, me suportando em todos os momentos. Quero agradecer também aos demais amigos por proporcionar-me ambientes acolhedores, de renovação reflexiva, tão importantes nessa caminhada: Thais, Pabline, Joaquim, Diego, Josias.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, especialmente aqueles com quem eu tive o prazer de compartilhar a sala de aula, pelas reflexões despertadas e leituras, sempre necessárias para o amadurecimento acadêmico. Agradeço aos subsídios que foram me dados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sem os quais não conseguiria ter me mantido na pós-graduação. Gostaria de lembrar com afeto do Prof Francisco Alcides e a Profª Sabrina Steinke, que me acolheram no Núcleo de História Oral ao longo desses dois anos, literalmente minha segunda casa.

Quero agradecer a minha orientadora, profª Claudia Cristina da Silva Fontineles, por ser um exemplo para mim de historiadora-professora, funcionária pública e ser humano. Pelas horas de conversas recheadas de conselhos, debates, apoios, críticas e puxões de orelha. Por ter me incentivado, mesmo com o desafio de mudar de temática no meio do mestrado, a enveredar por uma nova pesquisa e todos os desafios que isso acarretou, e sempre está ao lado para me dar segurança. Sem todos vocês eu não conseguiria chegar até aqui; em cada letra desta pesquisa tem uma parte de vocês.

## RESUMO

A presente pesquisa objetiva analisar os protestos que ficaram conhecidos como #Contraoamento, que aconteceram em Teresina nos anos de 2011 e 2012. Historicamente, manifestações de rua foram elencadas na História como ápice de acontecimentos outros, não guardando na sua feitura uma importância maior. Porém, no início do século XXI, um novo ciclo de lutas globais chamou a atenção ao propor novas formas de organizações e ações populares, estabelecendo distintos contrapoderes; movimentos que foram da África à Europa, e da Ásia à América do Norte; derrubaram governos e contestaram seus regimes de vida, estabelecendo verdadeiras redes globais de contestação social. Em Teresina, capital do Piauí, milhares de jovens marcharam pelas ruas depois que a prefeitura municipal anunciou o aumento da tarifa de ônibus, causando um intenso sentimento de indignação na sua população local. Usando o espaço virtual das novas mídias de comunicação social, esses jovens não só organizaram-se num novo espaço, mas também empreenderam suas próprias narrativas a respeito dos protestos, conseguindo estabelecer uma disputa de discursos com o *establishment* da mídia local. Partimos, portanto, de um duplo movimento analítico, primeiramente buscamos analisar o contexto urbano da cidade e de seu sistema de transportes coletivos, uma vez que o aumento da tarifa foi o motivo principal dos protestos. E em segundo buscamos analisar a própria feitura do #Contraoamento enquanto acontecimento político social e cultural de uma sociedade que se professa cada vez mais global, discutindo as principais ações, tensões e estratégias utilizadas pelos manifestantes. Nesse caminho dialogamos com variadas áreas de conhecimento, elencando as discussões de Manuel Castells (2016; 2017), Antonio Negri e Michael Hardt (2014; 2015), sobre a sociedade pós-fordista, e de Otília Beatriz Fiori Arantes (2013), Antonia Jesuíta de Lima (1996), Ermínia Maricato (2013), sobre consumo e produção do espaço urbano, e Alessandro Portelli (2006), sobre a metodologia da História oral, como de suma importância na constituição da problemática. Além da discussão bibliográfica, elencamos uma série de fontes como documentos oficiais, banco de dados particulares, jornais impressos e eletrônicos, imagens, entrevistas de história oral, além das redes sociais como o *Twitter* e *Facebook*.

**PALAVRAS-CHAVE:** História. Teresina. #Contraoamento. Sociedade Informacional.

## ABSTRACT

This research aims to analyze the protests known as #Contraoamento that happened in the city of Teresina between the years of 2011 and 2012. Historically demonstrations were considered inside the History as the irrelevant peak of an another event, and as such, a element of little importance. However in the beginning of the Twentieth-First century a new cycle of international's social struggles called the attention to a new form of protest association, establishing different countervailing powers; movements happened in Africa, Asia, Europe and North America; some of them disrupted governs and formed a global network of social contestation. In Teresina, capital of the State of Piauí, thousands of young people occupied the streets after the City Council increased the bus fare, causing general indignation in the population. Using new ways of communication (social media), the youth not just created a new space, but also engaged their own narrative about the protests, being able to inaugurate a contestation of the traditional local media. We set out our research from a double analytic movement; first we tried to examine the city's urban context and their collective transport system, since that bus fare was the main purpose of the protests. After that we tried to analyze the #Contraoamento in itself, while a political event and also as a cultural occurrence that was happening in different parts of the world. As a way of achieve our objectives we had to dialogue with plentiful different areas of the knowledge, getting influences from Manuel Castells (2016; 2017), Antonio Negri, Michael Hardt (2014; 2015), Otília Beatriz Fiori Arantes (2013), Antonia Jesuíta de Lima (1996), Ermínia Maricato (2013) e Alessandro Portelli (2006). Apart from the bibliographic discussion, we pointed out a great number of primary sources such as official documents, personal databases, printed and digital newspapers, images, interviews through oral history and the main Social Medias (Twitter and Facebook).

**KEY-WORDS: History. Teresina. #Contraoamento. Informational society**

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- IMAGEM 1** – Visão panorâmica da zona norte da cidade desejada no projeto lagoas do norte.....
- IMAGEM 2** - Manifestante utilizando um aparelho *smartphone* para se comunicar com outras pessoas durante o #Contraoamento
- IMAGEM 3** – Manifestantes caminhando pela Avenida João XXIII e ao fundo fumaça de um ônibus incendiado.
- IMAGEM 4**- Tropa de choque avança sobre os manifestantes na avenida frei serafim no dia 10 de janeiro.
- IMAGEM 05** – Estudantes sendo reprimidos pela tropa de choque da Polícia Militar
- IMAGEM 06** – Jovem Teresinense relata no twitter receber incentivo da sua mãe para continuar nos protestos.
- IMAGEM 07** – Manifestantes aproveitam para lancha no asfalto da Avenida Frei Serafim.
- IMAGEM 08** – Charge no jornal O Dia
- IMAGEM 09** – Tropa de choque momentos antes de atacar um pequeno número de manifestantes
- IMAGEM 10** – Forte efetivo policial reprime os manifestantes no dia que ficou conhecido como o dia do “massacre”
- IMAGEM 11** – Perfil oficial do Fórum no twitter falando a respeito da reunião
- IMAGEM 12** – Uma manifestante tuita sobre a cobertura da imprensa sobre as manifestações
- IMAGEM 13** – Usando seu perfil nas rede sociais, jovem ironiza a pauta de um dos programa mais conhecidos na televisão piauiense.
- IMAGEM 14** – Pelo seu perfil no twitter, usuário defende os protestos
- IMAGEM 15** – Jovem fala sobre a inspiração que os protestos de Teresina tiveram em outra localidade do Brasil
- IMAGEM 16** – Usuário de rede social comenta sobre o impacto do #Contraoamento na imagem política do então prefeito Elmano Férrer

## **LISTA DE QUADROS**

**QUADRO 1** – Vilas e favelas de Teresina 1991-1993

**QUADRO 2** – Infraestrutura básica existente nas vilas/favelas

**QUADRO 3** – Município de Teresina total de habitações produzidas pela COHAB-PI na década de 1980

**QUADRO 4** – Dados das concessionárias que exploram o serviço de transporte coletivo por ônibus no aglomerado

**QUADRO 5** – Rendimento mensal (salário mínimo) e sexo em 1980

**QUADRO 6** – Evolução do valor da tarifa de ônibus em Teresina

## LISTA DE SIGLAS

AGLURB – Aglomerados Urbanos  
ANEL – Assembleia Nacional dos Estudantes Livres  
BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento  
CIP – Conselho Interministerial de Preços  
COHAB-PI – Companhia Habitacional do Piauí  
COHEBE – Companhia Hidro Elétrica da Boa Esperança  
DCE – Diretório Central dos Estudantes  
DETRAN-PI – Departamento de Trânsito do Piauí  
EBTU – Empresa Brasileira de Transportes Urbanos  
FAMCC – Federação de Associação de Moradores e Conselhos Comunitários  
FAMEPI – Federação de Associação de Moradores do Estado do Piauí  
GEIPOT – Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil  
PAC – Plano de Aceleração do crescimento  
PAIT – Plano de Ação Imediata de Tráfego  
PCdoB – Partido Comunista do Brasil  
PCO – Partido da Causa Operária  
PDDU – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano  
PDTU – Plano Diretor de Transportes Urbanos  
PMT – Prefeitura Municipal de Teresina  
PRU – Plano de Requalificação Urbana  
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira  
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados  
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade  
PT – Partido dos Trabalhadores  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
PTT – Plano de Transportes de Teresina  
RONE – Ronda de Natureza Extensiva  
SEMTRAN – Secretaria Municipal de Transportes Públicos  
SETUT – Sindicato das Empresas de Transportes Urbanos de Teresina  
SFH – Sistema de Financiamento Habitacional

SINDSERM – Sindicato dos Servidores Municipais

UBES – União Brasileira de Estudantes Secundaristas

UESPI – Universidade Estadual do Piauí

UFPI – Universidade Federal do Piauí

UMES – União Municipal dos Estudantes Secundaristas

UNE – União Nacional dos Estudantes

UJS – União dos Jovens Socialistas

I PET – Primeiro Plano Estrutural de Teresina

II PET – Segundo Plano Estrutural de Teresina

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	12
<b>1 TERESINA E A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: a construção do contexto sócio urbano do #Contraoamento</b> .....	21
<b>1.1 O rastro do #Contraoamento nas insurreições populares no século XXI</b> .....	23
<b>1.2 Teresina e a agenda 2015: o novo-velho planejamento urbano</b> .....	33
<b>2 A PÉ OU DE BICICLETA? cidade e Transporte Coletivo</b> .....	60
<b>2.1 Expansão espacial e transporte coletivo: Teresina e os primeiros planos diretores de transporte coletivo</b> .....	67
<b>3 A SOCIEDADE INFORMACIONAL E O #CONTRAOAMENTO: movimentos Sociais em Rede</b> .....	91
<b>3.1 Os dias de #Contraoamento: Teresina vai às ruas</b> .....	97
<b>3.2 Twitter, facebook e oralidade: o #Contraoamento por outra perspectiva narrativa</b> .....	107
<b>4 Considerações finais</b> .....	147
<b>Referências Bibliográficas e fontes</b> .....	152



## INDIGNADOS

*“[...] A indignação fez seu papel  
Cumpriu nas ruas a sina de nosso povo  
Lutar, resistir, vencer! E lutar de novo!*

*Se lutar por seus direitos é sinônimo de vandalismo e delinquência. Então, podem  
me chamar de vândalo.”*

**Luan Matheus**<sup>1</sup>

## Introdução

De que é feito a História? Pergunta antiga e de difícil compreensão ela persegue, a nós historiadores, desde a primeira aula ainda na escola, e nos acomete de dúvidas ainda maiores cada vez mais que mergulhamos na sua feitura ao longo da nossa formação. Porém, como precisamos de um porto seguro, nos permitiremos assegurar numa resposta possível, nem por isso mais simples, de Antoine Prost. História - ensina-nos o professor alemão - se escreve<sup>2</sup>. Portanto, trata-se de narrar acontecimentos e dele extrair significados do homem em sociedade em um dado tempo e lugar, de forma que suas informações possam ser verificadas e confrontadas também.

É dessa operação<sup>3</sup> cognitiva que se trata a presente pesquisa, que buscou exercitá-la, numa “dita” fronteira historiográfica, ainda dada por muitos, como já território de outros campos do saber. Nossa pesquisa remete ao vibrato do inacabado<sup>4</sup>, ao passado próximo que nos impele a todo o momento a dar respostas sobre seus significados. O presente como inquietude da História é, portanto, nosso campo historiográfico experimental, pois enquanto o presente é visto com desconfiança por muitos historiadores, o que propomos é uma experimentação na disciplina História.

Se para alguns, o passado distante é o lugar de pesquisa da nossa disciplina, para outros é possível falar de um passado mais próximo, desde que seja um passado de cinquenta, oitenta ou cem anos atrás, e que, na presente percepção temporal efêmera de nossas sociedades, parecem ainda mais distantes de nós. Discutir o presente não é uma mera discussão sobre a distância cronológica entre o historiador e seu objeto; submeter o presente ao crivo da operação historiográfica é analisar os fatos, momentos e situações que dialogam

<sup>1</sup> Esse fragmento de texto é parte de um poema que foi composto pelo estudante Luan Matheus. Luan foi um dos estudantes que participaram dos protestos do #ContraoAumento. Segundo o mesmo informou, ele compôs esse poema no dia 19 de setembro de 2011, poucos dias após os primeiros protestos daquele ano.

<sup>2</sup> PROST, Antoine. **Doze lições sobre a História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

<sup>3</sup> CERTEAU, Michel. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

<sup>4</sup> RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU, Agnès; Tétard, Philippe. (Orgs.). **Questões para a História do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

diretamente com o tempo do historiador que o faz e da sociedade em que vive. Nada diferente de nenhuma pesquisa comprometida com um período bem antigo.

A História do presente, e na verdade, toda e qualquer produção de conhecimento, tem como uma de suas características, a assimetria com a demanda social<sup>5</sup>, ou seja, a principal singularidade de uma História do presente não seria a ideia de estudar algo cronologicamente próximo do momento da pesquisa, mas sim de ter como objeto, algo que dialoga diretamente com o momento com que o historiador faz seu trabalho, e sua subjetividade de pesquisador.

Ocupar-se com o presente é nesse sentido adentrar feridas que nem sequer começaram a cicatrizar, é ser interpelado a todo o momento por não endossar posições de grupos e ouvir vozes que clamam por aquilo que a História não pode reparar esse não é o seu papel. Dialogar com o presente é nesses termos rever questões epistemológicas, metodológicas e deontológicas<sup>6</sup> do nosso campo historiográfico, alargando posições, reflexões, procedimentos de pesquisa e diálogos com outros campos de saber.

Sendo assim, este trabalho tem como objeto primeiro um acontecimento do tempo presente, ou se ainda estivermos presos a uma questão cronológica, a um acontecimento de um passado próximo, que ainda tem seus efeitos e desdobramentos ecoando paralelos à escrita deste trabalho. Essa constatação, sem dúvidas, poderia ser algo a nos paralisar, uma vez que não conhecendo todas as implicações do fato estudado, correríamos o erro de sermos “apressados” demais e futuramente sermos criticados ou de ter a nossa narrativa taxada como ultrapassada.

Mas, não é esse o movimento de toda a História, ou de todo conhecimento produzido? A de uma geração que avança sobre a anterior, negando-lhe o status? Muito embora uma geração seguinte só avance a partir do conhecimento gerado pela anterior, não foi esse, portanto, o temor que mais perdurou sobre essa pesquisa. É preciso dizer que escrever sobre o presente é ter a consciência de que sua escrita não é a conclusão e finalização de uma análise, pelo contrário, é o início de uma provocação. É sobre esse prisma que resolvemos nos aventurar no tempo próximo, entendendo que a conjuntura que nos constrói, também interpela a História por respostas, mesmo que estas sejam provisórias. Dessa maneira, elencamos como objeto desta pesquisa as manifestações populares que ficaram conhecidas

---

<sup>5</sup> RIOUX, 1999.

<sup>6</sup> CHAUVEAU, Agnès; Tétard, Philippe. (Orgs.). **Questões para a História do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

como o #Contraoamento<sup>7</sup> que ocorreram na cidade de Teresina, capital do estado do Piauí nos anos de 2011 e 2012.

O encontro entre historiador e objeto, aconteceu de forma inesperada no final do primeiro período do mestrado, quando a propus como forma de artigo para a avaliação da disciplina de Historia Oral. A professora da disciplina, que também é a orientadora da pesquisa, me fez provocações sobre a possibilidade de modificar a investigação e tornar a proposta daquele artigo na nossa nova pesquisa de mestrado. A provocação foi aceita e, desde então, o #Contraoamento tornou-se nosso objeto de estudo.

O estopim das manifestações foi o aumento da tarifa de ônibus decretada pela prefeitura, ação recorrente nas administrações municipais desta cidade; ainda assim, diferente de outros anos, diversos estudantes, entidades e movimentos populares marcharam pela cidade contra o aumento tarifário, e imprimiram um quadro inesperado no cenário teresinense.

Os protestos foram tão intensos num primeiro momento que, pela primeira vez na História de Teresina, um prefeito, voltou atrás na decisão de aumento da passagem, mesmo que tenha sido temporariamente. Nesse sentido, os protestos do #Contraoamento são um importante vestígio para entendermos os diversos processos que singularizaram aquelas manifestações; uma confluência de conjunturas cultural, social e política que propiciou o desenvolvimento dessas manifestações.

Os primeiros protestos aconteceram nos meses de agosto e setembro de 2011 e posteriormente em janeiro de 2012. Evento de singular repercussão, o #Contraoamento, foi uma série de intensos protestos populares contra o aumento da passagem de ônibus, que durante dias acamparam nas principais ruas da cidade. Promovendo uma intensa movimentação política e social, esses protestos levantaram importantes debates no seio da sociedade teresinense sobre o desenvolvimento urbano da cidade, elencando seu sistema de transportes coletivos como principal agenda.

Desde a década de 1970, Teresina teve um crescimento populacional vertiginoso, que foi responsável pelo aumento da área espacial, o que fez surgir praticamente outra cidade em área, com novos bairros, favelas e vilas. Dessa forma, seu crescimento, provocou a necessidade de um sistema de transportes mais complexo que acompanhasse esse crescimento. Desde o final dos anos de 1970, quando ainda vivíamos sobre a batuta da

---

<sup>7</sup> Durante os protestos os manifestantes utilizaram diversas expressões na internet para se organizarem e defenderem as manifestações, expressões como #ContraoAumentoThe, #CONTRAOAUMENTOTHE, #ContraoAumentoTHE, etc. Ficaram popular nas redes sociais. No presente trabalho escolhemos a expressão #Contraoamento por ser uma das mais simples.

ditadura civil-militar, iniciativas como a criação de um metrô<sup>8</sup> e a elaboração do primeiro Plano Diretor de Transportes para a cidade, evidenciaram que os transportes coletivos em Teresina, há muito são uma demanda social importante para a cidade. Num passado próximo, milhares de jovens decidiram sair de suas casas e protestar contra um modelo de cidade, reinstalando o debate sobre direito, produção e consumo urbano.

Se por um lado esses protestos nos remetem inevitavelmente a uma questão urbana, e nos fazem refletir sobre a cidade de Teresina, por outro lado, esses protestos não podem ser lidos como manifestações isoladas em um dado lugar e tempo. Uma das marcas dessas manifestações foi o uso da internet como campo político de atuação social. A interação do homem com a tecnologia e o impacto desta na experiência humana com o tempo e o espaço<sup>9</sup>, dessa forma, tornou-se nesse estudo um aspecto importante.

Desse modo, surgiu uma segunda questão importante para nós: de quais maneiras as características de movimentos como as manifestações do #Contraoamento configuraram-se como importantes fragmentos históricos para compreendermos a atual conjuntura das sociedades? Em sequência, outros questionamentos surgiram: Qual o impacto da interação entre as novas tecnologias de comunicação social e a construção dos chamados movimentos sociais em rede? É possível categorizar os protestos do #Contraoamento como movimentos sociais em rede, ou tratou-se de outra experiência?

Partimos então da compreensão de que o #Contraoamento foi uma série de manifestações que, apesar de possuir um recorte espacial delimitado – a cidade de Teresina – teve intensa relação com o ciclo de lutas internacionais que aconteceram em 2011 por todo o mundo, e que derrubaram governos e propôs desde novos governos até novas formas de vida comunitária, dentro do paradigma da assim chamada sociedade informacional de Manuel Castells.

Desde o surgimento da internet e sua popularização, além dos mais diversos aparelhos de comunicação que continuam a surgir no mercado, como *smartphones*, *notebooks*, *tablets*, etc. as sociedades vêm transformando suas experiências com o tempo e o espaço fazendo surgir novas formas de vivências e sensibilidades que modificaram, inclusive, as formas de ação coletivas, como os protestos de rua.

Nosso desafio, portanto, encaminhou-se por dois caminhos, aparentemente desconexos, mas que nos ajudam a pensar o movimento #Contraoamento como um

---

<sup>8</sup> FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. **O recinto do elogio e da crítica**: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na História do Piauí. Teresina: EDUFPI, 2015.

<sup>9</sup> CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 17<sup>o</sup> ed. São Paulo: Paz&Terra, 2016.

acontecimento múltiplo. Apesar de termos o #Contraoamento como objeto, e, portanto, ter como delimitação temporal os anos de 2011 e 2012, foi necessário negociar com outras temporalidades. Considerando que, por um lado, essas manifestações tiveram como pauta a questão dos transportes, se fez necessário analisarmos o desenvolvimento urbano da cidade de Teresina num passado próximo, ao elencar as principais iniciativas públicas desde o final da década de 1970 e início da década de 1980, que tiveram impacto no espaço urbano, bem como o lugar da política de transportes nesse cenário, se é que existiu alguma. Por isso que nos dois primeiros capítulos é a cidade de Teresina nosso principal objeto de investigação.

Como Teresina desenvolveu-se nesse interstício? Como a população mais carente, que é a que mais depende do transporte coletivo, foi tratada pelo poder público? Quais iniciativas foram promulgadas e qual o seu impacto no cotidiano da capital piauiense? De que forma os Planos diretores de transporte coletivo impactaram no cenário urbano? Que políticas urbanas foram adotadas pelo poder público municipal de Teresina no século XXI? Que ligações podem ser vistas entre o desenvolvimento espacial da cidade e as manifestações do #Contraoamento? Foram esses os principais questionamentos que nos guiaram nos primeiros dois capítulos desta iniciativa.

Assim começamos, no primeiro capítulo, a apresentar um cenário possível da cidade de Teresina na contemporaneidade, problematizando as principais políticas e ações do poder público local, e seu papel na construção de um contexto urbano de intensa segregação socioespacial, que por sua vez contribuiu para um cenário de serviços públicos deficitários, especialmente na área de habitação e transporte. Foram destacadas ações como o projeto Lagoas do Norte e seu papel no processo de gentrificação da cidade.

Posteriormente, no segundo capítulo, através do estudo dos primeiros planos diretores de transportes de Teresina, além da análise de periódicos, e de outros dados obtidos, buscamos refletir o desenvolvimento recente dos transportes urbanos em Teresina, quase que exclusivamente por ônibus, evidenciando pouquíssimas iniciativas públicas no sentido de aperfeiçoamento e melhora desse serviço. Entregue, desde seu surgimento, à iniciativa privada, o sistema de transportes coletivos é cotidianamente contestado pela população por uma série de fatores como, por exemplo, não atender a demanda de usuários, falta de horários estabelecidos, péssimas condições físicas, etc. Essa seção foi importante para compreendermos que a indignação que tomou as ruas no século XXI, foi resultado de décadas de descaso.

Para ajudar na compreensão destas densas questões, a discussão com alguns autores foi imprescindível. De imediato as contribuições de pesquisadores como a professora Jesuíta Lima, e seus estudos sobre a cidade de Teresina e as populações mais carentes na década de 1970 e 1980, são fundamentais para entendermos a relação do poder público com essas comunidades, além disso, seus estudos também são um importante conjunto de fontes. Outra leitura nessa área que nos ajudou na concepção da narrativa foram as considerações sobre espaço urbano de Roberto Lobato Corrêa, que traz importantes esclarecimentos sobre quem produz a cidade e seus respectivos consumidores, um verdadeiro tratado sobre direito à cidade.

Avançando sobre essa perspectiva também nos foram significativos os estudos dos pesquisadores Carlos Vainer, Ermínia Maricato e Oflia Beatriz Fiori Arantes, que se debruçam sobre o desenvolvimento urbano na contemporaneidade, principalmente a partir da década de 1990, e tecem importantes considerações sobre o chamado planejamento urbano estratégico, constelação conceitual em voga na política urbana teresinense no século XXI, como aponta os estudos de Antonio Cardoso Façanha. As contribuições sobre a relação entre o tecido urbano teresinense e a política no passado próximo, feitas pelos pesquisadores Francisco Alcides do Nascimento, Marcelo de Sousa Neto e Cláudia Cristina da Silva Fontineles também nos foram relevantes.

Por outro caminho, nos aventuramos a investigar o #Contraoamento como um fenômeno histórico capaz de guardar sutilezas que nos ajudam a pensar essa sociedade atual, a quem foi dada a missão de concretizar com seus recursos a “sociedade global”, tão professada no século XX. O século anterior, que foi nomeado por Eric Hobsbawm, como o breve século XX, onde a humanidade esteve mais próxima de destruir a si mesma<sup>10</sup>, e dentro dessa perspectiva, conceitos como estado soberano, nação, povo, diferenças culturais e étnicas foram elencadas como as noções promotoras de tamanha barbárie, portanto era necessário a sua superação. Aos poucos os avanços tecnológicos alterando nossa experiência começaram a mostrar um caminho para tal superação, criando-se posteriormente a ideia de aldeia global.

Compreendendo a virada do século XX para o século XXI como um verdadeiro reinício onde bastava começar um novo dia, em um novo século, para que fosse possível apagar traumas, esquecer diferenças e seguir “em frente” ao futuro que estava a um segundo de distância, a sociedade atual alimentou esperanças e subjugou o tempo e o espaço a uma complexidade nunca antes vista. Ainda assim, se o século XX começou de fato no seu décimo

---

<sup>10</sup> HOBBSAWM. Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

quarto ano<sup>11</sup>, o atual centenário não esperou sequer dois anos para ter seu evento-chave<sup>12</sup>. Dessa forma o século XXI e as sociedades atuais surgem como um híbrido de dois tempos, um presente que não passa<sup>13</sup> e que conjuga a um só tempo passado e futuro.

É justamente a partir da investigação da experiência das manifestações do #Contraoamento que tentamos problematizar vestígios dessa atual sociedade, onde jovens numa das menores capitais do Brasil empreenderam uma série de manifestações que mantiveram um interessante debate com o ciclo de lutas populares que varriam o mundo naquele ano. Usando as novas mídias de comunicação virtual, esses jovens realizaram uma série de ações que nos permite refletir sobre as características da sociedade que está em vias de construção.

Por último, na terceira parte, decidimos problematizar as manifestações do #Contraoamento no dia a dia trazendo à tona a multiplicidade de sujeitos e grupos que o construíram, e que empreenderam uma série de novas formas de agir que singularizaram aqueles protestos, alavancando-o ao imaginário social de Teresina, como modelo de ação coletiva. Analisamos ainda a relação do #Contraoamento com o ciclo de lutas populares que aconteciam no mundo, entendendo que, se o #Contraoamento, por uma série de razões elencadas, não pode ser visto como um movimento análogo aos que aconteceram no restante do mundo, ele que muito se alimentou dessas lutas, acabou por estabelecer novas formas de protestos em Teresina.

O protesto que surgiu de uma indignação coletiva - o aumento da passagem - e que encontrou na internet um campo de autonomia para difusão e aglomeração, transbordou nas ruas de Teresina, rejeitando líderes e construindo democracias diretas naquilo que Castells denominou de espaços de autonomia. Usando as redes sociais, constituíram narrativas paralelas a da grande imprensa e assim estabeleceram uma nova forma de contrapoder frente ao *establishment* midiático local, colocando o mundo virtual como um campo de ação política.

Nessa seção os nossos principais questionamentos giram em busca de compreender de que forma o #Contraoamento desponta como um importante vestígio para entendermos

---

<sup>11</sup> HOBBSAWM, 1995.

<sup>12</sup> Nos referimos ao impacto dos atentados terroristas de 11 de setembro em Nova York, reconhecido por nós como o primeiro grande trauma do mundo ocidental no século XXI. Nova York é considerada o coração do sistema capitalista, e o ataque terrorista num dos símbolos desse sistema foi responsável por trazer a tona muito dos medos das sociedades ocidentais.

<sup>13</sup> GUMBRECHT, Hans Ulrich. Depois de “depois de aprender com a História”, o que fazer com o passado agora? In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdei Lopes de (orgs.). **Aprender com a História: o passado e o futuro de uma questão**. Rio de Janeiro: FGV, 2011. p. 39.

nossas sociedades atuais? Qual o real papel das novas tecnologias de interação social no processo de construção do #Contraoamento? Como os manifestantes que dele participaram (re) significam esses protestos? Essas foram algumas das questões que nos guiaram na problematização dessas manifestações.

Na construção dessa parte, o diálogo estabelecido foi mais assíduo com outros autores, e seus respectivos conceitos. Partimos da premissa que a sociedade atual vive sobre o paradigma da informação, e, portanto, trabalhamos com o conceito de sociedade informacional de Castells. Outro conceito do sociólogo francês com o qual trabalhamos é o de movimentos sociais multitudinários, que mantém intensa interlocução com o conceito de multidão de Antonio Negri e Michael Hardt, para quem as ideias de povo e nação estão extremamente fora de uso para análise das sociedades atuais.

É necessário, segundo esses autores, percebermos como hoje diversos sujeitos reagrupam-se e orientam-se por outros campos da experiência humana constituindo o que eles denominam de nova classe global, a multidão, que surge em oposição contra um poder também global, a quem os filósofos chamam de Império<sup>14</sup>. Outros autores que nos ajudaram a pensar o #Contraoamento como um estilhaço desse tempo, a partir do conceito de ciberespaço, foram os professores Fábio Malini e Henrique Antoun. As compreensões sobre *infowar* e *netwar* trazidas por ambos, foram decisivas para compreendermos a relação do uso das redes sociais feitas pelos manifestantes, e as narrativas empreendidas pela mídia convencional teresinense.

Para tal empreendimento foram elencados uma série de fontes de diversas naturezas, aproveitando aquilo que é uma vantagem e ao mesmo tempo uma armadilha para os historiadores do presente, que é a profusão de fontes para consulta<sup>15</sup>. A dificuldade aqui se dá na seleção de vestígios que consideramos mais significativos para a pesquisa. Assim, os jornais foram as principais fontes consultadas na pesquisa, pois são importantes recipientes de fatos, narrativas, imagens e relatos de um dado tempo e de uma dada sociedade<sup>16</sup>. Além disso, foram empreendidas análises de fontes de instituições oficiais, como prefeitura, câmara municipal, sindicatos, além de um importante banco de dados mantidos pela iniciativa privada de empresas de ônibus.

---

<sup>14</sup> HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

<sup>15</sup> TÉTARD; CHAUVEAU, 1999.

<sup>16</sup> LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: contexto, 2015.

Outro corpo documental importante para nós foram as fontes orais, onde destacamos os relatos de dois amigos que, apesar de constituírem vidas políticas lado a lado, constituíram narrativas diferentes uma da outra. Em paralelo, também usamos as redes sociais como importantes campos de coleta de relatos dos manifestantes que participaram do #Contraoamento. Coletamos relatos, bem como imagens que, na época, foram difundidas pelos manifestantes. A partir desse corpo documental diverso operamos no sentido de cruzar as informações obtidas problematizando as narrativas que esse conjunto nos possibilita.

É nessa direção, portanto, que a presente iniciativa avança objetivando não construir determinações fixas sobre seu objeto, mas desde já como uma possibilidade historiográfica. É justamente da tentativa e da experimentação que se forja o conhecimento. Desse modo, foi a partir dessa averiguação reflexiva combinada a um diálogo com outros campos do conhecimento que surgiu a presente pesquisa.

## 1 Da esperança às redes de indignação: Mundo Contemporâneo, Teresina e a constituição do #Contraoamento

No dia vinte e sete de agosto de 2011, os principais jornais da cidade de Teresina, estampavam em suas primeiras páginas, o aumento da tarifa de ônibus cedido pelo então prefeito de Teresina, Elmano Férrer<sup>17</sup> do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Era uma manhã de sábado, e apesar de noticiar que novamente haveria protestos populares contra aquele aumento, nem o jornal, nem o então prefeito naquele momento poderiam imaginar que menos de uma semana depois, a prefeitura voltaria atrás na decisão e revogaria temporariamente o aumento. O que se passou nesses poucos dias, entre a concessão do aumento e sua revogação marcou o cenário da capital piauiense.

No dia vinte e nove, segunda-feira, o jornal O Dia, trazia timidamente a notícia de que,

Movimentos Sociais estão se mobilizando na organização de um protesto #Contraoamento da passagem de ônibus em Teresina. Através das redes sociais, manifestantes estão convocando as pessoas para se concentrarem na Avenida Frei Serafim, a partir das 9 horas de hoje (29), prometendo parar o trânsito da principal via da cidade em uma passeata. Os manifestantes seguirão até o Palácio da cidade. O fórum em Defesa do Transporte Público argumenta que o preço da passagem é abusivo e que é falso o argumento das empresas de transporte que justificam o aumento por causa dos gastos para manutenção do serviço. Até o momento do fechamento desta edição mais de 1.400 pessoas haviam confirmado presença no protesto.<sup>18</sup>

Por quatro incessantes dias, milhares de jovens marcharam pelas ruas de Teresina, e usaram a lógica de mobilidade da cidade contra ela. No lugar da velocidade dos carros, do tráfego pulsante que constrói a imagem da cidade que não para, corpos imóveis fechando ruas; no lugar da ordem, a indiferença com o poder constituído; no lugar da representação de líderes políticos, a constituição de grupos heterogêneos que diversificavam as ações e desarticulavam qualquer chance do poder público de “ganhar tempo”. No lugar do diálogo, a inflexão política. Em suma, um acontecimento que marcou o cenário local das lutas por melhorias nas condições de vida da população.

Desse modo, os protestos do #Contraoamento tiveram como principal consequência

---

<sup>17</sup> Atualmente senador da república pelo estado do Piauí, Elmano Férrer, é natural de Lavras da mangabeira, Ceará, e é graduado em engenharia agrônoma e direito, já foi Secretário de planejamento do estado do Piauí, foi eleito vice-prefeito de Teresina em 2004 e 2008, e assumiu como prefeito da cidade em 2010.

<sup>18</sup> AUMENTO...O Dia, 27 ago. 2011, p. 07.

evidenciar a situação dos transportes coletivos de Teresina, e a situação dos seus usuários, que reclamavam desde o preço cobrado, até o tempo gasto no deslocamento, as condições físicas dos ônibus e a ineficiência do sistema que não servia ao seu propósito de garantir acesso de todos os cidadãos aos espaços da cidade, e por consequência, se evidenciava que a cidade não era um direito<sup>19</sup>. Usando o aumento tarifário como estopim, a população se mostrou insatisfeita com os rumos que a cidade estava adotando em relação ao seu ordenamento físico. Reivindicou para si o direito de decidir, ao se negar a aceitar qualquer decisão que não fosse a redução imediata da tarifa.

Naquele momento a passagem sofreu um reajuste de mais de 10%, aumentando de R\$ 1,90 para R\$ 2,10. Coletivos estudantis<sup>20</sup>, Ministério público e a imprensa local, denunciavam o sentimento geral de insatisfação com mais um aumento da tarifa. Em editorial, o Jornal O Dia, um dos maiores em circulação na capital, pretendeu expressar o que para eles seria a opinião de grande parte da população local diante de mais um aumento da tarifa de ônibus:

Ainda que o Sindicato das Empresas de Transporte Urbano de Teresina (SETUT) argumente que Teresina possui a quarta menor tarifa do Brasil, [...] a sensação comum na população é que o valor cobrado pela passagem de ônibus em Teresina é bastante alto se comparado à qualidade dos serviços. Todo reajuste é precedido de envio de planilha de custos à administração municipal, com o detalhamento das acumuladas e o realinhamento anual dos preços. No entanto, essa planilha é uma incógnita para a sociedade, que não participa da análise dos custos e não pode apreciar cada item com bastante cuidado. A planilha já foi inclusive contestada judicialmente e considerada obsoleta.<sup>21</sup>

Depois disso, o jornal continuou no editorial apresentando comparações do sistema de transportes de Teresina com o de outras cidades, que segundo ele, apresentavam uma situação melhor do que o caso piauiense. Enquanto isso, pelas redes virtuais de comunicação, principalmente o *twitter* e o *facebook*, diversos jovens se mobilizavam para a realização de protestos na segunda-feira dia vinte e nove. Guiados pela experiência anterior dos protestos do #SOSUESPI<sup>22</sup>, esses jovens usaram as redes sociais como um instrumento de aglutinação

<sup>19</sup> HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

<sup>20</sup> Fórum em Defesa do Transporte Público do Piauí, UMES, UBES, ANEL, ENECOS, DCE's, Ca's,

<sup>21</sup> NOTÍCIA... **O Dia**, 27 ago. 2011, p. 06.

<sup>22</sup> Meses antes dos protestos do #Contraoamento, Teresina também foi palco de outras manifestações. Conhecidas como #SOSUESPI, essas manifestações tiveram como principal objetivo mobilizar a sociedade em defesa da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Esta foi a primeira mobilização popular que usou das redes sociais como instrumento de organização em Teresina. Segundo os manifestantes a UESPI sofria historicamente com o descaso do poder público, e apesar de ser a maior Universidade do Estado, sofria rotineiramente com a

de forças, bem como também um lugar de expressar suas opiniões, desejos, frustrações e reivindicações. Os protestos aparecem assim como uma expressão de indignação, raiva, frustração e esperança diante de um quadro histórico de aumentos tarifários e péssimas condições de transporte da cidade.

### 1.1 O rastro do #Contraoamento nas insurreições populares no século XXI

Revoltas<sup>23</sup> populares sacodem as sociedades desde a antiguidade. Muitas vezes almejando desde objetivos revolucionários, como a derrubada de um governo, até pautas mais modestas como a reivindicação de algum direito, ou a insatisfação de algum grupo social, esses acontecimentos chamam a atenção das mais diversas áreas de estudos, como a História e a Sociologia. Essas ações populares foram objeto de análises e estudos que buscavam entender de que forma essas erupções sociais se davam, e eram compreendidas no seio social.

No começo do século XX, a obra “Psicologia das Multidões” do psicólogo social francês *Gustave Le Bon*, tornou-se uma das principais referências a respeito dos estudos na sociologia moderna que versavam sobre insurgências populares, com sua análise sobre o comportamento dos sujeitos quando estavam em grupo, especialmente em protestos e revoltas. A obra de *Le Bon*, que ainda teria continuação em outros volumes, trouxe um alerta, as multidões estavam a aflorar pelas ruas, e sua força, que ora transfigurava-se em passeatas tranquilas, ora em violência e fortes revoltas, vinham para ficar, daí o título introdutório do seu livro: “a era das multidões”.

*Le Bon* defendia que os indivíduos, quando em grupo perdiam sua capacidade de ser racional, e agiam como “animais”, não se deixando abater por nenhum código moral ou regra de comportamento social<sup>24</sup>. Passado tanto tempo desde a publicação do estudo de *Le Bon*, e a construção de novos conhecimentos a respeito, essas revoltas, continuam a despertar interesse dos pesquisadores, ainda mais quando é perceptível que essas, cada vez mais no contemporâneo ganharam novo protagonismo. Alimentados historicamente por movimentos sociais, essas ações populares alteraram a própria noção do que sejam os movimentos sociais,

---

falta de estrutura física, financiamento de pesquisas, falta de professores. Para saber mais a respeito consultar: <https://www.facebook.com/SOSUespi/>.

<sup>23</sup> Revoltas são entendidas neste trabalho como levantes populares, na concepção metodológica do historiador George Rudé que entende que ações populares, ao invés de sinônimas de desordem irracional e patológica, podiam ser vistas como envolvendo um propósito social. Ele se propôs a pensá-las como parte integrante do processo social.

<sup>24</sup> LE BON, Gustave. **Psicologia das massas**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.

pois “as mobilizações coletivas ganharam escala global, caráter violento e se concentraram em bandeiras identitárias, compelindo os teóricos a rever suas interpretações”<sup>25</sup>.

No início do século XXI o mundo se viu frente a uma onda de protestos que se espalhou da costa oeste americana à capital da Coreia do Sul, de Londres, a São Paulo. Tarefa difícil tentarmos compreender como estes levantes ao redor do mundo possuem uma conectividade histórico-social entre si. O mundo contemporâneo passou por diversas mudanças que afetaram a cultura das nossas sociedades projetando resultados inesperados para muitos que se advogaram como profetas da nova ordem global. De um futuro de expectativas, logo o mundo caiu num presente melancólico.

Quando o muro que dividia o mundo caiu em 1989<sup>26</sup>, e muitos entenderam que no simbolismo daquele acontecimento as rivalidades, tensões e conflitos mundiais haviam findado<sup>27</sup>, deixando um mundo de tensões para trás, muitas promessas, projeções e comprometimentos foram feitos. O triunfo capitalista, agora na sua mais nova vertente, o neoliberalismo, que já estava em processo, desde pelo menos a década de 1970 e a crise fiscal que abalou os mercados do mundo todo, impulsionaram um novo momento nas relações socioeconômicas mundial. Desse modo, o fim do século que se aproximava prometera o que logo se viu, não seria cumprido.

A desigualdade social, espacial, geopolítica permanecera. A liberalização dos mercados e economias não cumprira a desejada desigualdade entre os países periféricos e centrais, principalmente no que concerne ao equilíbrio econômico. E a pobreza continuara a fazer suas vítimas. Vítimas da violência, da fome e da miséria. Para a juventude, a promessa foi ainda maior, seriam eles, os jovens, o “motor do futuro”, e o grupo que seria responsável por alavancar o “progresso”<sup>28</sup> das sociedades.

Considerados os mais aptos para gerir a nova revolução tecnológica, principalmente a partir do maior uso comercial da rede mundial de computadores, a internet, seriam eles, os dotados de poder para mudar a vida das sociedades, transformando o seu quadro. No entanto, da promessa de cidadãos cada vez mais autônomos, fomos convencidos a sermos meros

---

<sup>25</sup> ALONSO, Angela. As Teorias dos Movimentos Sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, 76: 49-86, 2009. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a03.pdf> >, Acesso em: 10 jan, 2018.

<sup>26</sup> O muro de Berlim que separava a Alemanha no pós-segunda guerra mundial, entre Alemanha Oriental e Alemanha Ocidental, foi destruído em 1989, reunificando a nação dividida. A cerca da sua derrubada foi construída a ideia de superação das diferenças políticas, étnicas e culturais, que marcaram o “breve século XX”. A queda foi, nesse sentido, comemorada como o triunfo da razão capitalista. Para saber mais: HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: O breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

<sup>27</sup> HOBSBAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

<sup>28</sup> Idem.

“consumidores”, e assim das sociedades das massas, veio a sociedade de “fregueses”, e em vez da afirmação dos direitos, a hegemonia do mercado.

No Brasil, coube à redemocratização política na década de 1980, o papel de canalizadora do sentimento de esperança. À nossa Constituição Federal de 1988 foi dado o apelido de constituição cidadã, encerrando nesta a tão sonhada solução para todos os nossos problemas sociais. Logo descobriríamos como afirmou José Murilo de Carvalho, que já tivemos, e ainda temos, “um longo caminho”<sup>29</sup> pela frente.

Foi mais ou menos nesse período que o processo de hegemonia do capital nas esferas econômica, cultural e social, batizado de “globalização<sup>30</sup>”, também estava a construir a narrativa pós-industrial de que os muros que separam as sociedades estavam caindo e que as diferenças estavam sendo vencidas em torno de um bem global maior. Erroneamente analistas e profetas do capital financeiro descreveram a mera quebra de barreiras comerciais, com o fim das diferenças sociais, étnicas, políticas que nos dividem.

Desse modo, o século XXI, no seu começo, já mostrou que as promessas não seriam cumpridas. A queda das torres gêmeas em Nova Iorque em Setembro de 2001<sup>31</sup>, ao atingir o centro da globalização econômica, entre outras coisas lembrava ao mundo dos sonhos, que havia uma realidade global muito mais complexa. Os muros continuavam de pé. Anos depois, em 2008<sup>32</sup>, mais uma crise do capitalismo veio assombrar as economias, e as soluções, as resistências e as lutas que se constituíram, foram diferentes das anteriores, em outros momentos de crises. Não estávamos mais na sociedade de Le Bon.

Com sua conotação terapêutica, a crise foi, durante toda a modernidade, essa coisa natural que surgia de maneira inesperada ou cíclica, impondo a necessidade de uma decisão, de uma decisão que colocaria um fim na insegurança geral da situação crítica. O final era feliz ou infeliz, segundo a

---

<sup>29</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. o longo caminho. 3ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

<sup>30</sup> HOBBSAWM, 2007.

<sup>31</sup> No dia 11 de setembro de 2001, quatro aviões comerciais foram sequestrados por extremistas islâmicos nos Estados Unidos. Um foi derrubado por caças americanos, um outro atingiu parte do quartel general do Exército americano em Washington, o Pentágono, e outros dois atingiram os prédios das torres gêmeas na cidade de Nova York, que desabaram, ocasionando a morte de quase 3 mil pessoas. Para saber mais, consultar: AGUIRRES ROJAS, Carlos Antonio. **Para compreender o século XXI**. Uma gramática de longa duração Porto Alegre: EDIPUCRS; Passo fundo: UPF, 2010.

<sup>32</sup> No ano de 2008, o mundo capitalista foi sacudido pela crise financeira mais profunda desde a quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929. Segundo alguns especialistas o evento detonador da crise, foi a negativa do banco Federal americano (FED) em socorrer um dos bancos de investimento mais importantes do mundo o *Lehman Brothers*, que após isso, faliu. Essa atitude resultou no colapso da bolha especulativa no mercado imobiliário, e desencadeou uma reação em cadeia com grande venda de ativos, e imediata falta de crédito. Para saber mais, consultar: <https://jlcereiro.wordpress.com/2011/09/13/origem-causas-e-impacto-da-crise-valor-economico-13092011/>

justeza da medicação aplicada. O momento crítico era também o momento da crítica – o breve intervalo em que se abria o debate relativo aos sintomas e à medicação. Nos dias de hoje, não resta nada disso. O remédio já não serve para pôr fim à crise. Pelo contrário, a crise é desencadeada com o objetivo de introduzir o remédio<sup>33</sup>.

Nesses termos, não é mais possível acreditar em crise como algo esporádico e não-desejado, como apenas um ponto fora da curva. Pelo contrário, a crise tornou-se cada vez mais uma condição do sistema, para que este, cada vez mais possa se reproduzir, aplicando a fórmula: desestabilizar para estabilizar. Todavia precisamos compreender que essas crises não são atravessadas por processos somente econômicos. Assim para chegarmos à produção do sentimento de indignação que eivou diversos manifestantes precisamos partir de uma perspectiva mais ampla. Trata-se, como defendem alguns filósofos como Antonio Negri, de uma crise de civilização que vem nos afetando, psicológica, afetiva e socialmente. A crise, não é puramente material, “esta catástrofe é, acima de tudo, existencial, afetiva, metafísica”<sup>34</sup>.

Foi diante desse horizonte de expectativas que logo se mostrara utópico demais, e de um presente cada vez mais melancólico, que a indignação popular ganhou força. É preciso entender que “os movimentos sociais muitas vezes são desencadeados por emoções derivadas de algum evento significativo que ajuda os manifestantes a superar o medo e desafiar os poderes constituídos apesar do perigo inerente a suas ações”<sup>35</sup>.

Foi nessa crise existencial que o sentimento da indignação floresceu e assim foi difundido pelo mundo ganhou forma, primeiramente na luta pela democracia em alguns países governados por dinastias ou ditaduras. Reconhecido na época como “primavera árabe”, essa onda de levantes populares que defendiam a mudança de regime político, iniciara-se ainda em 2010, quando no final do ano, um jovem Tunisiano, *Mohammed Bouazizi*, se autoimolou em protesto.

*Mohammed*, apesar de formado em ciências da computação, era um simples vendedor ambulante. Depois de ter seu carrinho apreendido por fiscais locais, *Mohammed* foi até a sede do poder local reclamar o seu direito de vender seus produtos, com os quais sustentava a sua família. Mais uma vez o jovem tunisiano encontrou-se com a humilhação e em revolta contra aquele estado de coisas, decidiu-se autoimolar na frente da sede do poder local. Ateando fogo em seu próprio corpo, aquele jovem fizera deste a centelha que iria

---

<sup>33</sup> COMITÊ INVISÍVEL, **Aos nossos amigos: crise e insurreição**. São Paulo: n-1 edições, 2016, p. 25.

<sup>34</sup> COMITÊ INVISÍVEL, 2016, p. 33.

<sup>35</sup> CASTELLS, 2016, p. 189-190.

começar o “incêndio”. Em poucos dias, o governo central da Tunísia foi deposto, frente a indignação das ruas <sup>36</sup>.

Dali por diante os protestos seguiram e se espalharam por diversos países árabes onde os manifestantes, utilizaram-se das redes sociais como ferramenta de organização e mobilização. Porém à medida que essas insurreições depuseram seus governantes, criou-se um vácuo no poder institucional que não fora preenchido pela esperada democracia, e conflitos constantes permaneceram nesses países. Logo adiante se veria que a primavera rapidamente evoluíra para um inverno. Como último epicentro desse inverno que se quis primavera, a Síria, hoje, é um país mergulhado em guerra civil desde 2011, quando os protestos viraram rebeliões armadas. O conflito iniciado com a tentativa de derrubar o chefe do poder, *Bashar al-Assad*, mergulharam o país numa carnificina que ainda hoje perdura<sup>37</sup>.

Desses movimentos nos países árabes a indignação se espalhou para coração do ocidente quando, a Europa e os Estados Unidos vivenciaram levantes que, impuseram no imaginário político a possibilidade de mudanças estruturais reais. Dos “*Indignados*” na Praça de Madri, aos acampamentos em *Wall Street*, os acampamentos e protestos espalharam-se exigindo mudanças reais nas formas de governo, contra a austeridade econômica e social. Apesar das distâncias, muitas características aproximavam esses movimentos. Por mais que cada um tenha tido sua respectiva pauta, eles compartilhavam solidariedades, estratégias e resistências de forma global. Daí a importância das novas tecnologias de comunicação na configuração desses protestos.

De certo, o que sabemos é que naqueles momentos, transbordou um sentimento compartilhado coletivamente, a indignação. Foi esse sentimento, que geralmente surge diante de uma injustiça, o fio condutor que nos ajuda a entender a reunião de desejos e esperanças que perfilaram nas ruas de várias cidades mundo afora, em “barricadas” contra o poder hegemônico, exigindo mudanças. Poder este, que na sua vertente mais tétrica, vestiu-se de violência institucionalizada.

Para tentarmos construir o contexto que nos ajude a compreender as manifestações que atingiram Teresina nos anos de 2011 e 2012, partiremos então de dois fenômenos importantes desse passado próximo. Primeiro, a onda de protestos que derrubou governos na Tunísia, Egito, etc. e que contestou a própria ordem financeira do capitalismo em países

---

<sup>36</sup> NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. **Declaração** – Isto não é um manifesto. São Paulo: n-1 edições, 2014.

<sup>37</sup> Ainda em processo, a guerra civil da Síria, apresenta diversos fatores que explicam tal quadro de extrema violência, portanto, não é nosso objetivo culpar os protestos pela escalada de tanta brutalidade, apenas lembrar que os protestos foi o princípio de tal conflito.

centrais da Europa e América do Norte, e posteriormente a configuração de uma sociedade cada vez mais influenciada pelas novas tecnologias, que ao mesmo tempo são modeladas pelas sociedades, também modelam estas. Desse modo, partimos de imediato de uma constatação: o #Contraoamento é fruto tanto de um contexto local, quanto de um contexto global, mas ao contrário dos manuais de História, iremos do global para o local.

Apesar de não classificarmos esses acontecimentos como movimentos sociais “clássicos”<sup>38</sup>, entendemos que a partir da análise destes, podemos identificar algumas características dos protestos que aconteceram no começo do século XXI. Segundo Inglehart, a partir da segunda metade do século XXI, novas formas de pressão social surgiram no seio dos países ocidentais, e a esses novos processos, ele lhe deu o nome de “demandas pós-materiais”. Essas novas demandas complementavam-se ao buscar analisar esse novo momento dos movimentos sociais, Angela Alonso defende que,

A ruptura está no próprio nome que o fenômeno ganhou. Tratava-se seguramente de ‘movimentos’, no sentido de ações coordenadas de mesmo sentido acontecendo fora das instituições políticas, mas não eram, de modo algum, protagonizadas por *mobs*, tampouco por ‘proletários’. Eram jovens, mulheres, estudantes, profissionais liberais, sobretudo de classe média, empunhando bandeiras em princípio também novas: não mais voltadas para as *condições* de vida, ou para a redistribuição de recursos, mas para a *qualidade* de vida, e para afirmação da diversidade de estilos de vivê-la<sup>39</sup>.

A primeira vista nos perguntamos, afinal qual a relação que aqueles grandes movimentos de contestação mundo afora que derrubaram governos, provocaram inúmeros conflitos, com centenas de mortos, pode ter com os protestos #Contraoamento da tarifa de transporte público em Teresina, capital do Piauí, e outros que aconteceram também em Natal, Florianópolis, Vitória, Salvador, São Paulo, etc.? A primeira vista nenhum. Pautas diferentes, contextos históricos e políticos distintos, distâncias geográficas enormes.

Porém, como posteriormente argumentaremos, não só é possível ver nuances entre esses movimentos, como perceber que essas semelhanças podem ser lidas como indícios da construção de um novo contexto sócio histórico, que vem atingindo os mais distintos países e povos. Como aponta Manuel Castells, um novo paradigma societário, principalmente no ocidente, está em plena construção, e o desenvolvimento desse novo paradigma tem como principal característica a relação que os mais diversos grupos humanos estão estabelecendo

---

<sup>38</sup> GOHN, Maria da. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis, Rj: Vozes, 2015.

<sup>39</sup> ALONSO, 2009. p. 51.

com as novas tecnologias. Castells advoga a chegada da chamada “sociedade informacional”, ou como o título de seu livro aponta uma “sociedade em rede”.

O avanço tecnológico acelerado, principalmente na área da comunicação, fez com que a internet, o mundo virtual, influenciasse na constituição de novas sociabilidades. Isto, porém, não necessariamente significou a supressão de conflitos étnicos, políticos, etc. entre os mais diversos povos, grupos sociais ou sujeitos. Ainda assim, temos a constituição de uma nova experiência social, onde os indivíduos podem se relacionar através de uma interface digital, em geral uma rede social, e nesse nova comunidade eles constroem outras experiências. Segundo Castells,

Uma revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação começou a remodelar a base material da sociedade em ritmo acelerado. Economias por todo o mundo passaram a manter interdependência global, apresentando uma nova forma de relação entre economia, o Estado e a sociedade em um sistema de geometria variável<sup>40</sup>.

Essas mudanças que veem alterando as relações humanas, desde basicamente a década de 1970, vem provocando, portanto, mudanças na sociedade, sendo professada por muitos, como a chegada da aldeia global. O mito ocidental da aldeia global pode ser entendido como mais uma das promessas feitas para as sociedades, que citamos anteriormente. Todavia, não se pode ignorar que a revolução a qual Castells refere-se, alterou drasticamente as relações sociais. Ainda assim, como o citado autor aponta, uma das características dessa sociedade informacional é a preeminência da identidade como um dos seus princípios organizacionais<sup>41</sup>.

É que, com o princípio dessa nova sociabilidade, uma sociedade em rede, as identidades também agora são forjadas para além de um determinismo geopolítico. A partir da aceleração das comunicações e assim, da própria interação entre os mais distintos grupos, as novas gerações também começaram a constituir identidades com outros sujeitos muitas vezes a quilômetros de distâncias. Em geral, o sistema em rede garantido pela internet, faz com que pessoas que defendem certas posições se aproximem de outras com posições parecidas, formando comunidades fechadas, o que pode acabar resultando em mais divisões, do que necessariamente aproximações entre os mais diversos sujeitos. Daí o debate que se faz hoje entre o real papel do mundo virtual, se este, realmente derruba barreiras, ou constrói outras.

---

<sup>40</sup> CASTELLS, 2016, p. 61.

<sup>41</sup> CASTELLS, 2016, p. 78.

A partir desta constatação é que levantamos a hipótese que muitos daqueles protestos que aconteceram ao longo de 2011, principalmente, tiveram ampla ligação um com os outros. É no mínimo interessante o fato de que, quando jovens americanos ocuparam a sede do poder legislativo no pequeno estado de *Wisconsin* nos Estados Unidos<sup>42</sup>, saudaram seus “amigos” árabes que estavam em luta contra a tirania do seu sistema político no outro lado do mundo. Ou ainda que o manifestante Luan Matheus, que participou dos protestos em Teresina do #Contraoamento, em entrevista, relate que a mobilização popular que eles fizeram para os protestos, via redes sociais, foi inspirado nas manifestações que aconteciam na Grécia.<sup>43</sup>

O que esses, entre outros exemplos nos indicam é que esses mais diferentes grupos, a partir de novos canais de interação social, agenciaram suas pautas e constituíram “redes” não só de comunicação, mas de solidariedade, afetos e trocas de experiências. Dessa forma, uma figura subjetiva emergia e era constituída naqueles protestos. Ainda no final daquele ano, um dos mais respeitados periódicos de todo o mundo, a revista norte americana *Time*, elegia “o manifestante”<sup>44</sup>, a personalidade do ano.

Não se tratava de um importante político, ou um revolucionário empresário de tecnologia a ser considerada a figura mais importante daquele ano, mas sim uma figura alegórica representativa de um corpo. Corpo este que não tinha forma definida, aparência imediata ou consciência programada; antes se tratava de um corpo em processo. E foi justamente essa indefinição, a imprevisibilidade desse corpo e de seus movimentos que fez com que o poder constitucional muitas vezes não soubesse como reagir ou responder a esses movimentos.

Desse modo, podemos compreender como a partir de 2011, um novo tipo de ativismo social transbordou por diversas regiões do globo, constituindo verdadeiras redes de indignação<sup>45</sup>. Analisando a constituição desses movimentos, alguns autores, como Manuel Castells, Antonio Negri e Michael Hardt, elencam uma série de características desses movimentos que nos permitem perceber como essa rede de solidariedade funcionava na materialização das manifestações. Segundo Negri e Hardt todos esses movimentos dialogam entre si. Como primeira característica, eles elegeram a estratégia da imobilidade, os acampamentos e ocupações de espaços públicos como forma de protesto.

---

<sup>42</sup> NEGRI; HARDT, 2014.

<sup>43</sup> MATHEUS, Luan. **Entrevista concedida à Sthênio de Sousa Everton**. Teresina, mar. 2018

<sup>44</sup> ANDERSEN, Kurt. The protester. **Revista Time**. 14 dez. 2011. Disponível em: < [http://content.time.com/time/specials/packages/article/0,28804,2101745\\_2102132,00.html](http://content.time.com/time/specials/packages/article/0,28804,2101745_2102132,00.html) >. Acesso em: 05 set. 2017.

<sup>45</sup> CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e esperança: movimentos na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

Uma segunda característica era a falta de uma liderança centralizadora de decisões. Ou seja, foram protestos em que lideranças afloravam e sumiam na mesma velocidade, não sendo possível a identificação destas. A multidão era a liderança, em clara rejeição às formas tradicionais de organização, onde se tinha um indivíduo, ou um grupo político, ou algum partido como liderança a decidir pela multidão. Por último, eles elegem a luta pelo comum como a terceira característica partilhada entre esses movimentos. Para Hardt e Negri, todas as pautas, por mais locais e diferentes, todas apontavam para um mesmo horizonte de problemas do qual a indignação explodira. Assim, explicam,

São lutas pelo comum, no sentido de que contestam as injustiças do neoliberalismo e, em última análise, a regra da propriedade privada. Isso, porém, não as torna socialistas. Na realidade, vemos muito pouco dos tradicionais movimentos socialistas nesse ciclo de lutas. Além disso, assim como as lutas pelo comum contestam a regra da propriedade, igualmente se opõem à regra da propriedade pública e ao controle do Estado.<sup>46</sup>

Para Castells, a primeira característica a ser relevada é que esses movimentos são conectados em rede de múltiplas formas. Eles estabelecem redes de comunicação entre eles mesmos, com outras mídias, diferentes formas de redes sociais, constituindo um verdadeiro outro horizonte de expansão e continuidade difícil de ser quebrado pelo poder estabelecido. Esses movimentos também são ao mesmo tempo locais e globais, ao passo que estabelecem vínculos com outros protestos ao terem tecido laços de experiências e compartilhamentos. Eles ainda apontam outras características como a horizontalidade na tomada de decisões, sua falta de programação, e suas constantes auto avaliações.

A partir do quadro conjuntural desenhado até aqui: profunda crise existencial na civilização ocidental, intensificação do quadro de desigualdade socioeconômica, advento de uma sociedade informacional, e intensas insurreições populares por vários países, que contestaram a ordem estabelecida, precisamos mergulhar no quadro conjuntural local, para compreendemos como os protestos do #Contraoamento também dialogam com esses outros movimentos usados como exemplo até aqui.

No Brasil não foi o sistema de governo, nem o sistema capitalista em sua fase mais moderna, a financeirização, que foram alvo dos manifestantes naquele período. Só posteriormente, em 2013, é que as manifestações ganharam um tom de crítica ao nosso sistema político e ao governo federal. Porém anos antes, não foram essas pautas que

---

<sup>46</sup> NEGRI; HARDT, 2014, p. 15.

mobilizaram principalmente os jovens teresinenses. O ano de 2011 marcou o Brasil com um ciclo de lutas que através de agendas locais permitiu temporariamente a combinação das mais diversas forças políticas na busca por melhorias nas condições do cotidiano urbano brasileiro.

Como dito antes, inúmeras bandeiras em formas de pautas foram levantadas. Especialmente em Teresina e algumas outras capitais, foi a situação da área dos transportes coletivos que canalizou o sentimento de indignação. Entre elas também estabeleceram redes de contatos e solidariedades criando sua rede local de companheirismo. Apesar de não acontecerem de formas paralelas, muitos dos nossos protestos de 2011, espelhavam-se em manifestações anteriores. Naquele ano, Teresina, capital do Piauí, vivenciou na metade do ano sua onda de protestos que depois, através das redes, foi exportada como modelo de lutas, para outras cidades, como Natal, capital do Rio Grande do Norte.

Precisamos, portanto, analisar o contexto sócio econômico da capital piauiense naquele passado próximo, buscando compreender em que processos aqueles jovens manifestantes estavam inseridos. Os protestos do #Contraoamento, nesse sentido, são abordados como um fenômeno urbano sintomático do quadro em que nossas cidades estão inseridas. Os protestos tiveram como estopim mais um aumento tarifário na capital piauiense, prática quase anual realizada pelo poder público local.

## 1. 2 **Teresina e a agenda 2015:** O novo-velho planejamento urbano

No ano de 1988, a empresa de ônibus São Francisco deixou de operar em Teresina, ao todo, cerca de dezesseis linhas de ônibus deixaram de funcionar na cidade. Numa reportagem do Jornal O Dia no dia quatro de abril daquele ano, certo usuário do transporte coletivo desabafou sobre as condições que ele, e os demais cidadãos, estavam submetidos diante daquele quadro de oferta insuficiente de ônibus. Morador do bairro Três Andares, região sul da capital, o senhor Antonio Dário Torres, relatou para o jornal, os desafios diários que ele enfrentava para se utilizar dos transportes públicos<sup>47</sup>.

Segundo ele, as condições dos ônibus de Teresina eram ruins e ele “Sempre enfrentou problemas de transporte”, porém com aquela situação de momento, sua “indignação” com o Estado e a demora dos ônibus estava muito maior. Não sabia seu Dário, que vinte e três anos depois, um dos seus filhos, Agostinho Rodrigues Torres, participaria de um dos momentos mais marcantes da luta popular dos teresinenses pela qualidade do sistema

---

<sup>47</sup> CONSÓRCIO...O Dia, 04. abr, 1988, p. 07.

de transportes coletivos da cidade. Talvez ele ficasse mais surpreso em saber que muitas das indignações, ou reivindicações que ele e outros moradores da capital piauiense faziam ainda nos anos de 1980, estavam nas vozes de centenas de “indignados” que marcharam sobre as ruas da cidade nos anos de 2011 e 2012, e reivindicaram para si o direito de decidir sobre quais rumos a cidade deveria seguir.

Teresina, capital do Estado do Piauí, Município de porte mediano, com pouco mais de oitocentos mil habitantes, destaca-se por ser uma capital que não está localizada no litoral do país. Sendo uma das principais cidades do interior do Brasil, principalmente pela sua localização estratégica no “meio norte” do país, interliga as regiões Norte e Centro-oeste com o Nordeste e é reconhecida e promovida como a primeira capital planejada do Brasil. Utilizando desse argumento como uma espécie de mito fundador, a partir do qual, a cidade possuiria uma dada “harmonia” social e também urbana.

Por alguns, dias, algumas semanas, porém, foi outra, ou melhor, outras Teresina(s) que tomaram as ruas e reivindicaram uma outra cidade no imaginário popular. Por algumas semanas, não foi a “cidade ordeira” que apareceu no principal telejornal do país, mas sim uma “cidade-caos”, uma cidade onde a população usando-se de uma indignação urbana revogou o título de cidade planejada, e evidenciou suas contradições. Como advertiu Marco Polo ao sábio Kublai, “jamais se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve. Contudo, existe uma ligação entre eles”<sup>48</sup>. Esses dias de intensos protestos nos anos de 2011 e 2012 ficariam conhecidos como as manifestações do #Contraoamento.

Diante da realidade das cidades brasileiras, partimos de uma premissa: a de que os protestos do #Contraoamento não começaram em agosto de 2011. Estes são antes, um fruto, um sintoma de uma cidade que se expande e se constrói a partir de contradições urbanas concretas que cada dia segrega seus cidadãos, e, portanto, é ela mesma, a cidade, a responsável primeiro por momentos como aqueles que sacudiram Teresina; encerrar essas manifestações em um mero episódio da vida urbana é por demais diminuir sua significância política e social. Fruto dessas contradições urbanas, o #Contraoamento pode ser lido então, como uma espécie de ação resposta de setores sociais que reivindicaram a cidade para si, utilizando a crítica entorno da questão do transporte público como epicentro das suas indignações.

Precisamos, nesse primeiro momento, entender o contexto urbano social que a cidade de Teresina estava mergulhada no século XXI, produtor primeiro do #Contraoamento. Nosso

---

<sup>48</sup> CALVINO, Ítalo. **Cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das letras, 1990, p. 59.

objetivo nesse momento, portanto, é analisar a questão urbana<sup>49</sup> de Teresina, num passado próximo e entendermos em que cenário a cidade estava mergulhada. Para tanto, partiremos das ações, ideias, discursos e práticas do poder público, reconhecido, como aponta Roberto Lobato Côrrea<sup>50</sup>, como principal agente de intervenção no espaço urbano brasileiro.

Desde a segunda metade do Século XX e a intensificação do processo da globalização, as ações dos governos passaram a ter uma homogeneização maior, obedecendo a um receituário internacional. Não era mais possível pensar a cidade de forma isolada, ainda mais quando modelos de gestão eram comercializados como ideais. Com o esgotamento da “era do crescimento” e por sua vez, da matriz modernista que guiou as principais ações de intervenção no espaço urbano no século XX, outro oceano conceitual passou a dominar as principais ações do poder público, era chegado a hora da chamada “era do planejamento estratégico”<sup>51</sup>.

Mas o que seria o assim chamado Planejamento estratégico? Em que consiste seu receituário e quais seus impactos reais sobre as cidades e sobre a vida dos cidadãos da urbe? Essas perguntas são as principais balizas nesse momento, uma vez que suas respectivas respostas nos ajudam a entender como Teresina vem a ser constituída entre o final do século passado e o atual, redesenhando a atuação do poder público sobre a questão urbana e assim, nos permitir compreender a relação direta entre esse processo, e as manifestações de 2011 e 2012.

As transformações que o mundo passou no final do século passado, tanto na esfera econômica, como na cultural e social, modificaram as formas de produção e acumulação capitalista. A era do crescimento real, do pleno emprego e da produção material estavam pouco a pouco dando lugar a um novo momento. O avanço nas tecnologias foi modificando as relações humanas. No campo cultural e político, o avanço nos direitos civis de minorias alteraram a produção e comercialização cultural, provocando também intensos processos de acomodação cultural. Foi um período de reestruturação do capitalismo, entendido aqui como paradigma societário e não apenas modo de produção.

---

<sup>49</sup> A Questão urbana aqui é entendida conforme os estudos da professora Ermínia Maricato, dentre outros, que entendem que o processo de urbanização brasileira provocou avanços quanto a uma modernização da sociedade como um todo, porém, esses avanços não foram capazes de provocar sérias mudanças no padrão de vidas dos cidadãos, pelo contrário, esse processo vem demonstrando um crescimento desse quadro, na medida em que as cidades cada vez mais sofrem com a falta de investimentos públicos na promoção do bem estar comum. Falta de habitações, acesso a meios de transportes coletivos, falta de saneamento básico, crescimento da violência urbana, etc. São problemas gigantescos que afetam a vida cotidiana das sociedades brasileiras (MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, Rj: Editora Vozes, 2013).

<sup>50</sup> CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

<sup>51</sup> ARANTES, Oflíia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, Rj: Vozes, 2013.

Cabe ressaltar que esse processo de reestruturação ainda continua em pleno desenvolvimento, uma vez que ele não acontece homogeneamente em todos os lugares e com a mesma intensidade. Primeiro nos países de capitalismo central, Europa e Estados Unidos, principalmente, e de forma descontínua vem se aprofundando no restante do mundo ocidental-América Latina, países de capitalismo tardio da África e Ásia.

A esse respeito, Castells afirma que,

O próprio capitalismo passa por um processo de profunda reestruturação caracterizado por maior flexibilidade de gerenciamento; descentralização das empresas e sua organização em redes tanto internamente quanto em suas relações com outras empresas; considerável fortalecimento do papel do capital *vis-à-vis* o trabalho, com o declínio concomitante da influência dos movimentos de trabalhadores; individualização e diversificação cada vez maior das relações de trabalho; incorporação maciça das mulheres na força de trabalho remunerada, geralmente em condições discriminatórias. Intervenção estatal para desregular os mercados de forma seletiva e desfazer o Estado do bem-estar social com diferentes intensidades e orientações, dependendo da natureza das forças e instituições políticas de cada sociedade; aumento da concorrência econômica global em um contexto de progressiva diferenciação dos cenários geográficos e culturais para a acumulação e gestão do capital.<sup>52</sup>

Nesse cenário de mudanças socioculturais, a forma como o capital e por sua vez o Estado, passaram a pensar, imaginar e intervir no espaço urbano sofreu mudanças. Junto a esse contexto internacional, é preciso somar o processo de redemocratização política que acontecia no Brasil nessa época, que concretizado na constituição federal de 1988, remodelou o pacto federativo entre seus entes, colocando a maior responsabilidade das cidades para os municípios. Essa mudança tinha como objetivo garantir uma maior independência dos municípios para que esses pudessem ter maior maleabilidade na definição de suas políticas, bem como facilitar a captação de recursos, seja por meio de empréstimos ou emendas parlamentares. O governo federal, assim, diminuía seu papel centralizador nas políticas urbanas, para somente nas primeiras décadas dos anos 2000, já nos governos petistas, a investir maciçamente em grandes projetos urbanos.

Os grandes planos de investimentos federais chegavam ao fim, e o esgotamento da matriz modernista e seus grandes planos de intervenção, combinados com a alta inflação e o desemprego, trouxeram um novo quadro administrativo para as cidades. Foi nesse contexto que um novo modelo de imaginar e agenciar as cidades foi comercializado. Aplicado em muitas cidades como, Barcelona, Boston, Rio de Janeiro, etc. Esse novo receituário também

---

<sup>52</sup> CASTELLS, 2016, p. 61-62.

foi adotado por Teresina, que apesar de ensaiar iniciativas populares na década de 1990<sup>53</sup>, logo se dobraria ao novo paradigma liberal de política urbana no começo do século XXI.

Os municípios não podiam mais contar com o amplo financiamento federal para alavancar grandes planos de intervenção, a política governamental a nível nacional implicava na diminuição dos investimentos públicos, e assim, cabia a cada município, Estado da federação, a partir do novo pacto federativo, ficar responsável pelos principais problemas da agenda urbana. Dessa forma, houve um deslocamento do debate público que a princípio giraria entorno de questões como financiamento público, corrupção, democratização dos investimentos, para discutir-se, principalmente, como os municípios poderiam se adequar no novo cenário para captar verbas diretamente do capital privado.

Esse modelo de se conceber a cidade adentrou no Brasil na década de 1990, mais precisamente com a promoção do plano estratégico da cidade do Rio de Janeiro em 1994, na gestão do prefeito Cesar Maia<sup>54</sup>, do Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas (DEM). Mas afinal, o que defende essa matriz urbana? Para nós o receituário do planejamento estratégico retira da cidade o seu status de lugar da democracia, a medida que significa a cidade como uma mera mercadoria a ser produzida, vitrinizada e vendida. Desse modo, as cidades passaram a ser pensadas como um produto, que passaria a valorizar seus pontos fortes e diminuir seus pontos fracos, podendo assim, concorrer aos investimentos privados no grande mercado.

A esse respeito, diversos pesquisadores vêm se detendo no estudo dos impactos dessa forma de se pensar a cidade, na vida das pessoas e no seu cotidiano urbano. Mais uma vez os mais necessitados foram ignorados no processo de intervenção urbana. Segundo Arantes, estamos caminhando rumo a uma “cidade-mercadoria” total<sup>55</sup>. Há uma convergência entre governantes, urbanistas e burocratas em torno de um conjunto conceitual:

Que as cidades só se tornarão protagonistas privilegiadas, como a Idade da Informação lhes promete, se, e somente se, forem devidamente dotadas de um plano estratégico capaz de gerar respostas competitivas aos desafios da globalização (sempre na língua geral dos prospectos), e isto a cada

---

<sup>53</sup> RODRIGUES NETO, Edmundo Ximenes. **Governo municipal e movimentos sociais na gestão da moradia em Teresina**: Um exame das experiências das vilas Alto da Ressurreição e Irmã Dulce. 2005. Dissertação (mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Piauí. 2005.

<sup>54</sup> VAINER, Carlos. Os liberais também fazem planejamento? Glosas ao “Plano estratégico da cidade do Rio de Janeiro”. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**. Petrópolis, Rj: Vozes, 2013.

<sup>55</sup> ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. Uma estratégia fatal. A cultura nas novas gestões urbanas. In: In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**. Petrópolis, Rj: Vozes, 2013, p. 18.

oportunidade (ainda na língua dos negócios) de renovação urbana que porventura se apresente na forma de uma possível vantagem comparativa a ser criada.<sup>56</sup>

Primeiro criou-se a demanda: municípios pobres em sua arrecadação, um governo federal sem nenhuma responsabilidade direta sobre o desenvolvimento urbano das cidades. Depois uma verdadeira operação discursiva foi criada para se verbalizar a cidade numa linguagem que a colocasse agora apenas como uma empresa, que como qualquer outra, precisa reduzir custos e aumentar receitas. A economia dessa forma torna-se não o caminho para a prosperidade coletiva e igualitária, mas como um fim em si mesmo. As cidades passaram então a concorrer uma com as outras por investimentos privados.

A esse respeito, quando analisamos a realidade das cidades brasileiras, e de forma mais direta, a cidade de Teresina, entendemos de forma mais clara, o que Ermínia Maricato quis dizer com a expressão: "as ideias fora dos fatos". Para Maricato, as políticas urbanas brasileiras não têm comprometimento com a realidade concreta e total das cidades, "mas com uma ordem que diz respeito a uma parte da cidade, apenas"<sup>57</sup>. Desse modo, o novo receituário urbano segrega a cidade novamente, ao passo que indica agora, ao invés das enormes intervenções no espaço urbano, que buscavam solucionar os mais diversos problemas de moradia, transporte, saneamento e saúde, em pequenas medidas visando modificar áreas estratégicas do "produto", a fim de torná-lo mais atraente para o capital.

É sobre esse prisma neoliberal de se conceber a cidade, que Teresina adentrou o século XXI. A cidade possuía graves problemas urbanos principalmente relacionados a questão da moradia, renda e saúde. Segundo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no ano de 1996, o Piauí possuía o pior IDH entre todos os estados da federação. Se levarmos em consideração que esse índice, segundo metodologia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), leva como fatores para seu cálculo, a longevidade, a educação e a renda dos cidadãos, podemos então perceber um cenário de bastante fragilidade social.

Antes disso, observamos que, através dos censos realizados pelo IBGE, as altas taxas de crescimento demográfico registradas nas décadas anteriores diminuíram a partir dos anos 90 em Teresina. Se na década de 1980 registrara-se uma taxa média na casa dos 5,3% a.a, na década de 1990 esses números caem para 1,96% a.a. Não custa lembrar novamente que Teresina já não era mais esse canteiro de obras, de investimentos que geravam emprego numa

---

<sup>56</sup> Idem. p. 13.

<sup>57</sup> MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**. Petrópolis, Rj: Vozes, 2013a. p. 122.

escala considerada. Assim podemos perceber como o êxodo rural diminuiu nessa região propiciando uma queda na pressão demográfica. Ainda assim, Teresina apresentou crescimento demográfico acima da média estadual e nacional<sup>58</sup>.

Em matéria veiculada em 1993, o Jornal O Dia dava o tom do que Teresina vivenciava naqueles tempos, evidenciando as fortes contradições urbanas:

(...) O número surpreende em todos os estudos anteriores, os índices usados eram encontrados em estudos idênticos feitos pela secretaria Municipal de Planejamento -SEAMPLAM, que registravam 56 favelas e aglomerados periféricos em uma pesquisa realizada no início de 1991. A conclusão a que se chega é que o número de favelas está crescendo em uma velocidade incontrolável. O surgimento desenfreado desses locais é uma bomba que explode a qualquer tentativa de crescimento municipal planejado. As favelas esticam o traçado da cidade exigindo que os benefícios urbanos se expandam. Contrariando as previsões técnicas, os anos 80 parecem apenas ter iniciado na capital, a febre das invasões. Os anos 90 é que serão das favelas<sup>59</sup>.

De imediato, constatamos os termos excludentes usados pelo jornal para caracterizar a problemática apresentada. Primeiro a matéria diz que a expansão das áreas carentes contrariava as “previsões técnicas”, de que a expansão dessas áreas se daria na década de 1980 e não na de 1990. Esse movimento de expansão urbana, desse modo, é colocado com algo além do poder público, que na verdade, ao adotar uma série de medidas políticas, é o principal agente modelador do espaço urbano, e como tal, principal responsável pelo crescimento dessas áreas de fragilidade social. Posteriormente, a matéria continua a naturalizar esse processo utilizando termos como “febre das invasões”. É necessário que compreendamos que o uso do termo invasão há muito é contestado pelos movimentos sociais, que defendem o uso social da propriedade, e encaram suas ações como forma de pressionar os poderes constituídos na adoção de medidas que visem solucionar a problemática urbana das cidades.

Por outro lado, considerar a década de 1990 como a década das “favelas” revela a preocupação que a sociedade civil de Teresina começava a ter com os rumos que o crescimento desordenado da cidade poderia alcançar. O alargamento de uma cidade pressiona o maquinário público por mais funcionalidade. Em Teresina, que escolheu lançar essas populações para áreas distantes, criando verdadeiros “bolsões” de terra, os chamados vazios

<sup>58</sup> Enquanto Teresina, segundo o IBGE, tinha um crescimento demográfico no final da década de 1990 de 1,96% a.a., o Brasil tinha uma taxa de 1,5% a.a., o Piauí, segundo a fundação CEPRO, possuía uma média de crescimento de 1,08% a.a.

<sup>59</sup> TERESINA... *O Dia*, 27 ago. 1993, p.05.

urbanos, que só servem para aumento da especulação imobiliária, esse quadro de pressão urbana era ainda maior. Da matéria veiculada também podemos perceber a força que esses assim chamados não-lugares<sup>60</sup> já possuíam na constituição da paisagem urbano social de Teresina.

Se antes essas ocupações eram tratadas apenas nas páginas policiais, agora, com a explosão do número de favelas, esses espaços marginalizados começaram aparecer, na imprensa em geral, como um problema urbano a ser enfrentado pelo poder público. Parte disso, também se deu devido ao processo de redemocratização política, que permitiu a articulação dos mais diversos setores e movimentos sociais que lutavam pela melhoria de vida dessas comunidades. Desse modo, a imprensa em geral começara a levantar a questão e “colocá-la” na ordem do dia. A resposta do poder público não se fez demorar, uma vez que esse problema deixou de ser algo localizado para se tornar sensível a toda cidade.

A matéria citada anteriormente teve por base o primeiro estudo municipal sobre as favelas teresinenses. Esse levantamento aconteceu em 1993 e foi uma iniciativa da prefeitura municipal. O Censo de vilas e favelas objetivou identificar, analisar e traçar um quadro das áreas carentes de Teresina. Naquele primeiro momento foram contabilizadas cerca de 141 favelas espalhadas por todas as zonas de Teresina. A partir desses números podemos perceber o porquê do tom tão alarmante presente na matéria do jornal O Dia.

Segundo consta no censo, Teresina possuía favelas em todas as suas direções, e o número não parava de crescer. Filhas imediatas da forte especulação por um lado, e pelas escarças fontes de financiamento que permitissem pessoas de baixo poder aquisitivo comprar sua casa própria, essas comunidades concentraram-se principalmente nas zonas sul e norte da capital, quadro que se alterou no censo seguinte, onde a zona leste, considerada a área nobre da cidade, teve um grande aumento no número dessas comunidades. O quadro a seguir nos dar mostra dessa situação problemática.

**QUADRO 1- Vilas e favelas de Teresina 1991-1993**

Zonas	Quantidades de áreas		% Crescimento por zona
	1991	1993	1991/1993
Centro	03	06	100,00
Norte	15	17	13,33

<sup>60</sup> AUGÉ, Marc. **Não lugares**: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. 6 ed. Campinas, Papirus, 2007.

Sul	18	39	116,67
Sudeste	06	28	366,67
Leste	14	51	264,29
<b>total</b>	<b>56</b>	<b>141</b>	<b>151,79</b>

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral Perfil de Teresina: 1992. Pesquisa Direta Set/95.

Fica evidente como o número de favelas estava aumentando, em todas as direções, ao passo que destacamos o centro da cidade, que com todo o processo histórico de expulsão dos moradores mais pobres<sup>61</sup>, ainda assim possuía pequenos bolsões dessas comunidades. Por outro lado, a zona leste da capital, tida como a zona nobre, era a zona com maior número de comunidades, o que aponta as fortes contradições que lhe forjaram esse título. A zona sudeste foi a que apresentou a maior porcentagem de crescimento, mostrando que as iniciativas de conjuntos populares não surtiram o efeito desejado, uma vez que nem todos tinham acesso a esses conjuntos, ocupando áreas ao seu redor.

Segundo a lei nº 2113 de 10 de fevereiro de 1992, Teresina possuía legalmente 110 bairros, ou seja, a cidade planejada, a cidade moderna, tinha mais áreas de favelas do que bairros. Isso só vem demonstrar como o processo de urbanização teresinense consolidou uma cidade legal que abriga uma minoria em oposição a uma cidade informal, onde boa parte da população vive. Não viver na legalidade, no espaço urbano formal, é aventurar-se num terreno pantanoso, onde os poderes constituídos tentam a todo o momento desconfigurar esses cidadãos como não possuidores de direitos. Eles estão “fora” da cidade, portanto, “não-cidadãos”.

O poder público, diante desse fato, teve que responder a essa situação, pois a implementação de medidas que alterem essa situação, torna-se fundamental aos imperativos da própria sustentabilidade do poder, já que o anormal, o irregular, suplanta o oficial, o correto, dando-se margem a questionamentos sobre a própria legitimidade deste poder<sup>62</sup>. No governo de Wall Ferraz (1993-1996) algumas iniciativas pretenderam suavizar a situação, concedendo títulos de aforamento entre outras iniciativas. No entanto, segundo Lima,

<sup>61</sup> NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)**. Teresina: EDUFPI, 2015.

<sup>62</sup> OLIVEIRA, Marcelo. **(RE)Projetando Teresina: da favela ao bairro (1969-1999)**. Monografia de História. Universidade Federal do Piauí, 2009.

Ao final dessa gestão, já com o vice-prefeito Francisco Gerardo, haviam-se reassentadas 3.562 famílias distribuídos 6.132 títulos de uso e posse e 244 de aforamento e desapropriado 126,99 hectares de terras para fins de assentamentos (Teresina, 1996), sendo, no entanto, essas realizações insuficientes para atenuar a crise urbana, reproduzindo-se os mesmos problemas de gestões passadas no tratamento da questão fundiária e da moradia.<sup>63</sup>

Apesar das gestões públicas prometerem atacar a problemática da produção da cidade segregada, porém na prática usou de medidas paliativas que não mexeram no cerne da problemática que é o uso social da propriedade. Assim Teresina continuou apresentando as mesmas dificuldades urbanas que anteriormente, estimularam ainda mais a segregação dos espaços. Outra forma que os governos municipais utilizaram para atenuar essa questão foi bem mais elaborada e se deu no campo das ideias, dos discursos.

Teresina realizou em 1993 o seu primeiro censo de favelas. Contudo nos outros censos (1996 e 1999) foi adicionada a denominação “vila”, passando a se chamar “Censo de vilas e favelas de Teresina”. Uma única palavra foi mais decisiva para a “diminuição” do número de favelas, do que os inúmeros projetos que brotavam nesses anos. Isso porque o poder público iniciou uma verdadeira operação semântica onde as favelas passaram a ser classificadas também como vilas, após receberem poucas obras de infraestrutura básica. Assim, ao ganhar a nova terminologia, elas passavam a fazer parte, no plano das ideias, da cidade legal. Desse modo, as vilas passam a serem lugares onde o Estado, o poder, se faz presente.

Na realidade, a estrutura física inicial e as condições de moradia de inúmeras vilas não diferem em nada das características das áreas faveladas. Entretanto, não surpreende o fato de que o termo tenha sido incorporado, imediatamente, ao discurso do poder público, porque, sob essa nova concepção, supõe-se a redução do estigma e do preconceito em torno da ideia de favela. Ao mesmo tempo, dissemina-se que tudo leva o nome de vila tem a presença do Estado, embora a realidade exiba núcleos assim conhecidos em total abandono. Destarte, a ideia gerada nas experiências concretas parece ter sido apropriada pelo poder público, para, de um lado, valorizar suas ações e de outro, amenizar a imagem forte da miséria na cidade<sup>64</sup>.

---

<sup>63</sup> LIMA, Antonia Jesuíta de. Políticas urbanas, governos locais e segregação socioespacial: Alcances e limites das novas intervenções públicas. In: LIMA, Antônia Jesuíta de (org.). **Cidades Brasileiras**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 251-252.

<sup>64</sup> LIMA, Antonia jesuíta de. **As multifaces da pobreza**: formas de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos. Teresina: Halley, 2003, p. 95

Essa operação discursiva, de abandonar o uso do termo favela, para usar vila foi a principal responsável pela diminuição da pressão social, erigindo um quadro mais ameno para o poder público. Localizava-se uma área de favela, através de algumas ações de melhoramento urbano, como calçamento e a colocação de fossas cépticas, o poder público renomeava essas áreas de “vilas”, e com esse novo termo um novo significado, que a transformava de um lugar marginalizado, para agora, um lugar reconhecido pela sociedade e estado. Já no terceiro censo podemos observar ainda as seguintes determinações:

Vila-área de moradia (comunidade) surgida a partir da ocupação por famílias sem-teto, sem obedecer às exigências feitas pela lei do parcelamento do solo, mas possível de ser regularizada, saneada e urbanizada. Favela-área de moradia (comunidade) surgida á partir de ocupação de famílias sem teto, geralmente localizadas em áreas de risco iminente ( alagamento /desmoronamento) ou em leito de vias públicas sujeitas quase sempre á remoção. Parques e residências- loteamentos feitos pela Prefeitura obedecendo a todos os requisitos vigentes na legislação de parcelamento do solo.<sup>65</sup>

A partir dessas nomeações o poder público local registrou uma “diminuição” do crescimento de favelas em relação ao início da década. Se em 1993 todas as zonas apresentavam altas taxas no número de áreas tidas como favelas, já em 1996 a taxa de maior crescimento, a da zona sul, não chega se quer a 25%. Outras áreas como o centro e a zona leste apresentam diminuição, com taxas de - 16,88% e de -5,88% respectivamente. Assim a prefeitura construía um instrumental técnico que lhe garantia uma resposta frente às críticas (meios de comunicação) e pressões sociais (movimentos sociais).

Em sequência a essa operação discursiva, Teresina, já sobre a administração de Firmino da Silveira Soares Filho do PSDB, que era considerado o herdeiro político de Wall Ferraz, elabora o projeto Vila-Bairro, cujo principal objetivo era “alterar o perfil urbanístico e social das favelas da cidade”<sup>66</sup>. O projeto vila-bairro, assim como outras iniciativas não focou na causa dos problemas urbanos, sendo um projeto que visava modificar a estrutura física desses lugares, dando assim a eles a condição de espaço legal da cidade. Novamente as análises de Lima se sobressaem como fundamentais:

O projeto, embora carregado das virtudes enunciadas trazia, já na sua formulação, limitações quanto ao objetivo de produzir impacto no processo de ocupação de solo urbano e na segregação socioespacial. Primeiro, pela destinação de parte significativa dos recursos previstos (81%), num total de

<sup>65</sup> TERESINA, Prefeitura Municipal de. **Censo de vilas e favelas de 1999**. Teresina: PMT, 1999, p. 02.

<sup>66</sup> LIMA, 2007, p. 262.

67 milhões de reais, para infra-estrutura física, assumindo as demais ações um papel secundário ou quase inexistente, como nos casos de geração de renda e educação ambiental, que apareciam com percentuais de 4,05% e 1,04%, respectivamente [...] <sup>67</sup>.

Ainda assim, a visibilidade desse projeto foi imensa entre a população local uma vez que muitas comunidades atingidas por ele entendiam que seriam beneficiadas logo mais, por outros serviços, assim, ele foi determinante para que a administração que estava à frente da prefeitura na época, conseguisse perpetuar no poder <sup>68</sup>. Não por acaso, nesse momento, explodiu o número de reivindicações populares por melhores condições de transporte. Ainda na década de 1980 a Federação de Associações de Moradores do Estado do Piauí (FAMEPI), entre outras entidades, ensaiavam pressões junto aos representantes públicos por melhores condições de transporte, não só em Teresina, mas também em outras cidades do Estado <sup>69</sup>. As manifestações e protestos começariam a entrar na cena urbana teresinense reiteradamente.

Com a redemocratização os movimentos sociais, principalmente aqueles ligados a partidos de esquerda, ganharam espaço na cena pública brasileira, conseguindo conglomerar diversos movimentos de contestação, que por sua vez, articularam-se junto à comunidades locais conseguindo assim, estabelecer um cenário de atuação política frente ao poder público constituído. Sua principal arma de articulação junto a esses setores da sociedade civil era justamente as situações, muitas delas degradantes, em que esses grupos estavam submetidos.

A especulação imobiliária, a falta de moradias e renda baixa expulsavam os mais pobres para áreas cada vez mais distantes. Terrenos sem nenhuma segurança jurídica, escolas distantes, falta de creches, sistema de limpeza pública praticamente inexistente; Teresina já não era uma só, mas várias cidades que se contradiziam dentro de uma. Alguns dados nos ajudam a entender esse quadro. No censo de favelas de 94, os seguintes números são encontrados:

**QUADRO 2-** Infraestrutura básica existente nas vilas/favelas

Região administrativa	Quantidade de Áreas	Infra-estrutura básica									
		Água canaliz.		Energ.Elet r.		Transp. Colet (Direto)		Creche		Coleta de lixo (DLP)	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%

<sup>67</sup> Idem. p. 268.

<sup>68</sup> LIMA apud RODRIGUES NETO, 2005.

<sup>69</sup> MOVIMENTO...O Dia, 05. jul, 1988, p. 13.

Centro	6	4	66,67	6	100			2	33,33
Norte	17	15	88,24	12	70,59	1	5,88	8	47,06
Sul	39	31	79,49	34	87,18	6	15,58	2	5,13
Sudeste	28	25	89,27	26	92,86	7	25,00		
Leste	51	44	86,28	47	92,16	5	9,80	1	1,96
Total	141	119	84,40	125	88,65	19	13,48	3	2,13
								60	42,55

Fonte: Censo de Vilas e Favelas de Teresina 1994. Pesquisa Direta.

Pelo demonstrativo acima, evidencia-se a precariedade dos serviços básicos oferecidos junto a população mais carente, que viviam nas áreas consideradas favelas. De imediato, percebe-se uma diferença entre os serviços que eram da alçada estadual (Energia e Água) e aqueles que eram de responsabilidades da esfera municipal nessas áreas. É preciso compreender que os municípios brasileiros encerravam o século XX com inúmeras responsabilidades, porém em meio a um contexto de extrema recessão de investimentos públicos por parte do estado brasileiro.

Para, além disso, é preciso compreender também, como essa operação discursiva de considerar essas áreas como “não-lugares” tinha um grande peso na oferta de serviços, uma vez que o poder público não se sentia obrigado a investir nessas áreas. Assim, apesar de na época essas comunidades concentrarem aproximadamente 10% de toda a população de Teresina, existiam apenas quatro creches para uma população de mais de sessenta mil pessoas. As zonas zona norte e sudeste sequer tinham uma unidade de atendimento para as famílias.

É justamente nessa operação semântica de criar uma cidade a partir do discurso oficial, que por sua vez é comercializado pela imprensa, que Teresina preparou-se ao longo da década de 1990 para adentrar o século XXI na era do “planejamento estratégico”. Desde então a capital vem constituindo uma série de medidas que visam construir uma Teresina imaginada, que a nosso ver distancia-se da sua realidade de contradições urbanas. Em alguns anos, a problemática da moradia deixa de tramitar na imprensa local como grave problema. Aos poucos programas como o projeto Vila Bairro foram abandonados em nome de uma nova abordagem urbana.

Desde essa época Teresina ganhou uma série de novos documentos que buscavam tanto analisar a cidade, como ditar certo planejamento. Vale dizer que em 2001 o Brasil sancionou o Estatuto da Cidade, peça importante para o disciplinamento urbano, uma vez que ele buscava regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, que estabelecem as

diretrizes da política urbana nacional<sup>70</sup>, e isso influenciou diretamente na constituição de novos documentos da política urbana nos municípios brasileiros.

Foi assim que na primeira década do presente século, Teresina elaborou seu Plano de Requalificação urbana (PRU)<sup>71</sup>, e em 2008 elaborou o seu terceiro Plano Diretor de Transportes e Mobilidade Urbana de Teresina<sup>72</sup>, em 2012 o Plano Diretor Cicloviário Integrado<sup>73</sup> e em 2009 foi lançada a Lei Orgânica do município através do decreto lei nº 19, de 22 de novembro de 2011<sup>74</sup>. Porém a maioria desses documentos tiveram como parâmetro outro documento municipal que foi elaborado ainda no começo dos anos 2000 e que foi criado aos moldes da “nova” perspectiva urbana direcionada pela cultura neoliberal vigente.

Em Agosto de 2001 foi instalado o I congresso da cidade, uma iniciativa que visou elaborar “um plano de ação estratégico para o desenvolvimento sustentável do município”<sup>75</sup>. Esse plano ganhou o nome de “Teresina Agenda 2015”, que após um ano de desenvolvimento lançou suas conclusões em Agosto de 2002, quando a cidade completara cento e cinquenta anos de fundação. A data escolhida, não à toa, tinha o papel de representar a passagem do “atraso” e o “progresso”, o “passado” e um “futuro” que finalmente chegara um “futuro-presente” que estaria concretizado naquela iniciativa. O novo plano diretor era incumbido de, em apenas em quinze anos, preparar a cidade para receber os investimentos necessários para o seu completo desenvolvimento.

Apesar de inicialmente não ser denominada pela prefeitura como um Plano Diretor, era essa a função clara da Agenda 2015, tanto assim o foi, que posteriormente, via decreto o então prefeito de Teresina, transformou-a no plano diretor oficial do município. Diferente das iniciativas anteriores, a Agenda 2015 teve um novo elemento na sua composição, a chamada “participação popular”, que funcionou como a solução para um dos problemas mais questionados na elaboração dessas legislações urbanas, a falta de democratização popular.

A participação foi comercializada como principal ponto de legitimidade do processo. É necessário lembrar, no entanto, que essa participação não foi simplesmente uma decisão unilateral de governança da prefeitura de Teresina, antes era algo recomendado pelo, finalmente aprovado, Estatuto das Cidades, que estabelecia que os planos diretores tivessem

<sup>70</sup> BRASIL, **Constituição** (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. 2002.

<sup>71</sup> TERESINA, Prefeitura Municipal de. **Plano de Requalificação Urbana**. Teresina: PMT, 2017a.

<sup>72</sup> TERESINA, Prefeitura Municipal de. **Plano Diretor de Transporte e Mobilidade Urbana de Teresina**. Teresina: PMT, 2017b.

<sup>73</sup> TERESINA, Prefeitura Municipal de. **Plano Diretor Cicloviário Integrado**. Teresina: PMT, 2017c.

<sup>74</sup> TERESINA, **Lei Orgânica do Município (2008)**. Teresina: Câmara Municipal de Teresina, 2011.

<sup>75</sup> TERESINA, Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral. **Teresina: Agenda 2015 – Plano de Desenvolvimento Sustentável**, 2002.

no seu processo de elaboração “a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade”<sup>76</sup>.

O conselho estratégico, principal órgão colegiado do congresso, foi nomeado pelo então prefeito de Teresina, através do Decreto nº 4.943, no dia 30 de agosto de 2001. No conselho consta o nome de 1.124 pessoas inscritas. Porém a lista com os nomes dos membros do conselho consta de alguns erros graves como a repetição seguida de nomes idênticos, como o de Zenaide Cardoso Leite Chaves, que se repete quatro vezes seguido, ou o nome de Simone Oliveira do Nascimento que se repete três vezes e em sequência.

A primeira vista, parece-se um mero erro de digitação, mas ao mesmo tempo esse tipo de erro deixa margens para outras suposições, como a ideia de um conselho com um número maior de participantes do que realmente se fizeram presentes. Isso poderia ser lido como uma manobra, para o conselho parecer mais participativo, democrático.

Essa leitura vai de encontro com as ideias do professor Antonio Carlos Façanha, para quem o processo de construção, desenvolvimento e conclusão da Agenda 2015 não alcançou o seu objetivo de ser participativa e democrática, “ao contrário do idealizado, a participação serviu apenas para legitimar e homologar intenções previamente ‘discutidas’”<sup>77</sup>. A avaliação da condução dos trabalhos de elaboração da Agenda 2015, feita por Façanha, muitas vezes aproxima-se de um relato pessoal, fazendo-nos supor que provavelmente ele tenha participado dessas atividades.

As atividades do Plano estratégico de Teresina fora assim estruturadas:

- Congresso da cidade (lançamento do Plano);
- Estudos temáticos;
- Como está Teresina? (diagnóstico);
- Para onde vai Teresina? (construção de cenários);
- O que fazer para construir a Teresina que queremos? (objetivos, metas, estratégias e projetos);
- Como implementar e acompanhar?;
- II Congresso da Cidade (entrega à cidade do Teresina Agenda 2015)<sup>78</sup>.

<sup>76</sup> BRASIL. **Estatuto da cidade e legislação correlata**. 2. ed., atual. Brasília: Senado Federal, subsecretaria de Edições Técnicas, 2002. p. 33.

<sup>77</sup> FAÇANHA, Antonio Carlos. Planejamento estratégico e mercado urbano: Teresina em questão. In: LIMA, Antonia Jesuíta de. **Cidades brasileiras** – atores, processos e gestão pública. Belo Horizonte: Autêntica 2007. p. 203.

<sup>78</sup>FAÇANHA,2007, p. 201.

Além disso, foram pensados 16 temas em torno dos quais os trabalhos seriam desenvolvidos, temas estes que eram as principais pastas do poder público, como a saúde, educação, etc. A partir desses temas os grupos de estudos se reuniam e constituíam um cenário inercial, um cenário desejado e metas para alcançar esse cenário pretendido.

Novamente pudemos perceber o exercício linguístico de transmutar a cidade na empresa a ser gerida. Surgem em todos os documentos da agenda 2015 expressões como “*cluster* de saúde”<sup>79</sup>, ou sugestões como a privatização do abastecimento de água, e a possível “ameaça” como polo de saúde regional, feita pela “concorrência” de outras cidades como Imperatriz, Fortaleza ou Recife.

Esse exercício semântico teve por objetivo adaptar os documentos que disciplinam o espaço público de Teresina ao novo receituário urbano. Muitas das pessoas que participaram da constituição da Agenda 2015 não tiveram espaço para reflexão e construção de políticas. Para Façanha, a participação popular servira apenas para ratificar uma constelação de ideias já pré-definidas. Importante se faz entendermos como Teresina a partir daí vem radicalmente modificar o entendimento de qual deve ser o caminho para “solucionar” os seus problemas urbanos. Essa mudança, como veremos, foi também responsável pela constituição do atual cenário de intervenções urbanas por parte do poder público.

As ponderações do plano diretor Agenda 2015 foram divididos em quatro principais cenários: um inercial e seu respectivo futuro, sem nenhuma intervenção, um cenário desejante e um conjunto de ações para alcançar essa cidade desejada. Na constituição do perfil da cidade, destacou-se a forma resumida, abreviada e simplória com que problemas graves da cidade, como sistema de transportes, moradia, saúde e educação foram abordados. Os principais pontos abordados foram o tema da geração de empregos, com o destaque para o desequilíbrio entre iniciativa pública e privada, onde o público é o setor responsável pela economia local.

Quando abordou a relação entre Teresina e seu espaço, o contexto elaborado mais uma vez apresentou-se de forma resumida, muitas vezes trazendo soluções simples e de fáceis decisões, pouco a pouco as contradições, as problemáticas foram sendo amenizadas.

---

<sup>79</sup> A expressão *cluster* vem do inglês e significa aglomeração de empresas com natureza parecidas, que formam uma espécie de cadeia onde cada uma cumpre uma função. No caso de empresas de saúde de Teresina, o documento sugere a necessidade de outras empresas no ramo, por exemplo, que tratem o lixo hospitalar, para formar esse agrupamento de empresas.

O documento ausenta-se de uma leitura espacial de Teresina, não elaborando nenhum mapa do presente nem da ‘cidade futuro’ que possibilitasse demonstrar os vetores ou as tendências espaciais da urbe em formação. As figuras contidas são ‘cartões-postais’ de uma cidade homogênea, harmoniosa e moderna que nega a das favelas, violência urbana e cotidiano difícil e excludente de uma parte expressiva da população.<sup>80</sup>

Desse modo, entendemos que o processo de construir uma cidade, a partir de um discurso oficial, ganhou no começo do novo milênio uma constelação de documentos oficiais, que tiveram como principal objetivo idealizar uma cidade para ser comercializada. As contradições nesses documentos aparecem, mas elas são representadas de forma simplificada, dando-se mais espaço para discussão de embelezamentos de áreas, construção de espaços de lazer elitizados.

No seu plano de requalificação da cidade, a prefeitura destaca entre tantos projetos, dois em especiais, que a nosso ver, vem concretizar a forma como as cidades passam a ser abordadas: como um produto a ser comercializado. O primeiro projeto é o projeto “lagoas do norte” e o segundo é a urbanização da Vila da Paz, ambos os projetos em áreas reconhecidas por abrigarem centenas de famílias humildes, que habitam há décadas naquelas regiões.

Um dos principais projetos de intervenção no espaço urbano teresinense lançado pela prefeitura de Teresina, em plena sintonia com o novo plano diretor Agenda 2015, sem dúvidas, foi o programa Lagoas do Norte, que segundo a própria prefeitura, “visa a requalificação urbana e socioambiental da região norte da cidade de Teresina”. Atingindo uma área de cerca de 13 bairros e mais de cem mil pessoas localizadas na zona norte da cidade, o projeto instaurou um novo embate sobre a condução da política urbana teresinense, uma vez que os próprios moradores afetados pelo projeto denunciavam que se tratava de mais um caso de higienização social.

Inicialmente o projeto estava dividido em duas etapas, e contou com investimentos privados do Banco Mundial (BIRD), sendo este responsável por pelo menos 70% dos investimentos na primeira etapa do programa e por mais 50% dos investimentos na segunda etapa, o restante do financiamento foi fruto do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e da prefeitura de Teresina. Com um projeto que dizia buscar melhorias na qualidade de vida daquelas populações, o programa inicialmente foi saudado por aquelas comunidades, que vinham nesse um momento de melhoria urbana para aquela região, reconhecida por concentrar grandes contingentes de pessoas em fragilidade social.

---

<sup>80</sup> FAÇANHA, 2007, p. 205.

A primeira etapa do programa, e também a menor parte, buscou melhorias urbanas nas áreas principalmente de despoluição das lagoas, no sistema de drenagem e de circulação viária, com a abertura de novas ruas, além da ampliação da iluminação pública. Novas áreas de lazer foram construídas e redes de esgotos ampliadas. Todavia a segunda etapa do programa indicava a necessidade de remoção de várias famílias de algumas regiões, suscitando o início de um debate.

Os moradores dessas comunidades começaram a se organizar para lutar contra as desapropriações, que no discurso oficial da prefeitura, orientado pelo Banco Mundial, principal financiador do projeto, eram inevitáveis e necessárias. No seu Marco de reassentamento involuntário: das famílias e imóveis afetados pela implementação da – 2ª fase do PLN, a prefeitura informa, que o programa Lagoas do Norte “prevê ações que gerarão inevitavelmente a necessidade de relocar pessoas”<sup>81</sup>. Dessa forma começou a se estabelecer um campo de batalhas discursivo em torno das desapropriações.

Segundo o marco de reassentamento, na segunda etapa, mais de duas mil famílias seriam afetadas diretamente por essas remoções, que eram “inevitáveis”. Aproveitando a volta do grande financiamento habitacional que voltara nos governos federais do Partido dos Trabalhadores, a prefeitura de Teresina, construiu um residencial para algumas famílias que seriam removidas. O residencial Zilda Arns, localizado nas imediações do Projeto Lagoas do Norte, recebeu cerca de trezentas famílias. Apesar de ser dotado de uma infraestrutura como água, esgoto e energia elétrica, o residencial, como o próprio relatório do projeto indica, possuía casas minúsculas para famílias, que em geral, tinham mais de 3 membros.

Todavia, uma política de remoção não se dá de maneira homogênea, porque não existe somente a remoção de uma residência para outra, mas também pode existir a indenização financeira, onde a família recebe certo valor em dinheiro estabelecido pela prefeitura de quanto vale sua residência, geralmente valores bem abaixo do mercado. Vale lembrar que estamos falando de uma região que fica a pouco mais de três quilômetros do centro da cidade, e isso a torna uma área extremamente valorizada pelos agentes imobiliários.

Desse modo, muitos moradores começaram a contestar as verdadeiras intenções do projeto e do seu real impacto sobre suas vidas. O debate que aqui se estabeleceu foi mais uma

---

<sup>81</sup> MARGHELLA, Furtado. Melhoria ou exclusão? Moradores protestam contra ampliação de avenida em Teresina. **OitoMeia**. Teresina, 11 dez. 2017. Disponível em: <<https://www.oitomeia.com.br/noticias/2017/12/11/melhoria-ou-exclusao-moradores-protestam-contr-a-ampliacao-de-avenida-em-teresina/>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

vez do discurso técnico, erigido como apolítico, neutro e responsável, e de outro lado o discurso do popular, construído como errôneo, partidarizado e, portanto, marginalizado.

Munidos de enorme instrumental técnico, inúmeras equipes de engenheiros, estudiosos, consultores, etc. a prefeitura, sempre tentou mostrar a “inevitabilidade” das remoções. Duplicar uma avenida, resultando na remoção de famílias que ali viviam por mais de trinta anos, era fundamental para “proteger” essas famílias das intemperes da região, conhecida por alagamentos, inundações, insegurança e tantos outros males urbanos.

Ao enfrentar uma manifestação popular contra o projeto, o então prefeito de Teresina mais uma vez, estabeleceu o debate entre o técnico versus o político. Para Firmino “esse é um movimento político. Eles sabem que vamos conversar com todos antes da remoção, mas há dois anos agem de forma política”<sup>82</sup>. Sua tática discursiva de se desprender da política e se colocar como apenas um governante já há muito é usada na política local. Ao analisar a vida e obra do ex-governador do Piauí, Alberto Tavares Silva, Claudia Cristina da Silva Fontineles apontou que,

Um elemento marcante que se sobressai nas construções discursivas de Alberto Silva quanto à sua vida pública é a tentativa de desvincular sua imagem da atuação política, ao tempo que dá ênfase aos conhecimentos técnico-científicos que dispõe na condição de engenheiro. É constante em suas falas acentuar o fato de se considerar um engenheiro na política. Essa afirmação marca a construção narrativa tanto em seus discursos governamentais quanto nos informais, nos quais ele se intitula ‘engenheiro na política’, procurando desvincular seu perfil da imagem de um político profissional ou tradicional.<sup>83</sup>

Do mesmo modo, tratando-se de questões polêmicas como a das desocupações para o projeto Lagoas do Norte, o então prefeito da cidade busca construir um antagonismo entre o seu governo (técnico), e os manifestantes que reivindicam sua permanência na região (políticos-eleitores). Essa construção discursiva de antagonismos no cenário político, ainda mais ao tratar-se de intervenções na esfera urbana possui raízes antigas, sendo um recurso argumentativo usado principalmente por autoridades públicas. Contemporaneamente o discurso técnico volta com toda força em detrimento de um discurso popular-social sobre a cidade, que se constituiu brevemente no período da redemocratização.

---

<sup>82</sup> FELIZARDO, Nayara. Lançamento da 2ª etapa do projeto lagoas do norte tem protesto e tumulto. **Portal Odia.com**. 18 out. 2016. Disponível em: < <https://www.portalodia.com/noticias/piaui/lançamento-da-2a-etapa-do-projeto-lagoas-do-norte-tem-protesto-e-tumulto-285909.html> >. Acesso em: 07 abr. 2017.

<sup>83</sup> FONTINELES, 2015, p.06.

Mais do que criar a oposição entre o técnico e o político, as poucas palavras do prefeito encontram lugar dentro do receituário do planejamento estratégico, para o qual é necessário a construção de uma cidade homogênea, em “paz” constante, pois “a despolitização planejada é, ela também, como se vê, parte das garantias oferecidas aos parceiros privados”<sup>84</sup>. Por isso é rotineiramente invocado esse antagonismo, que busca colocar em lados opostos aqueles que querem o dito progresso da cidade, e aqueles que querem somente fazer “política”.

No entanto, não foi nem homogeneidade, nem aceitação fácil que esse projeto encontrou. Em matéria veiculada no dia primeiro de agosto de dois mil e quinze, no portal eletrônico – Capital Teresina foi noticiada a manifestação dos moradores da região do bairro São Joaquim contra as remoções. Dando seu depoimento, a então moradora, dona Maria Luzia desabafa: “Nossa luta continua. Essas não são apenas casas, são lares, são histórias de vida, são pessoas. Não é justo que um projeto do poder público que deveria beneficiar os moradores faça justamente o contrário, expulsando-os arbitrariamente”<sup>85</sup>.

A principal denúncia dos moradores da região é que com as remoções, eles, que deveriam ser beneficiados, acabariam sendo levados para outras regiões, não aproveitando das obras de melhoria. Novamente o discurso da higienização social mostrou-se forte na visão dos moradores. De forma mais incisiva, em outra matéria, no ano de 2017, o Portal Verdes Campos, apontou que os moradores denunciavam que “a prefeitura pretende transformar o local em uma espécie de ‘área nobre’ com construções de quiosques e prédios, por se tratar de uma região a 15 minutos do shopping e 5 minutos do Centro de Teresina”<sup>86</sup>.

Novamente, contra as denúncias, a prefeitura levantava seu exército de técnicos, estudiosos e pareceres para fortalecer o discurso técnico. Num painel proposto pelo ministério público do Piauí, o então coordenador do programa Lagoas do norte, Cleto Barata, levantou a preocupação do poder público com uma área que historicamente sofreria com inundações, visto que a região em questão é cercada de lagoas, principalmente devido ao encontro dos rios Parnaíba e Poti, criando um quadro histórico de alagações naquela parte da cidade.

Ainda assim, contra o discurso técnico, a experiência de vida dos moradores despontou como contraponto, segundo o depoimento de certo morador.

---

<sup>84</sup> VAINER, 2013, p. 96.

<sup>85</sup> GOMES, Miriam. Lagoas do norte: comunidade retoma luta pela permanência. **Capital Teresina**. Teresina, 01 ago. 2015. Disponível em: < <http://www.capitalteresina.com.br/noticias/teresina-163-anos-urbanizacao-x-hi/lagoas-do-norte-comunidade-retoma-luta-pela-permanencia-30122.html> >. Acesso em: 05 nov. 2017.

<sup>86</sup> MARGHELLA, 2017.

Nós moramos lá há anos, nunca precisamos da prefeitura. Eu quero saber aonde eles vão colocar todos nós moradores? Estão de olhos nas nossas terras, nós que moramos lá há anos é que sabemos como cuidar da natureza. Nossas casas nunca alagaram. Nós vemos esse projeto como segregador de famílias, esse estudo é uma mentira<sup>87</sup>.

Desse modo, a própria população elencou suas experiências vividas na região, seu modo de existência como discurso contra hegemônico. A prefeitura desse modo vem encontrando dificuldades em fazer com que muitas famílias abandonem seus lares, suas redes de vivências. No entanto, a disputa discursiva por quem tem “razão” nessa disputa é algo mais complexo do que parece. Como advertiu Bourdieu, “o ato da magia social que consiste em tentar trazer à existência a coisa nomeada pode resultar ser aquele que o realiza for capaz de fazer reconhecer à sua palavra o poder que ela se arroga por uma usurpação provisória ou definitiva, o de impor uma nova visão [...]”<sup>88</sup>.

A partir então do discurso da crise, colocando como “inevitável” as remoções, a prefeitura foi acusada de introduzir uma política de gentrificação<sup>89</sup> na região norte da cidade, acusação feita esta por moradores, organizações sociais e alguns partidos, que se fortalece quando analisamos o plano de requalificação da cidade, que trás imagens modelos de como deveria ficar aquela região após a conclusão do projeto, conforme imagem a seguir.

---

<sup>87</sup> MARGHELLA, 2017.

<sup>88</sup> BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand, 1989. p, 116.

<sup>89</sup> O termo gentrificação ou *gentrification*, foi dito pela primeira vez pela sociologa britanica Ruth Glass, e até hoje é um termo utilizado para se referir ao processo de retirada de pessoas mais pobres de uma região valorizada, que passava a ser ocupada por setores economicamente mais favorecidos. Como apontou Neil Smith trata-se de um processo para além de uma simples mudança social, é literalmente remover fisicamente pessoas pobres, combinando higienização social e reabilitação de bairros inteiros. Para ver mais, acessar: <http://nauui.ufsc.br/files/2016/06/O-esvaziamento-do-conceito-de-gentrificacao.pdf>.

**IMAGEM 1** – Visão panorâmica da zona norte da cidade desejada no Projeto Lagoas do Norte



Fonte: Plano de requalificação de Teresina.

Na imagem em destaque podemos perceber que o desejo representado na imagem é de uma região dotada de áreas de lazer, com quiosques, prática de esportes aquáticos, etc. Em suma uma região dotada de toda uma infraestrutura urbana, que até mesmo regiões mais nobres da cidade não possuem. A partir da nossa discussão bibliográfica, e do processo de remoção das famílias que lá viviam, nos permitimos duvidar se esse projeto busca beneficiar realmente uma maioria de cidadãos que historicamente sofrem com a falta de benefícios socioeconômicos, expressos principalmente nas desigualdades urbanas.

Como Vainer explica, é necessário no contemporâneo que as cidades construam consensos internos para que exista certa “paz social”, e de certa forma o fim de disputas políticas. É nesse momento que a “crise” assume o papel de aglutinador dos atores sociais da cidade. Em nome de sua superação revogam-se diferenças políticas, sociais, étnicas e religiosas. Foi com esse discurso, da crise local, na zona norte, que a prefeitura tentou construir um consenso ao redor do seu projeto de urbanização, ou gentrificação Lagoas do Norte.

Do outro lado da cidade, outro projeto que ainda está em sua fase inicial, caminha na mesma direção. Trata-se da urbanização da Vila da Paz, uma das regiões mais pobres da capital, localizada na zona sul, também vem provocando debates sobre um possível processo de gentrificação da região. Apesar de estar na sua fase inicial, também já vem provocando desapropriações e um aumento expressivo dos preços de imóveis na região. Até agora apenas o prolongamento de uma importante avenida na região foi feito, além de pequenas obras que

estão longe de dar conta de toda intervenção designada no plano de requalificação para aquela área.

Teresina, desde a promoção do seu plano estratégico, que tomou lugar como plano diretor da cidade, vem passando por mudanças, que foram desde uma reconceituação de cidade, até processos de intervenção em seu espaço urbano, que pouco diminuí problemas históricos da cidade, como os vazios urbanos, a alta especulação imobiliária e o déficit habitacional. Teresina historicamente é uma cidade construída a partir das suas desigualdades sociais, e esse quadro provocou inúmeras disputas pela cidade.

Desde o início do debate em torno do que são as cidades, os mais diversos órgãos, especialistas e também seus moradores, vem discutindo quais cidades os atores sociais constroem e para quem eles constroem, e a partir daí, quais cidades querem construir para o futuro. Como ficou claro até aqui, partimos da hipótese de que o Estado, principal interventor desse espaço, muitas vezes agiu como em detrimento das classes mais pobres, mesmo quando criou projetos que indicavam ações que buscassem a diminuição da problemática urbana. Como nos apontou Corrêa, a intervenção do Estado “[...] é marcada pelos conflitos de interesses dos diferentes membros da sociedade de classes, bem como das alianças entre eles”<sup>90</sup>.

Esse debate veio historicamente alimentando as inúmeras formas de se conceber e construir as urbes. Nesse sentido, as cidades são espaços próprios de exercício da política. Essa forma de concebê-las como espaços de debate político vem paulatinamente, na esteira da concepção do plano estratégico, sendo combatida. A partir do momento, que o poder público municipal passa a seguir um receituário que iguala a governabilidade da cidade a de uma empresa, então não se necessita desse espaço de debate e cria-se, portanto, a concepção da cidade apolítica. Desse modo,

A instauração da cidade-empresa constitui, em tudo e por tudo, uma negação radical da cidade enquanto espaço político – enquanto pólis. [...] sem consenso não há qualquer possibilidade de estratégias vitoriosas. O plano estratégico supõe, exige, depende de que a cidade esteja unificada, toda, sem brechas, em torno ao projeto<sup>91</sup>.

---

<sup>90</sup> CORRÊA, 1989, p. 26.

<sup>91</sup> VAINER, 2013, p. 91.

Apesar de esse consenso mostrar-se bastante difícil em Teresina, no passado mais próximo, alguns atores sociais, como o poder público, imprensa, etc. vêm tentando construir essa conformidade. Esse exercício de construção hegemônica possui diversas formas que podem ser explicadas historicamente, porém em Teresina destacaremos um fator determinante, a estabilidade política que o mesmo grupo político detém na administração da cidade.

Desde o processo de redemocratização política do Brasil, Teresina é governada pelo mesmo grupo político, que vai para além de um único partido, e essa condição foi vital para a tentativa de construção desse consenso em torno do projeto de uma cidade única. Uma vez que esse grupo espalhou-se pelos mais diversos ramos do cenário local, constituindo verdadeira rede de influência nos mais diversos setores sociais, e com amplo apoio do poder legislativo, que historicamente vem apenas ratificando as decisões executivas, temos a construção de uma base política sólida e coesa, capaz de permitir a construção de um discurso único ao redor de um projeto.

Foi nessa esteira que a cidade passou a elaborar diversos documentos, planos, análises que fossem capaz de construir essa Teresina harmoniosa e preparada pra receber investimentos públicos e privados, além de pessoas que eventualmente tivessem que passar a morar aqui como empresários, investidores, executivos, etc. É nessa linha de pensamento que podemos enxergar o processo de urbanização de alguns bairros inteiros dotando-os de toda infraestrutura e lazer para receber classes sociais mais abastadas, que possam arcar com os altos custos de lugares cartões postais, como esses.

Nesse sentido, Teresina tinha o contexto político ideal para a difusão das ideias do receituário do plano estratégico, uma vez que seus idealizadores mais conhecidos defendiam a “supressão dos impedimentos à reeleição e/ou prolongamento dos mandatos de quatro para seis anos”<sup>92</sup>. Nessa linha de raciocínio é que as diferenças partidárias, políticas precisam ser abdicadas em torno de uma figura central, o do prefeito, que é quase recriado como uma espécie de príncipe em seu feudo.

Um governo forte, personalizado, estável, apolítico, carismático, expressando a vontade unitária de toda uma cidade de manter a trégua e a coesão interna, a fim de afrontar, com base num projeto competitivo e no patriotismo cívico, as outras cidades.<sup>93</sup>

---

<sup>92</sup> CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. **Novos estudos cebrap**, n. 45, jul. 1996, p. 152-166. p. 164.

<sup>93</sup> VAINER, 2013, p. 97.

A essa tentativa de consenso, de criar uma cidade única, homogênea e harmônica apenas no plano dos discursos, que parcelas da população, de movimentos sociais, e daqueles inomináveis, que não pertencem a uma organização estabelecida ou movimento político, se levantam para lembrar que eles existem e que possuem outras concepções de cidade. Ao tentarem remover pessoas humildes de seus bairros, a prefeitura encontrou sérias dificuldades em executar esse plano. A cidade nesse sentido mostrou-se heterogênea, como espaço de debates, lutas sociais e disputas.

A cidade contemporânea vem ganhando contornos ainda mais dramáticos, porque ela vem afetando ainda mais os sentidos da existência humana. A cidade fragmento, a cidade movimento cada vez mais suplanta o subjetivo frente à gigantesca máquina urbana. O sufoco do tempo, cada vez mais relativo, a insalubridade do ar, a pobreza de um lado e a opulência cinematográfica do outro, a violência urbana, tudo isso, faz com que a cidade, sua teia, seja um,

Emaranhado de situações que leva as pessoas a vivenciarem, do ponto de vista das relações, mais anacronismos e menos sincronismos entre as suas práticas no tecido urbano e o desejo intenso de interações entre liberdade, segurança e felicidade [...].<sup>94</sup>

É contra essa racionalidade instrumental de um lado, que esmaga o sujeito, e contra essa cidade de “pensamento único”, que as manifestações do #Contraoamento, foram apreendidas no presente trabalho. Aqueles protestos figuraram como um fragmento, ou se preferirmos um sintoma de uma cidade de contradições que vinha se constituindo discursivamente como uma cidade harmônica.

Provocando um debate sobre o papel e a qualidade dos transportes públicos locais, os protestos lembraram à cidade ordeira e pacífica que ela não era a única em si mesma. Havia outras “Teresinas” que perfilaram as ruas, fazendo-se chocar os próprios sentidos da percepção humana. Em suma confrontou-se uma cidade sentida na pele, percebida na visão, com uma cidade discursada, portanto, ouvida.

É nesse sentido, que pretendemos a partir da próxima etapa, resgatar um pouco as condições históricas de desenvolvimento recente da capital piauiense, tendo por norte o sistema de transportes coletivos da cidade, que foi a principal reivindicação dos protestos do #Contraoamento, para posteriormente mergulharmos nossa análise de forma mais detida nos

---

<sup>94</sup> ANDRADE, Carlos Sait Pereira de. Sentidos e nexos conceituais da cidade contemporânea. In: LIMA, Antonia Jesuita (Org.). **Cidades brasileiras** – atores, processos e gestão pública. Belo Horizonte: Ática, 2007, p. 20.

dias do protesto, para compreendermos o seu desenvolvimento enquanto acontecimento histórico.

## 2 A pé ou de bicicleta ? Cidade e Transporte Coletivo

Fernando Antonio Novais e João Manuel Cardoso de Melo definiram os inquietos anos entre as décadas de 1950 e 1980 no Brasil com a expressão “uma sociedade em movimento”<sup>95</sup>. Essas décadas marcaram um período de aceleradas transformações no cenário político-econômico brasileiro. Foram momentos de mudanças nos padrões de consumo dos brasileiros, tanto no âmbito espacial quanto no âmbito sociocultural, de acelerado crescimento urbano, migração interna e de uma certa modernização da nossa base tecnológica. No entanto, também foram anos de exceções políticas, do agravamento da dívida externa e por consequência um aumento na desigualdade social.

Nesse período o país estabeleceu uma das suas mais longas ditaduras, na qual esse processo era vivenciado também por toda a América Latina, criando um quadro macro político, dificultando a atuação de movimentos sociais e grupos de defesas populares. Partidos políticos foram proibidos, dissidentes foram perseguidos e corpos jamais foram encontrados. A propaganda governamental, em contrapartida, desempenhava o papel de construir um país atentando-se apenas com o intenso crescimento econômico.

O Governo Federal passou a investir maciçamente em grandes obras de infraestrutura, num plano de desenvolvimento por endividamento, no qual as cidades tinham um papel central. Nessa sociedade em movimento, de mudanças nos padrões de consumo, o crescimento urbano foi intenso, no qual houve um forte movimento migratório do campo para a cidade. No início dos anos 1960 o Brasil travava uma batalha pela tão desejada reforma agrária. Com o advento do período autoritário este ensejo se tornou sinônimo de “comunismo”, e como tal, subversivo e proibido.

O processo de expulsão do homem do campo, seja pela falta de incentivo para a subsistência, seja pela violência político judiciária do grande latifúndio, provocou um intenso trânsito para as cidades, estas imaginadas e desejadas como um lugar no qual haveria ordem, segurança e oportunidades para os muitos desempregados.

Movimento de uma configuração de vida para outra: da sociedade rural abafada pelo tradicionalismo para o duro mundo da concorrência da grande cidade, ou para o mundo sem lei da fronteira agrícola; da pacata cidadezinha do interior para vida já um tano agitada da cidade média ou verdadeiramente alucinada da metrópole. Movimento, também, de um emprego para outro, de

---

<sup>95</sup> MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando Antonio. Capitalismo Tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ. Lilia Moritz (Org.). **História da vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1998. Vol 4.

uma classe para outra, de uma fração de classe para outra, de uma camada social para outra. Movimento de ascensão social, maior ou menor, para quase todos<sup>96</sup>.

Foi nesse movimento nacional de importantes mudanças que Teresina também vivenciou intensas transformações no seu cenário urbano. Cidade de médio porte, a capital piauiense é conhecida por comportar os mais diversos níveis socioeconômicos, que se caracteriza como uma das suas singularidades. Nesse período ela recebeu um intenso fluxo migratório, que lhe garantiu uma taxa de crescimento demográfico acima das médias estadual e nacional. Foi justamente nessas décadas, mais precisamente no começo dos anos de 1980, que Teresina também começou a vivenciar a intensificação de problemas urbanos, como o do transporte coletivo.

“Em 1940, a população urbana brasileira era de 26,3% do total. Em 2000 ela era de 81,2%”<sup>97</sup>. De imediato, esse fenômeno provocou a expansão das cidades brasileiras agravando a conflituosa situação dos grupos menos favorecidos. O resultado disso foi um intenso processo de expansão desordenada, onde o “inchaço populacional” forçou a criação de novas áreas de habitação. Teresina, nas décadas de 1970 e 1980, teve em média um crescimento demográfico de 4,45% e 5,54% a.a, respectivamente, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Desse modo, a cidade passou por mudanças significativas no desenho, na estrutura e na condição de vida dada aos seus cidadãos.

O fenômeno social da migração campo-cidade foi reconhecido como o principal responsável pelo forte crescimento demográfico nas cidades naquelas décadas<sup>98</sup>. Parte da historiografia piauiense também reconhece esse fenômeno como o principal responsável pelo crescimento das cidades. A situação fundiária brasileira foi e continua sendo, um dos principais empecilhos para o desenvolvimento social do país. O grande latifúndio nesse sistema expulsa o homem pobre do campo, e este na busca de melhores condições de sobrevivência migra para a cidade. Segundo Regianny Lima Monte,

Em nível regional, Teresina desponta, entre os anos de 1960/1970, como a capital do nordeste com maior taxa de crescimento da população urbana, apresentando uma taxa média de 6,3% ao ano, ficando à frente de Fortaleza, com 5,8 % e de São Luís, com 5,1%. Em valores concretos, a capital do estado do Piauí contava, em 1970, com 220.487 habitantes, sendo que 181.062 residiam na zona urbana, dos quais 67.594 eram originários de outras localidades, ou seja, os migrantes representavam 37% da população

<sup>96</sup> MELLO; NOVAIS, 1998, p. 586.

<sup>97</sup> MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis, Rj: Vozes, 2013b, p. 16.

<sup>98</sup> MARICATO, 2013b.

urbana da capital. Em 1980, a população urbana já era de 333.405 habitantes, sendo 43% dela composta por migrantes, ou seja, pouco mais de 150.000 pessoas. Esses dados demonstram que a população de Teresina recebeu uma grande quantidade de migrantes nesse período, o que foi responsável pela duplicação de sua população a cada década. Esse incremento populacional é reflexo do êxodo rural no estado, sobretudo na capital, que recebeu o maior contingente populacional.<sup>99</sup>

Através do impulso a indústria da construção civil o país viveu momentos de transformações, como um canteiro de obras nos quais as cidades eram remodeladas pela ação do Estado, que se configurava um dos seus principais agentes de produção. Em Teresina grandes áreas foram abertas sob a justificativa de construir novos bairros e expandir outros. Se por um lado a década de 1970 teve na mão de obra empregada na construção civil seu grande instrumento de geração de emprego, nos anos de 1980, por outro lado, essa realidade mudou. O modelo de crescimento econômico baseado na importação de empréstimos dava mostras de esgotamento, ao passo que, aos poucos o país foi entrando em recessão.

Desse modo, grandes contingentes de trabalhadores ficaram desempregados agravando ainda mais as questões urbanas, sobretudo em Teresina, cidade de pouca indústria, que tem na prestação de serviço e emprego público suas principais atividades empregatícias. Nesse momento, importantes iniciativas partiram do poder público na tentativa de disciplinar os espaços e seus respectivos usos e, por conseguinte, o seu sistema de transportes coletivos estaria incluso nessas tentativas.

Herdeiros da década de 1970, a década de 1980 experimentou, em termos políticos, iniciativas públicas que tentavam se equiparar às ações políticas da década anterior. Reconhecida pela sociedade local como o momento de maior desenvolvimento de Teresina, e do Piauí, os grandes investimentos dos governos de Alberto Silva (1971-1975) e de Dirceu Mendes Arcoverde (1976-1980), serviram como modelo para as administrações seguintes que buscaram equiparar suas obras e decisões às dessas duas figuras centrais da década de 1970.

A princípio é interessante perceber a força que a esfera Estadual apresentava na tomada de decisões sobre a cidade nessa época, ao contrário da atual situação, onde os municípios possuem maior poder. No final dos anos 1970, uma empresa pernambucana foi contratada pelo Governo Estadual do Piauí, em convênio com a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU), do Governo Federal para realizar um estudo técnico sobre o

---

<sup>99</sup>MONTE, Regianny Lima. **A cidade esquecida**: (res) sentimentos e representações dos pobres em Teresina na década de 1970.2010. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010, p. 55.

sistema de transportes públicos da capital. Coube ao município apenas referendar o acordo dando seu aval e ajudando na montagem do plano, celebrado pelo convênio 24/76.

Segundo Fontineles, a capital piauiense era usada como uma “vitrine” das ações dos governos estaduais nesse período,

[...] funcionando, assim, como ocorria em outras capitais brasileiras e mundiais, como uma espécie de filtro e de caixa de ressonância, simultaneamente, por meio do qual os modelos administrativos e sociais eram captados e emitidos para outros municípios [...] <sup>100</sup>.

Assim, é importante entendermos que muitos dos planos que buscavam disciplinar os espaços de Teresina na década de 1980, tiveram sua promulgação na década anterior. A nível mais geral, a cidade ainda estava sendo regida pelo Primeiro Plano Estrutural de Teresina (PET I) de 1977. Em 1984 foi elaborado o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) para a capital, e no ano seguinte, em 1985, foi elaborado o Plano Diretor de Transporte Urbano (PDTU). Evidenciando que era comum naquela época pensar a cidade em termos de um suposto planejamento, objetivando não só disciplinar a cidade existente, esses planos eram repositórios de desejos para uma cidade futura.

Como aponta a socióloga Antônia Jesuíta Lima, o déficit habitacional continuou alto em Teresina, pois as ações governamentais, apesar de concretas e visíveis, atendiam muito mais a outros interesses do que realmente a solução dessa carência social <sup>101</sup>. Assim, ao mesmo tempo em que essas intervenções no espaço urbano visavam abarcar o grande crescimento populacional que vinha acontecendo em Teresina, também serviam de vitrine para o discurso político da ditadura civil-militar. Esse discurso trazia consigo a promessa de tirar o Brasil do atraso e içá-lo ao patamar de “grande nação” <sup>102</sup>, concomitantemente, essas iniciativas eram movidas por interesses particulares de terceiros <sup>103</sup>.

Era nesse cenário que o Brasil estava ensaiando uma política nacional de intervenção no espaço urbano, na qual buscava soluções para os inúmeros problemas surgidos nas cidades,

<sup>100</sup> FONTINELES, 2015, p. 199.

<sup>101</sup> LIMA, Antonia Jesuíta de. **Favela Cohebe**: uma história de luta por habitação popular. Teresina: EDUFPI, 1996.

<sup>102</sup> FONTINELES, 2015.

<sup>103</sup> A exemplo desses interesses, a professora Antônia Jesuíta Lima cita o caso do terreno para a construção do conjunto habitacional PROMORAR, na década de 1970, que tinha por objetivo acolher as famílias da favela COHEBE. “A área escolhida para a construção do conjunto não ficava a 500 m das favelas, conforme justificativa da COHAB-PI apresentada ao BNH. A sua localização estava para além da área urbana da cidade, cujo terreno, conforme Fonseca (1983:120) pertencia a um membro de ‘um grupo familiar na política, no mercado imobiliário, na indústria da construção civil e tradicional cliente ou beneficiário direto ou imediato da política habitacional’” (LIMA, 1996, p. 57).

especialmente as de grande e médio porte. Essa política tem início na década de 1960 com a criação do Sistema de Financiamento Habitacional (SFH).

Ermínia Maricato defende que essa política não surtiu o efeito desejado, pois ela não visava enfrentar a questão fundiária, real motivo do déficit habitacional<sup>104</sup>. Para Lima, o verdadeiro objetivo dessas iniciativas na construção civil estava mais voltado para a geração de empregos que às questões de moradia. Assim as cidades conseguiam absorver o grande contingente de trabalhadores que chegavam à elas, sem qualificação adequada, ou lugar para ficar, tendo na construção civil uma forma de conseguir emprego e se manter. Ainda assim, com os baixos salários e uma política urbana vítima da forte especulação imobiliária, tornando parte da cidade inacessível para os mais pobres, esses contingentes urbanos dificilmente conseguiam morar em regiões dotadas de alguma infraestrutura urbana.

No final da década de 1970, as maiores economias passaram por uma crise internacional do sistema econômico capitalista, o que fez com que os empréstimos internacionais, que o governo ditatorial brasileiro contraiu para financiar suas iniciativas, se tornassem escassos, agravando a situação social do Brasil, uma vez que o saldo final dessa balança foi o aumento da desigualdade, nos aspectos econômicos e sociais, gerando uma massa de desempregados<sup>105</sup>.

A cidade de Teresina crescia exponencialmente em todas as direções, novos bairros, novas comunidades, novas favelas e até uma “nova” zona de ocupação, a Zona Leste, que surgiu nesse período. Mas onde estavam morando essas pessoas, e qual o impacto desse crescimento na máquina estatal? Segundo Lima, a década de 1980 foi o período onde o fenômeno das favelas tornou-se uma problemática em Teresina, levando em conta que até a década anterior, não era comum a presença dessas comunidades de assentamento urbano informal na cidade. Na sua maioria, as novas favelas ocupavam as franjas da cidade, principalmente no entorno dos novos conjuntos habitacionais, expandindo a cidade para além da expansão propiciada pela mão do Estado.

Como dito anteriormente, a maioria das iniciativas voltadas para habitação desta época não tinham como prioridade realmente solucionar o déficit populacional, prova disso era que a maioria dos conjuntos habitacionais que foram construídos eram destinados a faixas sociais de pessoas com melhores condições econômicas, apartando dos subsídios as faixas mais pobres<sup>106</sup>. Podemos observar no quadro abaixo, retirado da tese da professora Jesuíta

---

<sup>104</sup> MARICATO, 2013b.

<sup>105</sup> LIMA, 1996, p. 29.

<sup>106</sup> MARICATO, Ermínia. **A política habitacional do regime militar**. Petrópolis: Vozes, 1987.

Lima, que a cidade cresceu em todas as direções através de uma política de financiamento público de novos conjuntos habitacionais, que vinham como uma solução para o problema do grande déficit habitacional.

**QUADRO 3** - Município de Teresina total de habitações produzidas pela cohab-pi na década de 1980

<b>CONJUNTO</b>	<b>ANO</b>	<b>ZONA</b>	<b>NÚMERO UNIDADES</b>	<b>DE</b>
Itararé II	1980	Leste	4.254	
Itaperu	1980	Norte	164	
União II	1981	Norte	100	
Cíntia Portella	1981	Norte	176	
J.E. Falcão	1982	Sul	996	
Promorar-Angelim I	1982	Sul	4.696	
Mocambinho II	1982	Norte	3.031	
Catarina	1983	Sul	120	
Mocambinho II	1984	Norte	976	
São Joaquim	s/d	Norte	824	
Boa esperança	1984	Leste	150	
Tancredo Neves	1985	Sul	756	
Mocambinho III	1985	Norte	1.128	
P. Militar	1985	Leste	85	
Boa esperança II	1985	Leste	104	
Novo Horizonte	1986	Leste	300	
Renascença I	1986	Leste	900	
Morada Nova	1988	Sul	984	
Renascença (II/I e III etapas)	1989	Leste	1.450	
Morada Nova II	1989	Sul	564	
Angelim II	1989	Sul	264	
Morada Nova III	1989	Sul	624	
Santa Fé	1989	Sul	533	
<b>TOTAL</b>			<b>23.179</b>	

Fonte: Companhia de Habitação do Piauí – COHAB-PI, 1989.

Com empreendimentos em todas as zonas da cidade, ficou evidente para nós como o Estado agira com o intuito de promover o crescimento da mesma, na tentativa de estabilizar a situação alarmante do crescimento populacional. Todavia, como Lima aponta essas iniciativas logo perderam seu caráter social, deixando de atender as camadas sociais mais carentes, principalmente através da falta de linhas de crédito para essa parcela da população. O Governo Federal chegou a criar linhas de créditos para famílias mais pobres, porém essas linhas de crédito foram extintas em prol da criação de linhas para classes sociais mais

estabilizadas economicamente.

Assim, muitos desses conjuntos não enfrentavam os problemas de moradia de forma eficiente, sendo muito mais uma política de reordenamento espacial, que no fim das contas, beneficiava o capital imobiliário e a indústria de construção civil. De modo geral esses conjuntos eram ocupados pela classe média que não tinham condições de arcar com os custos de moradia dos bairros mais nobres, mas possuíam certa estabilidade financeira, tornando-os capazes de concorrer a esses empreendimentos junto à Companhia de Habitação do Piauí – COHAB-PI, por exemplo. Vale ressaltar que essa situação era comum à boa parte do Brasil, não foi uma característica local.

Assim a problemática urbana em Teresina, na segunda metade do século XX, que gravitou entorno das questões de moradia acarretou no surgimento de novas questões, que por vezes não tiveram espaço na agenda dos governos constituídos. As favelas se multiplicaram e seus habitantes passaram a reivindicar uma expansão, ou até mesmo uma nova cidade. O surgimento da zona leste, como lugar de ocupação numa maior escala e como área nobre da cidade, impulsionou o surgimento de mais favelas e por consequência maiores distinções entre os espaços da cidade de Teresina. A zona sul, nesse contexto, despontou como o principal destino daqueles cidadãos com menor poder aquisitivo.

A primeira organização habitacional em Teresina nomeada como favela, surgiu na década de 1970 – favela COHEBE – assim,

Teresina, até meados da década de 70, não se configurou como uma cidade com grandes e numerosas favelas, posto que ainda não estava evidenciado 'o processo de favelamento propriamente dito', o qual somente adquiriria visibilidade em fins dessa década, ampliando-se nos anos subsequentes. Contudo, o fenômeno já se fazia presente, embora ficasse circunscrito a pequenos e reduzidos núcleos<sup>107</sup>.

Essa nova configuração urbana – o aumento de favelas em Teresina – foi a principal característica do crescimento espacial na década de 1980. Segundo Lima, esse fenômeno gerou um grande impasse urbano. Essas comunidades surgiram nas franjas da cidade, longe do controle direto do poder público, por muitas vezes ocupando terrenos inapropriados. Por isso, são nessas conurbações, “que os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito de outros agentes”<sup>108</sup>.

---

<sup>107</sup> LIMA, 1996, p. 47

<sup>108</sup> CORRÊA, 1989, p. 30.

Destarte, percebemos como as reivindicações feitas pelos manifestantes do #Contraoamento acerca das condições do transporte coletivo de Teresina estavam assentados num processo de ocupação urbana desordenada, na qual a população passou a residir em regiões cada vez mais distantes do centro da cidade, ocupando de forma desordenada suas franjas, expandindo as fronteiras e desafiando o poder público a responder a essas problemáticas.

## 2.1 **Expansão espacial e transporte coletivo:** Teresina sob a ótica dos primeiros planos diretores de transporte coletivo

Na década de 1980, com o recente fim da ditadura civil-militar e o consequente fortalecimento dos movimentos sociais, sobretudo aqueles de caráter mais urbano, Teresina, assim como outras cidades do Brasil, foi pressionada a buscar políticas que promovessem a solução dessas problemáticas, pois não era só a moradia que essas pessoas almejavam. Queriam moradia, saneamento básico, energia elétrica, creche, ônibus, entre outros serviços básicos. As pessoas queriam ser cidadãos da urbe dotados de direito, principalmente ter direito aos usos da cidade. Dessa forma, as questões referentes aos transportes coletivos passaram a figurar situações prevaletentes na agenda local dos moradores de Teresina.

A cidade crescia num ritmo acelerado e sua demanda por um sistema de mobilidade urbana mais eficiente foi crescendo no mesmo ritmo. No entanto, a qualidade do transporte público oferecido estava aquém das necessidades da cidade. Ainda que as favelas sejam reconhecidas como espaços marginalizados, pelo fato delas orbitarem os novos bairros, elas também foram responsáveis pelo aumento das demandas pelos serviços de transporte público. Porém, pensar a problemática dos transportes públicos não restringe as reflexões à oferta de ônibus, significa também perceber todos os outros meios que viabilizam a oferta de um sistema eficiente ou não.

O jornal O Dia, no caderno “Cidades”, registrou inúmeros casos de situações que mostravam uma ligação direta entre a dinâmica espacial urbana de Teresina e o funcionamento do seu sistema de transportes. Em 1985 o jornal denunciava a situação dos moradores da zona norte da cidade, que estavam vivendo em condições sub-humanas, e que estavam sendo ameaçados de despejo. Narra o jornal que,

Os alagados que construíram as Vilas Tancredo Neves e Risoleta Neves e Nova Água Mineral, na zona norte de Teresina, em terrenos invadidos só vão

se transferir para a zona leste se todas as suas reivindicações forem atendidas. Eles queriam, entre outras coisas, que os títulos de propriedade lhes sejam entregues antes de abandonarem suas casas. Os posseiros reconhecem que o terreno oferecido nas proximidades do Conjunto Dirceu Arcoverde é bom, mas alegam que ganham pouco, e não terão dinheiro para pagar passagem de ônibus para irem trabalhar, diariamente, na zona norte, onde são empregados. Existe ordem de despejo contra posseiros, mas a sua execução foi suspensa.<sup>109</sup>

A notícia, assim tratou do caso de famílias que estavam sendo ameaçadas de despejo de um terreno que elas ocuparam na zona norte. Segundo a reportagem, o plano das autoridades era levar aquelas famílias para outra área nas intermediações do bairro Dirceu Arcoverde, localizado no extremo leste da cidade. Esse bairro foi criado em meados das décadas de 1970 e 1980 com o nome de Conjunto Habitacional Itararé e também estava enfrentando dificuldades de infraestrutura. Pode-se supor, pelo termo “alagados” utilizado na matéria que essas pessoas deveriam ser pobres e moradores de áreas próximas as margens dos rios Poty e Parnaíba, muitas dessas áreas ocupadas por essa parcela da população que residia nas zonas Norte e Sul da cidade que estavam próximas aos rios Poty e Parnaíba.

Como essas famílias não tinham outra opção de lugar para se mudar, decidiram ocupar áreas próximas ao local onde residiam anteriormente. Esses espaços, posteriormente, seriam reconhecidos como, as comunidades Nova Água Mineral, Tancredo Neves e Risoleta Neves. A reportagem indica que o terreno não pertencia às iniciativas públicas, portanto seria necessário um plano de transferência dessas pessoas, ao invés de concessão de títulos de posse ou de aforamento, como geralmente o poder público fazia se tratando de áreas de algum ente federativo. Ainda assim, havia certa resistência por parte das pessoas em se mudar para uma região desconhecida e distante de todo o círculo sócio espacial ao qual elas pertenciam.

Como mostra Corrêa, as cidades são uma construção constante de diversos sujeitos que lhe alteram o desenho e remodelam o seu espaço. No caso das favelas, como estas citadas na reportagem, a produção do espaço é, antes de tudo, “uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência”<sup>110</sup>. Assim, a reportagem esclarece que aquelas famílias tinham construído aquelas comunidades, portanto, aquele espaço era dotado de significâncias para elas.

Por último, o argumento utilizado por elas para não aceitar o plano de transferência da prefeitura é o indicativo mais forte para a percepção dos teresinenses acerca do sistema de transporte público. A principal queixa dos moradores para resistirem àquela transferência

---

<sup>109</sup> FLAGELADOS... *O Dia*, 27 jul, 1985, p. 01.

<sup>110</sup> CORRÊA, 1989, p. 30.

eram as possíveis dificuldades que eles teriam para se deslocar, via transporte público coletivo, para os seus respectivos empregos, a maior parte deles localizados próximo à zona norte. A constante falta de ônibus, o tempo de espera, o trajeto, os custos de quatro tarifas diárias para ir trabalhar se configuravam como uma dificuldade, quando deveria ser uma solução.

Desse modo, essa reportagem se mostra como um sutil indício de que, apesar de as moradias serem a principal problemática a nortear as agendas do poder público e de diversas organizações sociais, outros problemas, em especial o do transporte coletivo, já eram urgentes e necessários nas agendas dos cidadãos e das organizações que lutavam por uma cidade mais justa naquela época. Isto é, os posseiros reconheciam que os terrenos oferecidos para eles eram bons – no sentido da moradia –, porém a distância dos seus locais de trabalho era grande e os seus salários inviabilizavam o custeio das tarifas dos ônibus, evidenciando a importância que o sistema de transportes coletivos da cidade tinha para a realização de outras atividades, como o emprego.

Teresina não teve, na criação do seu sistema de transporte coletivo, uma preocupação em atender a população mais carente e necessitada, uma vez que o transporte público não se constituía como um direito. Ainda que assim se configurasse, não garantiria melhorias imediatas, haja vista que havia outros serviços urgentes às necessidades sociais, garantidos por lei, e pouco efetivos na sociedade. Na primeira metade do século XX, o sistema de transportes públicos de Teresina surgiu como um signo de distinção social e modernização da cidade<sup>111</sup>. Evidenciando a necessidade que a população mais carente tinha em usar o sistema de transporte público teresinense.

O bairro Dirceu Arcoverde, por exemplo, teve nos seus primeiros anos graves problemas com o transporte público, sendo esta uma das maiores reivindicações dos moradores, que na época moravam na “última fronteira” da zona leste da capital<sup>112</sup>. Como já dito e citado na tabela 01, o bairro Dirceu Arcoverde, antes, Parque Itararé, somente após a morte do ex-governador recebeu o nome Dirceu Mendes Arcoverde como forma de manter viva “na memória dos seus moradores a imagem do governante [...]”<sup>113</sup>. Foi justamente na atuação de Dirceu que o governo encomendou o primeiro plano estratégico de

---

<sup>111</sup>CARVALHO, Mary Lúcia Alves de. **O ônibus só sai depois que estiver cheio**. A evolução e as dificuldades do sistema de transporte urbano de Teresina (1930-1960). Rio de Janeiro: Câmara Brasileira de Jovens Escritores, 2008.

<sup>112</sup> SOUSA NETO, Marcelo de. Moradia popular e eleições: o conjunto Itararé e as disputas eleitorais em Teresina – PI (1978-1996). **Revista Tempo e Argumento**. Florianópolis, set/dez. 2016. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180308192016209>>, Acesso em: 12 mar. 2017.

<sup>113</sup> SOUSA NETO, 2016, p. 221.

disciplinamento dos transportes para a capital piauiense. Assim, em 1977, através do trabalho da empresa Contécnica de Pernambuco, a capital ganhou seu Plano de Transportes de Teresina (PTT). Posteriormente, em 1985, foi elaborado também o Plano Diretor de Transportes Urbanos (PDTU).

Por serem os primeiros documentos oficiais de Teresina, que constituem estudos acerca da área de transporte, e estarem relacionados à dinâmica urbana de Teresina, o PTT e o PDTU merecem uma análise mais expressiva do seu conteúdo. Devido a possibilidade de acesso a inúmeros documentos, com a realização de pesquisas de campo, a empresa pernambucana que elaborou o PTT pôde traçar um perfil possível na área dos transportes de Teresina nessa época.

A partir disso, ela pode munir o poder público com propostas que levassem ao melhoramento desse sistema, ou pelo menos possibilidades de melhorar. Assim, o plano estava dividido em três partes: perfil do sistema, propostas para curto e propostas para longo prazo. Seus objetivos eram conseguir:

1. Proposições de medidas expeditas, a serem tomadas a curto prazo, objetivando a melhoria do atual sistema de transportes de Teresina e que agora são apresentadas com o título de plano de ação imediata de tráfego.
2. Planejamento de um sistema de transportes visando ao atendimento da população da região compreendida pela grande Teresina, a médio e a longo prazos, considerando o horizonte de até 20 anos, isto é praticamente até o ano de 2000<sup>114</sup>.

Assim, num primeiro momento, ficou evidente que o objetivo do PTT não se restringia a uma ação emergencial, em médio prazo, para o sistema de transportes de Teresina. O plano reconhecia a necessidade de se pensar a área dos transportes em longo prazo, uma vez que as dificuldades existentes não seriam sanadas num curto espaço de tempo, pois estas advinham da própria concepção política dos transportes públicos de Teresina.

O plano, de modo geral, contemplou as mais diversas áreas que englobam o sistema de transportes urbanos de uma cidade. Ele analisou desde a quantidade e a importância das bicicletas no deslocamento das pessoas na época, passando pela qualidade dos ônibus que circulavam, e analisando também as medidas físicas das ruas pelas quais esses meios de transporte trafegavam. Na primeira parte os engenheiros salientaram, do ponto de vista de uma política de tráfego, as dificuldades que o histórico planejamento tracejado do centro da

---

<sup>114</sup> CONTÉCNICA LTDA. **Plano de Transportes de Teresina – PTT**. Plano de ação imediata de tráfego – PAIT. Recife-PE: Contécnica, 1977, p. 05-06.

capital piauiense impunha para o bom funcionamento do trânsito, que nessa época já um problema para os cidadãos.

Embora a capital tivesse uma crescente demanda pelo transporte público, estes ainda estavam aquém das necessidades da população, haja visto que no mesmo momento, a média de táxis por habitante na capital era maior que a de ônibus. Esses números apontam para a grande quantidade de pessoas que se utilizavam mais da bicicleta que qualquer outro transporte. Segundo os dados apresentados no plano e colhidos junto ao Departamento de Trânsito do Piauí (DETRAN-PI), Teresina possuía legalmente reconhecida mais de vinte e cinco mil bicicletas<sup>115</sup>.

A partir do estudo feito, a pesquisa apresentou o seguinte quadro do transporte coletivo por ônibus na capital:

- a) A idade média da frota é relativamente elevada, o que proporciona falta de conforto, segurança, economia e confiança dos usuários;
- b) A frota é composta por cerca de 90 ônibus, pertencentes a 7 empresas e atomizadas em cerca de 23 linhas;
- c) Os itinerários das linhas não são normalmente obedecidos e a frequência é totalmente irregular;
- d) Não existem abrigos nos pontos da parada ao longo das linhas ficando os passageiros expostos totalmente aos intempéries;
- e) Existem superposições nos itinerários de várias linhas;
- f) Pouca utilização do sistema por parte da população, resultando na sua menor rentabilidade, o que implica no agravamento das deficiências apontadas<sup>116</sup>.

Assim, Teresina adentra os anos 80 com sérios problemas de funcionalidade no seu sistema de transportes coletivos, o que desafiava o imaginário erigido de cidade funcional e ordeira que seus “engenheiros na política”<sup>117</sup> tentaram construir na década anterior. O perfil constituído no PTT abarca as inúmeras problemáticas enfrentadas pelos usuários desde aquelas décadas. Muitas das pautas que foram elencadas em 2011 e 2012 já se faziam presentes a mais de trinta anos na cidade. Como apontado no relatório, a frota de ônibus era ultrapassada, a desorganização nos itinerários e linhas não davam nenhuma segurança para os passageiros que não sabiam em que horários seria possível pegar um ônibus e do mesmo modo a que horas conseguiriam voltar para casa.

Politicamente, o que se esperava naquele momento da elaboração dessas análises contidas no PTT, era que Teresina oferecesse melhores condições para os seus cidadãos nessa

<sup>115</sup> CONTÉNICA, 1977, p. 06.

<sup>116</sup> CONTÉCNICA, 1977, p. 100-101.

<sup>117</sup> FONTINELES, 2015.

área. Dirceu Mendes, que governava o Estado no período da elaboração do plano de transportes, foi sucedido em 1978 por Djalma Martins Veloso, que pertencia, segundo Fontineles, ao mesmo grupo político de Dirceu.

Em 1979, Veloso foi sucedido por Lucídio Portella Nunes na chefia do Estado, que pertencia ao grupo de oposição de Alberto Silva. Diante disso, no momento em que se fez um planejamento para o sistema de transportes da capital Teresina, o Estado, que foi quem encomendou o plano, estava sendo governado pelo mesmo grupo político que comandava a capital. A expectativa era que, pelo menos, boa parte do referido projeto fosse executado. Porém, em menos de dez anos das recomendações do PTT, Teresina já teria outro documento como instrumento formalizador para a área de transportes coletivos.

Em 1985, Teresina ganhou seu Plano Diretor de Transportes Urbanos, um desdobramento do PTT, no qual dados mais significantes sobre a condição desse sistema foram apontados. Este, por sua vez, foi elaborado pela Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOT), em parceria com a Secretaria Municipal de Transportes Públicos (SEMTRAN) e com o Aglomerado Urbano (AGLURB), que era a unidade de gerência de projetos e era parte de um projeto que visava compreender e propor certo desenvolvimento urbano considerando a relação entre as cidades de Teresina e Timon. Já nesse plano destacava-se a importância da vizinha cidade do Estado do Maranhão que faz parte da região metropolitana de Teresina, com quem tem importantes ligações políticas, culturais e sociais, irmãs divididas pelas águas do “velho monge”.

Através do PDTU de Teresina, podemos constatar que foi criado no ano de 1981 um regulamento de Transporte Coletivo, através do Decreto nº 338, apontando a SEMTRAN como órgão responsável pelo gerenciamento e fiscalização do sistema de transporte público municipal. Além disso, foi também a partir de 1981, que as empresas de ônibus passaram a operar sob o regime de contrato de serviços com a Prefeitura Municipal de Teresina, situação esta, que com pequenas atualizações legislativas, se arrastou até o início do século XXI.

Apenas as linhas a serem disputadas pelas empresas eram fruto de licitação pública, no entanto, estas empresas não necessariamente obedeciam alguns pontos importantes para uma boa prestação de serviços. Isso fica mais evidente quando vemos que o Plano Diretor de 1985 afirmava que:

Na prática, os níveis de serviço observados anteriormente [a licitação] não são levados em consideração para concessão das linhas, embora o regulamento mencione, entre outros aspectos, a lotação máxima e

características dos veículos em operação, pontualidade, regularidade e frequência<sup>118</sup>.

Ou seja, o próprio plano traz consigo uma diferenciação objetiva entre o ideal e o real, na contratação das empresas que iriam explorar o serviço. O ideal era que se levasse em conta no momento da contratação, o serviço que estas ofereceram anteriormente à cidade. Em tese, os órgãos responsáveis – SEMTRAN/PMT – deveriam considerar os antecedentes de cada empresa participante das licitações das linhas. No entanto, na prática, isso não foi considerado, o que nos permite refletir acerca do papel destes órgãos e o que realmente era considerado no momento de contratação das empresas. No total, registraram-se sete empresas operando em Teresina e Timon, sendo possível o seguinte quadro:

**QUADROS 4** – Dados das concessionárias que exploram o serviço de transporte coletivo por ônibus no aglomerado

Razão social	Número de linhas	Frota em Operação	Motoristas/veículo	Cobrador/veículo
Auto Viação Teresinense Ltda.	12	53	1,13	1,13
Empresa de transportes Coletivos Ltda – EMTRACOL	13	55	1,40	1,45
Empresa Gomes Ltda.	3	16	1,63	1,63
Expresso São Francisco Ltda	8	26	1,54	1,54
Manoel Morais do Nascimento	2	9	1,11	1,11
Osvaldo Mendes e Cia Ltda – Dois Irmãos*	6	42	1,14	1,10
Transcol Transportes Coletivos Ltda.	6	20	2,00	2,00
<b>Total:</b>	-	-	1,36	1,37

\* Única empresa que operava entre Teresina e Timon.

Fonte: Plano Diretor de Transportes de Teresina de 1985.

<sup>118</sup> EMPRESA BRASILEIRA DE PLANEJAMENTO DE TRANSPORTES. **Plano Diretor de Transportes Urbanos**. Teresina: GEIPOT, 1985, p. 54.

Num primeiro momento é possível perceber o crescimento no número de linhas em relação ao que foi registrado no PTT de 1977. Enquanto no final da década anterior foram registradas vinte e quatro linhas em operação, já na pesquisa realizada em 1984 o Plano Diretor de Transportes registrava mais de cinquenta linhas em operação, um notável resultado da expansão espacial que a cidade estava atravessando, aumentando sua população, sua área e consequentemente forçando a máquina estatal a estender as mais diversas redes de serviços públicos. Na medida em que a cidade se expandia, o transporte coletivo via ônibus foi ampliado pelas empresas e pelo poder público, em oposição ao demérito de outros meios de mobilidade.

No plano de 1977, sua abrangência de análise, destacou a importância do desenvolvimento urbano espacial da cidade na área dos transportes coletivos. Falar de transporte é muito mais do que falar de linhas de ônibus, ou do tamanho da frota de veículos na cidade, é entender como a cidade se desenvolve e como isso tem impacto direto nos serviços públicos, como a oferta de transportes coletivos. Ou seja, o sistema de transporte existe e tem significado relacionado diretamente à forma como a cidade é concebida e construída.

O plano evidencia a necessidade que o poder público tem, com todos os fatores que englobavam o desenvolvimento urbano da cidade de Teresina, ao ter que criar iniciativas visando o melhoramento do sistema de transportes, especialmente o coletivo através dos ônibus. Não podemos esquecer que Teresina na época já contava com um trem de superfície, que ligava a zona sudeste ao centro. Assim o PTT se constituiu com base numa série de análises e considerações que levaram em conta a expansão demográfica da cidade assim como os indicadores socioeconômicos dos municípios, além de fazer projeções de desenvolvimento para a cidade.

No seu relatório final, o Plano é voltado totalmente para a dinâmica urbana de Teresina, frisando entre outras questões, uma rica caracterização do município, partindo de um levantamento histórico e indo até as questões geográficas. Outro volume dentro do PTT é o Plano de Ação Imediata de Tráfego (PAIT), voltado quase que exclusivamente para as necessárias intervenções físicas no espaço urbano objetivando a racionalização do sistema. Esse volume destaca a necessidade que a cidade tinha de se adaptar a outras formas de mobilidade, além da disciplinarização das vias, de estacionamentos e outros serviços.

Ao analisar os rumos do desenvolvimento urbano da cidade, o relatório destaca que este,

[...] vem ocorrendo com um grau de interferência muito pequena dos órgãos de planejamento locais. São tendências espontâneas, vinculadas a iniciativa privada, à especulação imobiliária e a decisões isoladas do poder público não estando inseridas em um processo de planejamento institucionalizado<sup>119</sup>.

O alerta feito no final da década de 1970, combinado com outro alerta presente no Relatório de Políticas e Estratégias de Desenvolvimento, que visava alimentar a produção de um Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de 1984, nos ajudaram a entender um dos possíveis fatores responsáveis por essa baixa interferência dos órgãos públicos na ocupação do solo urbano. Segundo relatórios do PDDU o município não tinha precisão acerca das terras que lhe pertenciam, nem quais eram do poder estadual ou a União. Desse modo, alertava que,

a) A administração municipal não tem conhecimento efetivo das áreas públicas ( por conseguinte não tem como orientar o crescimento urbano a minguia de áreas para localização, por exemplo da população de baixa renda através de programas sociais de assentamento e regularização fundiária, direção da criação de equipamentos urbanos e comunitários, etc.; b) – em Teresina, é patente o desvirtuamento da função social da propriedade, tanto que, entre as forças ditas restritivas , e é, impedientes da regularização fundiária, anotou-se com ênfase 'o interesse dos grileiros, muitos dos quais com significativo poder político'.<sup>120</sup>

Assim, podemos compreender um pouco mais como a cidade, no período em que as questões fundiárias estavam em maior evidência, nesse momento em que ela mais se expandia, o déficit habitacional, apesar de toda a propaganda em torno dos novos conjuntos habitacionais, não diminuía. A ação de grileiros fazia com que grandes faixas de terras públicas, que poderiam ser usadas para as moradias populares, fossem privatizadas e assim alimentassem a forte especulação imobiliária, responsável pela falta de acesso à terra por parte dos mais pobres. Os vazios urbanos tornaram-se exemplo concreto dessa ação dos grileiros.

Outro ponto levantado no plano foi o perfil socioeconômico dos habitantes de Teresina. O plano relata uma cidade de médio porte, que apresentava uma paisagem urbana pobre de modo geral, paisagem esta distante daquela erigida pelo discurso do progresso de muitos líderes políticos da época. Segundo pesquisa realizada pela empresa Contécnica para

<sup>119</sup> CONTÉCNICA, 1977, p, 3.88.

<sup>120</sup> FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. **Relatório** – R2 – Políticas e Estratégias/Programas de ação imediata. Recife, PE: INAD. 1984, p. 7.3.

elaboração do plano diretor de transportes, a cidade possuía em sua grande maioria famílias que sobreviviam com menos de dois salários mínimos, representando aproximadamente 34,1%. Compreendendo que nessa faixa salarial estavam e ainda estão a maioria dos usuários do sistema de transporte coletivo via ônibus, apontamos a configuração de um quadro alarmante de grande demanda por ônibus e uma oferta incipiente, de má qualidade e altos custos.

Desse modo então, dois fatores se mostram pertinentes para analisarmos o impacto da tarifa cobrada na época, são eles o emprego e a renda dos teresinenses. Segundo dados do IBGE, na década de 1980 o Brasil sofreu com a hiperinflação, esta rompendo a marca simbólica de 100% ao ano a partir de 1982. Sonia Miriam Draibe aponta um balanço sobre a evolução das turbulências daqueles anos:

No final da década de 1980, 48,6% da força de trabalho ganhava até dois salários mínimos e 27,2% da população ocupada recebia um salário mínimo. Para se ter uma ideia dos baixos valores salariais e da crescente concentração de riqueza, vale assinalar o comportamento de participação da massa salarial na renda interna total: cai de 40,79% em 1970 a 37,9% em 1980 e em 1989 estava estimada em 30%. (...) O Brasil ingressa nos anos 1990 com cerca de um terço de sua população em estado de pobreza<sup>121</sup>.

Teresina não estava distante disso, sofria dos mesmos males que o resto do país. O modelo de crescimento por endividamento estava chegando ao fim. Sem linhas de crédito para financiar empreendimentos da construção civil, o desemprego nesse setor cresceu. Para se estabelecer um comparativo, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o município de Teresina no ano de 1980 só possuía 10.838 cidadãos economicamente ativos (E.A) na indústria de transformação, em detrimento de 11.874 cidadãos que não estavam economicamente ativos (N.E.A.)<sup>122</sup>.

Se fizermos um recorte por sexo, ao analisarmos a renda dos teresinenses nesse período os números se mostraram ainda mais alarmantes, uma vez que o município já possuía, naquela época, mais mulheres que homens. À medida que o salário foi aumentando o número de mulheres empregadas em relação aos homens foi diminuindo vertiginosamente, podendo nos dar o seguinte quadro:

<sup>121</sup> DRAIBE, Sonia Maria. Qualidade de vida e reformas de programas sociais: O Brasil no cenário latino americano. Lua nova: Revista de cultura e política. n. 31, 1993. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451993000300002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451993000300002) >, Acesso em: 06 jun. 2017;

<sup>122</sup> IBGE. **IX Recenseamento Geral do Brasil-1980**: Censo demográfico mão-de-obra no Piauí. Rio de Janeiro: IBGE, 1983, p. 235.

**QUADRO 5-** Rendimento mensal (salário mínimo) e sexo em 1980

<b>TERESINA</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>
Até ¼ do salário mínimo	1.978	9.186	16.850
Mais de ¼ a ½ salário mínimo	6.443	10.407	16.850
Mais de ½ a 1 salários mínimos	29.498	16.001	45.499
Mais de 1 a ½ salários mínimos	14.949	5.638	20.587
Mais de 1 ½ a 2 salários mínimos	7.039	2.443	9.482
Mais de 2 a 3 salários mínimos	6.995	2.944	9.939
Mais de 3 a 5 salários mínimos	5.823	2.753	8.576
Mais de 5 a 10 salários mínimos	4.007	1.490	5.497
Mais de 10 a 20 salários mínimos	2.499	512	3.011
Mais de 20 salários mínimos	1.079	74	1.153
Sem rendimento	42.737	95.889	138.626

Fonte: IBGE

Ou seja, apesar de ser maioria e de muitas serem responsáveis pelo sustento de suas casas, as mulheres em Teresina na década de 1980 estavam ganhando quase menos da metade do que os homens ganhavam. Indubitavelmente, aquelas mulheres que ganhavam menos eram as que mais necessitavam do transporte coletivo para se locomover, ou seja, a maior parte das mulheres que trabalhavam dependia dos ônibus. Assim, a tarifa do transporte desempenhava um forte papel excludente do sistema, pois se este oferecia uma tarifa que não era condizente com a realidade econômica e social dos usuários, eles eram levados a procurar outras formas

de mobilidade. Vale lembrarmos novamente a força que o deslocamento por meio de bicicletas e a pé tinham nesse cenário.

Segundo análise feita no Plano Diretor de transportes, a principal causa do aumento tarifário era a falta de subsídios, e o alto índice de meias passagens concedidas aos estudantes,<sup>123</sup> que existia, vale ressaltar, desde 1963 pelo decreto lei nº 926 da Câmara Municipal de Teresina. Nesse ponto, no entanto, as análises não descrevem nenhuma medida no sentido de melhorar essa situação, restringindo-se apenas a demonstrar em longas planilhas os custos que os empresários colocavam nestas. É importante salientarmos que até meados da década de 1980 o Brasil possuía um órgão ligado ao Ministério da Fazenda responsável por determinar os preços de produtos e serviços por todo o país.

O Conselho Interministerial de Preços (CIP) era o órgão que determinava o valor das tarifas de ônibus, inclusive em Teresina, através da análise da planilha enviada pelos empresários que exploravam o serviço. Apesar de funcionar até meados da década de 1990, segundo o Plano Diretor de 1985, já era a prefeitura de Teresina quem determinava o valor da tarifa, seguindo uma metodologia da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes. Segundo o plano, “os coeficientes técnicos de consumo são fornecidos pelas empresas e o poder concedente se limita a compará-los com os de outra cidade”<sup>124</sup>.

Essa realidade nos chama bastante atenção, uma vez que ao relatar anteriormente o alto índice de meias passagens, o plano cria uma singularidade para o sistema de transportes públicos teresinenses. Ainda assim, este plano tinha seu aumento tarifário definido a partir da comparação de Teresina com outras cidades, o que favorecia muitas vezes a uma decisão nem sempre favorável aos usuários. Certo é que já naquele período a planilha apresentada pelos empresários era extremamente difícil de ser analisada por pessoas de fora da área, o que contribuía para que ela não fosse criticada, uma vez que olhando rapidamente os cálculos da tarifa percebemos que a mesma sequer constava na documentação.

Pelo relatório municipal enviado para a câmara municipal de Teresina no ano de 1987, podemos ter um mapeamento do preço da tarifa cobrada em Teresina entre o final dos anos 1970 até o final dos de 1980.

#### **QUADRO 6 - Evolução do valor da tarifa de ônibus em Teresina**

<b>Data</b>	<b>Inteira</b>	<b>Meia</b>	<b>Percentual</b>
-------------	----------------	-------------	-------------------

<sup>123</sup> EMPRESA BRASILEIRA DE PLANEJAMENTO DE TRANSPORTES, 1985, p. 55.

<sup>124</sup> EMPRESA BRASILEIRA DE PLANEJAMENTO DE TRANSPORTES, 1985, p. 58.

	Cr\$	Cr\$	
28.02.79	2,20	1,20	-
20.08.79	3,00	1,50	36,4%
20.12.79	4,00	2,00	33,3%
01.07.80	5,50	2,80	37,5%
20.11.80	8,00	4,00	45,5%
14.03.81	9,00	4,50	12,5%
11.05.81	14,00	7,00	55,6%
20.11.81	20,00	10,00	42,9%
04.06.82	30,00	15,00	50,0%
10.12.82	50,00	25,00	66,7%
12.06.83	70,00	35,00	40,00%
12.11.82	120,00	60,00	71,4%
29.01.84	140,00	70,00	16,7%
01.05.84	200,00	100,00	42,9%
03.08.84	260,00	130,00	30,0%
04.11.84	400,00	200,00	53,8%
02.03.85	560,00	280,00	40,0%
02.06.85	800,00	400,00	42,9%
20.11.85	1.300,00	650,00	62,5%
09.02.86	1.800,00	900,00	38,4%
	Cz\$	Cz\$	
12.02.86	1,80	0,90	38,4%
22.01.87	3,00	1,50	66,67%
11.04.87	4,00	2,00	33,33%
16.05.87	5,60	2,80	40,00%
17.08.87	6,60	3,30	17,85%
03.10.87	8,00	4,00	21,21%
12.11.87	10,00	5,00	25,00%
26.12.87	12,00	6,00	20,00%

Fonte: Mensagem à Câmara Municipal, TE-09. Prefeitura Municipal de Teresina. p. 125.

Data: 1/1/1987.

De acordo com a tabela podemos perceber como a tarifa sofria reajustes anualmente, e que cada vez mais oneravam o bolso do usuário, deixando o sistema de transportes inviável para aqueles que mais necessitavam. Precisamos lembrar ainda, que o Brasil sofria fortemente

com a inflação galopante que tornava tudo mais rarefeito para as pessoas. O “milagre econômico” era passado enquanto o desemprego era uma dura realidade. O cruzeiro resistiu até o ano de 1986, ao ser substituído pelo cruzado.

Observando os números entre fevereiro de 1979 e dezembro de 1982, com sucessivos reajustes, podemos perceber como as ideias sugeridas no Plano de Ação Imediata de Tráfego pouco ou nada surtiram efeito em prol da melhoria do sistema, uma vez que um dos seus objetivos era tornar as viagens mais rápidas e baratas para as empresas, acarretando também uma diminuição dos custos da tarifa. Porém, o que se registrou foram aumentos sucessivos por toda a década de 1980, deixando as iniciativas presentes nos planos apenas na forma da letra. Em contrapartida, as empresas cresceram nesta década, embora a economia nacional sofresse com a crise econômica, que agravava ainda mais o quadro de pobreza da população.

Se utilizarmos apenas os números de 1980, quando a tarifa passou a custar oito cruzeiros, e o salário mínimo pouco mais de cinco mil cruzeiros, fazendo um cálculo simples, podemos constatar que uma pessoa que ganhava até um salário mínimo – a grande maioria dos trabalhadores de Teresina segundo dados do IBGE de 1980, – e que utilizava o transporte público via ônibus para trabalhar, num trajeto considerando a ida e a volta gastaria em média 15% do seu salário apenas para conseguir ir trabalhar, desconsiderando para esse cálculo o lazer, as compras e tantos outros deslocamentos necessários. Assim podemos perceber porque Teresina, apesar de sua forte expansão horizontal que representava o aumento das distâncias a serem percorridas, registrava grandes contingentes populacionais utilizando outros meios, para se deslocar pela cidade.

Além de serem importantes fragmentos do passado, por conter perfis da sociedade daquela época, esses planos também carregavam expectativas futuras para o desenvolvimento das urbes, projetando também uma cidade desejada pelo Estado. Como aponta Pesavento,

Às cidades reais, concretas, visuais, tácteis, consumidas e usadas no dia-a-dia, corresponderam outras tantas cidades imaginárias, a mostrar que o urbano é bem a obra máxima do homem, obra esta que ele não cessa de reconstruir, pelo pensamento e pela ação, criando outras tantas cidades, no pensamento e na ação, ao longo dos séculos.<sup>125</sup>

Nesse sentido, tanto o Plano de Transportes de 1977, quanto o Plano Diretor de 1985, – I Plano Estrutural de Teresina (PET), foram repositórios desses desejos, projetando uma

---

<sup>125</sup> PESAVENTO, Sandra Jataty. Cidades invisíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, Vol. 27, nº 53, São Paulo, Jan/Jun.2007. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v27n53/a02v5327.pdf> >, Acesso em: 05 mai. 2017, p.11.

cidade futura, que obviamente conseguiria enfrentar os problemas urbanos que se manifestavam naquele momento. Enfrentar a questão da moradia e conseqüentemente dos transportes, porém, evidenciou-se nesses planos como uma preocupação muito mais econômica do que social.

Era mais importante garantir que as linhas levassem o trabalhador aos locais de trabalho e ao comércio, do que garantir uma tarifa mais barata para a população, pois esta era inviável pelo “alto índice de benesses” aos estudantes. Eram mais valorizadas as concessões de incentivos às empresas com subsídios, que a fiscalização do serviço oferecido por elas. Assim, compreendemos com mais clareza como esses planos projetavam as cidades, e em que direção a cidade deveria, segundo esses estudos se desenvolver, bem como que aspectos as orientariam.

O Plano de Ação Imediata de Tráfego (PAIT) nesse sentido foi mais modesto, visto que era basicamente um plano de ação de curto em médio prazo. Uma espécie de plano emergencial que visava amenizar a situação imposta na realidade teresinense: ruas mal sinalizadas, excessos de estacionamentos privados, trajetos de ônibus pouco eficientes, ônibus em péssimas condições de uso e assim uma rede de transportes pouco eficiente de modo geral. Destarte, podemos perceber como essa parte do plano de intervenção foi muito mais normativo, com muitas recomendações, afastando-se da concepção de um plano de gestão da cidade<sup>126</sup>.

As denúncias se multiplicavam pelos jornais da cidade, mostrando como os ônibus estavam distantes de oferecer um serviço pelo preço cobrado. O jornal O Dia possuía uma coluna chamada “Cidades”, onde diariamente pode se encontrar matérias envolvendo o transporte público por ônibus em Teresina. O mais interessante é percebermos a variedade de situações constrangedoras que os munícipes eram submetidos. Era frequente, por exemplo, matérias que tratavam de casos de atropelamento de pessoas por ônibus que circulavam em alta velocidades, de ônibus com problemas mecânicos que deixavam as pessoas no meio da rua, e até mesmo a falta de troco.

Vem agora a falta de um cruzeiro em quase todos os ônibus da zona sul de Teresina. O trocador, com a maior simplicidade do mundo, diz para o passageiro que está faltando um cruzeiro. [...] As empresas, por sua vez tem pouco interesse em adotar um sistema de vale (sunguelo), porque aquele cruzeiro que o trocador não tem para o passageiro é o estímulo para que ele

---

<sup>126</sup> MARICATO, 2013b.

continue trabalhando quase de graça. Não vai contabilizado em favor da empresa esse trôco que falta.<sup>127</sup>

Podem ocorrer também situações extremamente complicadas como o caso do lavrador Manuel Domingos Sousa Castro que foi, “brutalmente espancado, anteontem, por um motorista da Empresa Transcol que faz linha para o bairro Jockei club”<sup>128</sup>. Assim evidencia-se uma situação extremamente difícil para os moradores usuários do transporte, que estavam sujeitos a toda sorte de situações. Constituindo um perfil da situação existente, a coluna “zona franca”, constrói o seguinte perfil dessa situação:

As deficiências do sistema de transportes coletivos de Teresina estão descambando para confrontos diretos dos que trabalham nas empresas com os usuários. A falta de um setor para controlar os movimentos de cada linha, fazendo o papel mediador entre as tensões, poderá trazer transtornos imprevisíveis. Ultimamente tem-se observado abuso de trocadores agressões de motoristas a passageiros, enquanto as medidas punitivas, se é que são tomadas, não são anunciadas, nem por parte das empresas nem tampouco por parte da autoridade competente. As razões para desentendimentos entre usuários e trabalhadores de empresas de ônibus são variadas, e entre elas a principal é o 'estado de nervo' em que se encontram essas correntes, uma 'acuada' com as dificuldades financeiras e o desconforto do sistema de trabalho, a outra fustigada também por problemas financeiros e as condições humilhantes a que são submetidas em cada lotação. Os ônibus de Teresina, por serem poucos estão virando vagões de trem-de-carga, porque os bancos estão sendo retirados. A ordem é colocar 80 ou 100 passageiros em cada carro, mesmo que essas pessoas não tenham onde se sentar ou se agarrar.<sup>129</sup>

A situação desenhada acima, aponta as diversas situações que são determinantes para percebermos como os ônibus da capital piauiense a muito tempo já não eram símbolo de progresso ou modernidade que os caracterizaram no início do século XX. Muito pelo contrário, o mesmo já era sinônimo de deficiência e pobreza. Isso fica claro quando percebemos que um trabalhador assalariado com até um salário mínimo gastava em média 15 % do seu sustento para ir ao trabalho em ônibus sucateados, extremamente lotados, e com pessoal pouco qualificado pelas empresas.

Esse quadro se perpetuava por toda a década de 1980, não sendo uma exclusividade do seu começo. Os planos de melhoramento da situação foram encomendados, foram feitos e publicizados, porém, poucos foram aproveitados, o que também significou que nem se quer foram colocados a prova, para ver se cumpriam o que prometiam. No final daquela década, o

<sup>127</sup> EMPRESAS... *O Dia*, 03 jan. 1980, p. 08.

<sup>128</sup> PASSAGEIROS...*O Dia*, 23 jan 1980, p. 08.

<sup>129</sup> OS COLETIVOS... *O Dia*, 23 jan. 1980, p. 13.

mesmo jornal mostrou os mesmos problemas com o transporte que eram publicizados no começo da década. Ainda assim os reajustes eram frequentes: “A partir deste sábado a passagem de ônibus urbano em Teresina custará Cz\$ 38 e Cz\$ 19 a meia passagem”.<sup>130</sup>

Apesar dessa situação calamitosa os jornais não registram manifestações populares de cunho movimentalista<sup>131</sup>, a não ser manifestações advindas da categoria dos motoristas e cobradores de ônibus, que por algumas vezes paralisavam os transportes como forma de protesto por melhores condições salariais e de trabalho. Essa aparente conformidade não pode ser traduzida simplesmente em aceitação, ou capitulação frente àquela situação. Não podemos esquecer que o Brasil vivia há 20 anos numa ditadura militar onde qualquer situação que fosse considerada “subversiva” podia ser rapidamente reprimida sem quaisquer garantias civis para os seus autores. Era um momento de transição política, o que não significava imediatas mudanças no quadro social ou político.

Pouco a pouco os movimentos sociais reorganizaram-se e algumas iniciativas em torno do cenário urbano ganharam bastante força. Destacaram-se a criação da Federação de Associação de Moradores e Conselhos Comunitários – FAMCC, e da Federação de Associação de Moradores do Estado do Piauí – FAMEPI, ambas em 1986, que empreenderam diversas ações que visavam atenuar as inúmeras problemáticas da cidade. Foi nesse período também, no governo de Wall Ferraz, que foi elaborado o II Plano Estrutural de Teresina (PET II) em 1988, e foram regulamentados os conselhos populares que visavam democratizar a gestão da cidade, além da criação de diversas secretarias voltadas para a gestão do problema de moradia<sup>132</sup>.

O período ditatorial tinha findado no campo macro político e por todo o país iniciativas populares experimentavam novas e velhas formas de movimentos, de cunho social, que buscaram uma democratização da sociedade, principalmente pela democratização das cidades. O viver urbano estava na pauta desses movimentos e diversas iniciativas brotavam no seio popular. A Federação de Associações de Moradores e Conselhos Comunitários do Piauí foi uma dessas iniciativas que mais se destacaram no cenário piauiense e teresinense, se constituindo de importante lugar de lutas pela cidade por setores mais populares.

Ao organizarem, essas associações conseguiram pressionar o poder público por melhores condições de moradia, transportes, saúde e trabalho. Se recorrermos ao quadro 2,

---

<sup>130</sup> PASSAGEM... *O Dia*, 05 ag. 1988, p. 13.

<sup>131</sup> Movimentos sociais de caráter movimentalista seriam aqueles onde os sujeitos organizam-se fora de uma esfera tradicional de ação social – partidos, sindicatos, etc. e com outras agendas, como questões étnicas, sexuais e ambientais.

<sup>132</sup> RODRIGUES NETO, 2005.

que é um levantamento dos serviços oferecidos às comunidades mais pobres de Teresina no censo de vilas e favelas realizado em 1996, os números se mostraram mais satisfatórios do que o primeiro relatório, em relação a quantidade de áreas atendidas. A zona Norte, por exemplo, registrou vinte vilas e favelas e treze destas eram atendidas por ônibus, aumentando o índice para 65%. A região que passou a ter o pior índice desse serviço foi a zona sul que apenas 39% dessas comunidades carentes eram atendidas, o que significava ainda um alto índice de regiões desassistidas.

Em geral, esses números apenas indicam a quantidade de áreas atendidas, sendo incapazes, portanto, de ir além e medir a qualidade, o custo benefício e a eficiência do serviço oferecido. Nesse momento, os jornais em geral, a imprensa serviu de um importante meio para podermos perceber aspectos qualitativos dos serviços de ônibus da capital nesse período. Desde o plano diretor de transporte de 1985, Teresina não possuía nenhuma iniciativa que tratasse absolutamente desse tema e que propusesse avaliações e medidas para o sistema. Apenas o II PET, trazia em suas linhas o que seriam os principais pontos do sistema, como a implantação do vale transporte, a necessidade de uma fiscalização adequada, ou o direito de alguns grupos a meia passagem.<sup>133</sup>

Ainda no ano de 1990, os jornais da capital registraram o que podemos colocar como uma das primeiras manifestações de usuários que reivindicavam a qualidade do sistema de transportes em Teresina. Segundo o jornal, entidades de movimentos sociais, como a FAMEPI, a União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES), e a União dos Jovens Socialistas (UJS), estavam organizando uma manifestação que visava protestar #Contraoamento da tarifa de ônibus de quarenta por cento, cedida pelo então prefeito de Teresina Heráclito Fortes<sup>134</sup>.

Ainda na matéria, os diretores das entidades estudantis disseram que o protesto pretendia ser pacífico, mas que não se responsabilizavam pelo que poderia ocorrer, como confrontos e quebra-quebra de ônibus. Uma tônica que como veremos posteriormente seria bastante recorrente nessas manifestações. Segundo os estudantes, ocorreram mudanças nos itinerários dos ônibus o que fez com que estes reduzissem seus trajetos, o que deveria significar uma redução nos custos, e assim evitar qualquer reajuste. Os anos de 1991, 1993, 1996 ainda iriam registrar novos aumentos, até mesmo dois aumentos num mesmo ano. Durante toda a década, o poder público registrou a seguinte relação entre salário e tarifas cobradas:

---

<sup>133</sup> TERESINA. **II Plano Estratégico de Teresina**. Teresina: Câmara Municipal de Teresina, 1988.

<sup>134</sup> REAJUSTE...**O Dia**, 01 abr. 1990, p. 08.

**QUADRO 7** – Evolução da relação salário mínimo/tarifa

<b>MESES</b>	<b>SALÁRIO MÍNIMO</b>	<b>TARIFA SEMTRAN</b>	<b>DATA</b>	<b>RELAÇÃO SM/TARIFA</b>
Dez/92	Cr\$ 522.186,94	Cr\$ 3.000,00	21/11/92 25/01/93	174,0
Jan/93	Cr\$ 1.250.700,74	Cr\$ 3.000,00 Cr\$ 4.000,00	21/11/92 25/01/93	416,9 312,6
Fev/93	Cr\$ 1.250.700,74	Cr\$ 4.000,00	26/01 28/02	312,6
Mar/93	Cr\$ 1.709.400,00	Cr\$ 4.000,00 Cr\$ 6.400,00	01 - 25 26 - 31	427,3 267,0
Abr/93	Cr\$ 1.709.400,00	Cr\$ 6.400,00	01 - 31	267,1
Mai/93	Cr\$ 3.303.300,00	Cr\$ 6.400,00 Cr\$ 10.000,00	01 - 24 25 - 31	516,1 330,3
Jun/93	Cr\$ 3.303.300,00	Cr\$ 10.000,00	01 - 30	330,3
Jul/93	Cr\$ 4.639.800,00	Cr\$ 10.000,00 Cr\$ 16.000,00	01 - 25 26 - 30	463,9 289,9
Ago/93	CR\$ 5.534,00	CR\$ 16,00	01 - 31	345,8
Set/93	CR\$ 9.606,00	CR\$ 16,00 CR\$ 25,00	01 - 12 13 - 30	600,3 384,2
Out/93	CR\$ 12.024,00	CR\$ 25,00 CR\$ 35,00	01 - 15 16 - 31	480,9 343,5
Nov/93	CR\$ 15.021,00	CR\$ 35,00 CR\$ 45,00	01 - 12 16 - 30	429,2 333,8
Dez/93	CR\$ 18.760,00	CR\$ 60,00	01 - 31	312,7
Jan/94	CR\$ 23.882,00	CR\$ 85,00	27 - 12 31 - 01	386
Fev/94	CR\$ 42.859,00	CR\$ 120,00	01 - 28	356,9
Mar/94	URV (64,74)	CR\$ 170,00 (0,27) URV's	01 - 03 31 - 03	239,9
Abr/94	URV (64,79)	CR\$ 240,00 (0,26) URV's	01 - 30	249,2
Mai/94	URV (64,74)	CR\$ 340,00 (0,26) URV's	01 - 31	249,2
Jun/94	URV (64,79)	CR\$ 500,00 (0,27) URV's	02-30	239,9
Jul/94	URV (64,79)	CR\$ 780,00 (0,29) URV's	01/06 30/06/95	à 223,4
Jun/95	R\$ 100,00	R\$ 0,35	01/06	à 285,7

			29/04	
Jun/96	R\$ 112,00	R\$ 0,45	01/05	248,8

**Fonte:** Banco de Dados CEPIMAR

Essa análise feita pela secretaria de transportes estabelece apenas a quantidade de passagens que poderiam ser compradas pelo valor dos salários mínimos pagos à época. Porém, esses números nos permitiram também levantar outros dados, como a porcentagem do salário que podia ser consumida apenas com o transporte.

Assim, um trabalhador comum de Teresina, que trabalhasse de segunda à sábado e gastasse apenas duas passagens por dia, uma para ir ao trabalho e outra para voltar em 1992, e que ganhasse apenas um salário mínimo – o que representava grande parte da população empregada formalmente – gastaria em média, 26,81% da sua renda, apenas com o deslocamento para ir trabalhar. Se esse trabalhador, no entanto, tivesse que pegar dois ônibus para ir e mais dois para voltar do trabalho, deveria gastar mais de cinquenta por cento do seu salário, apenas para ir trabalhar.

Quando entra em vigor a nova moeda, o real, no ano de 1996, registramos um percentual menor, uma vez que o salário mínimo era de 112 reais, e a tarifa custava 0,45 centavos, o que significa que se fizermos o mesmo exercício anterior, percebemos que o valor poderia consumir naquele momento apenas três por cento do salário mínimo. Esse valor pode ser resultado diretamente dos efeitos econômicos provocados pela utilização da nova moeda brasileira, que rapidamente se valorizou.

A criação do real foi parte de um programa de estabilização econômica do governo federal visando diminuir os altos índices de inflação que assolavam a população. Se outros dados, como cesta básica, saúde, educação entrasse na relação com o salário mínimo, assim como os gastos com os transportes, poderíamos perceber como a inflação consumia rapidamente a renda dos brasileiros na época, considerada um dos maiores problemas econômicos do Brasil.

À frente da prefeitura em seu primeiro mandato, no ano de 1997, Firmino da Silveira Soares Filho era considerado o herdeiro político de Wall Ferraz, que havia morrido anos atrás. Firmino acabou tornando-se uma das figuras políticas mais importantes no processo de definição do sistema de transportes coletivos da capital. Em matéria veiculada em abril de 1997, Firmino colocou-se de forma veemente #Contrao aumento da tarifa de ônibus proposto pelo sindicato dos empresários. Para ele, “o aumento de 30% na tarifa de ônibus urbanos,

proposto [...] é abusivo”<sup>135</sup>. Todavia, como pudemos perceber, o então prefeito figurou a frente da administração municipal em outros momentos de aumento tarifário.

Naquela época outra figura começava também a ganhar maior visibilidade nesse processo. A planilha apresentada pelos empresários em justificativa aos reajustes solicitados. Na mesma matéria o jornal escreve que além dos gastos já colocados naquela planilha, outros foram anexados naquele ano. Como esclareceu o então Secretário Municipal de Transportes Públicos Geraldo Ferro, “o seguro de passageiros, remuneração de diretorias das empresas do setor e a quilometragem improdutiva - deslocamento do ônibus da garagem até o ponto inicial da linha - são os novos itens incluídos na planilha de custos para definir o valor da tarifa”<sup>136</sup>.

A adição desses novos fatores significaria em média num aumento de 2% da tarifa. Novamente em nenhum momento se falou nos números das receitas geradas pela exploração dos serviços. Dessa forma uma operação duvidosa ganhava contornos de regra oficial, de força de lei. A tabela entregue pelo SETUT apenas com os gastos, tornou-se o argumento técnico responsável por rebater qualquer questionamento, ou crítica que se fizesse aos aumentos na tarifa. Operação duvidosa porque como dissemos antes, apenas os gastos eram computados, e não os lucros, o que significava que em linhas gerais, as tarifas eram calculadas como se não existisse lucro e conseqüentemente os reinvestimentos das operadoras do sistema. Novamente o discurso técnico servia como guarda-chuva capaz de deter qualquer contra resposta.

Em linhas gerais, Teresina continuou abdicando de gerir o sistema de transporte coletivo, passando seu controle para a iniciativa privada, que era a responsável pela exploração dos serviços. Analisando as discussões jurídicas dos transportes públicos, principalmente, no que tange as relações do Poder público com as entidades operadoras, alguns estudiosos entendem que, “[...] a forma brasileira de regulamentar os serviços de transporte público coletivo parte da noção francesa de serviço público. Ou seja, pressupõe a teoria do monopólio natural e a incontestabilidade do mercado de ônibus.”<sup>137</sup>

Desse modo, Teresina desenha sua forma de administrar o transporte coletivo por ônibus. O sindicato das empresas, vem no contemporâneo a configurar-se como o monopólio detentor da exploração de serviços de transporte coletivo, dando a este um grau maior de

---

<sup>135</sup> AUMENTO... **O Dia**, 26 abr. 1997, p. 09.

<sup>136</sup> Idem.

<sup>137</sup> ORRICO FILHO, Rômulo Dante. **Ônibus urbano: Regulamentação e Mercados**. Brasília: L.G.E., 1996, p. 117.

complexidade diante da realidade teresinense, abandonando as décadas anteriores onde certo amadorismo, ou mesmo descaso, imperava.

Assim, a partir dos anos 90 com a estabilização no poder municipal de certo grupo político, que foi capaz de estabelecer décadas seguidas de uma gestão ininterrupta, somado com o papel desempenhado pelo SETUT a partir de então, alçaram o sistema de transporte Teresina numa nova fase de administração e prestação de serviços. Concomitante a esse período observamos também como o transporte público coletivo tornou-se uma das principais reivindicações na agenda urbana, através da pressão feita por movimentos e coletivos sociais.

Dessa forma, a redemocratização política brasileira, ao ter possibilitado a reorganização de movimentos sociais, agora não mais a margem da legalidade, ajudou a construir um contexto de importantes reivindicações populares. Apesar disso, Teresina ao longo dos anos noventa e nos primeiros anos do novo século, não foi cenário de grandes manifestações. A maioria destas acontecia em cenários localizados como quando ocorria alguma reintegração de terra ocupada por moradores, ou algumas manifestações de coletivos estudantis quando ocorria algum aumento tarifário. Nada, porém que se compare ao que aconteceu nos anos de 2011 e 2012.

Discutimos até o presente momento desse estudo, a base material das reivindicações dos protestos do #Contraoamento, ao tentar analisar num passado próximo o perfil de desenvolvimento urbano da cidade de Teresina, bem como o processo de formação do sistema de transportes coletivos da cidade, principal área de contestação dos manifestantes. Uma cidade que veio a se desenvolver sobre o signo das desigualdades socioespaciais, com um sistema de transportes coletivos caro e obsoleto, reflexo concreto dessas desigualdades. Sobre essa marca urbana, estudantes, sindicatos, bandeiras e independentes marcharam e reivindicaram outra cidade nos anos de 2011 e 2012; eis chegado, portanto, o momento de analisarmos as manifestações que ficaram conhecidas como o #Contraoamento de Teresina.

### 3 A sociedade informacional e o #Contraoamento: movimentos sociais em rede

O ano era 2011, em uma segunda-feira de sol forte como só os meses de agosto proporcionam aos teresinenses, às portas do período mais quente do ano conhecido como “b-r-o-bró”, após um inesperado aumento na tarifa do transporte público, alguns estudantes, militantes partidários, trabalhadores e outros sujeitos que habitam a cidade, se reuniram em uma manifestação à frente do prédio da prefeitura de Teresina, a fim de externar seu descontentamento com o recente ajuste.

Bandeiras vermelhas tremulando de um lado, tomates, cebolas e outras verduras em estado de decomposição sendo arremessadas contra a faixa da prefeitura por outro lado. Alguns pediam calma, outros pediam radicalidade. Algum tempo depois do meio dia, alguns poucos estudantes decidiram continuar com os protestos e se dirigiram até a principal avenida da cidade, onde com o uso dos próprios corpos interromperam o trânsito da principal artéria da cidade. Dali em diante, Teresina viveria dias estranhos na sua rotina.

Logo os estudantes perceberiam que o seu maior trunfo para chamar a atenção da sociedade para sua pauta estava no planejamento espacial da cidade desde a sua fundação: seu desenho geométrico e aspirante a certa racionalidade dos espaços. Ao interromperem o fluxo da principal avenida da cidade, foram capazes de praticamente parar o centro do sistema circulatório da cidade, fazendo com que ela rapidamente se tornasse um coração infartado. Os poderes constituídos não tiveram outra ação, a não ser chamar sua “tropa de choque” que, com suas bombas de gás lacrimogêneo e balas de borrachas tiveram o encargo de desbloquear a artéria.

O que nem o poder público, nem a imprensa ou a polícia sabiam, era que aqueles poucos jovens que estavam na Avenida Frei Serafim, naquela segunda-feira de forte sol, não estavam sozinhos, nem eram poucos. No dia seguinte, para alguns, quase que de forma mágica, eles haviam dobrado sua quantidade, e assim sucessivamente até a quinta-feira quando milhares marchavam pela cidade colocando o poder constituído de Teresina, pela primeira vez na sua história, contra a parede. Cercado, isolado e sem entender muito bem o que acontecia, o prefeito voltara atrás na sua decisão, retornando a tarifa do transporte público ao valor anterior as manifestações.

Poucos meses antes do #Contraoamento a cidade já havia experimentado outra onda de protestos que visavam denunciar as péssimas condições enfrentadas pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), na qual os manifestantes exigiam mais investimentos por parte do

poder público naquela instituição. Grande movimento que surgiu no seio da comunidade uespiana, o #SOSUESPI, reuniu diversas pessoas vinculadas àquela instituição, que marcharam pelas ruas da cidade. No entanto, por suas pautas estarem relacionadas a demandas mais gerais, os protestos nesse caso, foram apenas o ápice de um processo de lutas muito mais amplo e permanente, envolvendo diversas organizações, sujeitos e o poder público. O #Contraoamento, ao contrário, trouxe uma pauta específica e direta: a diminuição da tarifa do transporte público na capital.

A população teresinense há muito enfrentava sérios problemas no seu sistema de transporte público, e o que aqueles dias de protestos demonstraram, não foram o descontentamento de algumas centenas de estudantes, sindicalistas ou militantes partidários. Aqueles dias foram sintomáticos das insatisfações experienciadas por diversas gerações de cidadãos teresinenses que se sentiam sujeitados a situações constrangedoras no sistema de transporte coletivo da cidade, vivenciando péssimas condições de infraestrutura e tarifas abusivas, o que transbordou nas ruas da cidade, desse modo, nas ruas, foram cidades que se confrontaram. As cidades da ordem, do fluxo e do progresso foram postas à prova por outras cidades marginalizadas, que ousaram fraturar o tempo, e suspendê-lo por alguns dias, paralisando o “progresso” e a “ordem”.

No plano político institucional, a cidade vivia as vésperas de um ano eleitoral, onde o prefeito da capital, reeleito em 2008, era Sílvio Mendes do Partido Social Democracia Brasileira (PSDB), que saiu da prefeitura em 2010 para disputar as eleições estaduais, ficando a frente da prefeitura o vice-prefeito, Elmano Férrer do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Apesar de compor a chapa e ter sido eleito com o PSDB, Férrer no ano de 2011, estampava as matérias dos jornais da cidade, pois supostamente estava costurando uma aliança política com o então Partido dos Trabalhadores (PT), histórico rival do PSDB. O que indicava um quadro político efervescente na esfera municipal.

Seria o #Contraoamento apenas uma manifestação local? Ou também podemos enxergá-lo como um rastro, um fio de um processo muito mais amplo de contestação social na sociedade atual? Qual foi o real papel das mídias de comunicação social nesses protestos? Como a imprensa e o poder público reagiram? E qual as estratégias utilizadas nos protestos que podem nos ajudar a falar numa nova “cultura de protestos” em Teresina? Essas são algumas questões que tentaremos responder adiante.

Mais do que um problema epistemológico, historicizar o presente, nos esclarece Agnes Cheveau e Philippe Tètard, é também um problema deontológico. Ao sacudir a poeira

de escombros que nem se quer chegaram a assentar no chão por inteiro, o historiador do presente se aventura por constituir uma versão dos fatos, que pode a qualquer momento ser contestado, não somente por outro historiador, ou pesquisador de outra área, mas contestado pelas suas próprias fontes, testemunhas e argumentos <sup>138</sup>. Por isso, a advertência francesa acerca da dimensão ética do nosso ofício, pois somos constantemente confrontados por vozes que afirmam ter mais domínio dos fatos do que nós, pois a experiência e a memória são consideradas mais confiáveis.

Em uma entrevista recente, o professor Henry Rousso, ao falar sobre esses problemas, citou uma vez em que ele e um grupo de historiadores foram contratados pelas associações de ciganos franceses para pesquisar sobre a deportação de ciganos para campos de extermínio durante a ocupação nazista. Para a surpresa dos pesquisadores, não foi achado nenhum documento ou prova circunstancial que comprovasse tal deportação. Apesar do descontentamento das associações que afirmavam a ocorrência das deportações, no entanto, o professor lembra que “nunca fomos desmentidos” <sup>139</sup>. Não cabe ao historiador, esclarece Rousso, fazer defesas “apaixonadas” de causas, uma das críticas mais contundentes a essa história do presente.

Do momento do acontecimento estudado até a escrita do presente pesquisa, ainda não se passou nem mesmo uma década, o que desperta inúmeros questionamentos de caráter epistemológicos, teóricos e éticos, pois antes de tudo pergunta-se se é possível a um historiador analisar acontecimentos tão próximos, e qual determinação nominal serviria de guarda-chuva para tal empreendimento. História do presente? Do passado próximo? Ou simplesmente História? A posteriori, o que pode ser considerado passado? Qual a distância temporal necessária para que um historiador possa analisar um fato?

Não cabe aqui responder todos esses difíceis questionamentos, mas ressaltar que todos eles são respondidos, para além do debate teórico, que é necessário, no próprio exercício de escritura da pesquisa. Os métodos empreendidos, que são próprios do *métier* historiográfico respaldam e validam que essas experiências de pesquisa são relativas à disciplina histórica. Para nós, fica a certeza que a determinação do passado distante como único possível para o historiador, é também uma construção histórica de um determinado

---

<sup>138</sup> CHAVEAU; TÉTART, 1999.

<sup>139</sup> ROUSSO, Henry. Sobre a História do Tempo presente. In: AREND, Silvia Maria Fávero; MACEDO, Fabio. Entrevista. **Revista Tempo e Argumento**. V,1, n.1, jan/jun-2009. Disponível em: < <http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/705/608> >, Acesso em: 05 jan, 2018.

momento e contexto<sup>140</sup>, não cabendo a esta determinação, portanto, o status de verdade absoluta.

A sociedade ocidental atual vem passando por intensos processos de ressignificações, que afetam todas as áreas da existência humana. Não é mais possível analisar esta sem levar em conta o peso das interações sociais mediadas pelas novas tecnologias de informação. Ao abordar as manifestações do #Contraoamento, o jornal de Teresina, *Diário do Povo*, em seu editorial no dia dois de setembro de 2011, fez o seguinte alerta aos poderes públicos:

Hoje, as redes sociais devem ser levadas em consideração porque se mostram capazes de gerar forte movimentação em todos os setores. Para que se tenha ideia, em menos de um ano foi através delas que vários governos no Oriente Médio foram derrubados.[...] Os manifestantes mais tarde transformados em revoltosos, foram motivados e convocados pela internet, através de mídias como *Twitter* e *Facebook* e *Orkut*. Não se trata mais de conversa do bar da esquina – mas de uma poderosa rede de informações com alcance mundial que tanto pode ser usada para promover quanto para destruir. Tudo em uma questão de poucas horas apenas [...]. Os movimentos de protestos de estudantes e associações de usuários #Contraoamento da passagem foram convocados inicialmente pelas redes sociais. Como isso nunca havia acontecido antes, os dirigentes imaginaram que não seria grande coisa. [...].<sup>141</sup>

Apesar de atrasado, o aviso feito pelo jornal impresso é um fragmento importante para entendermos como as sociedades ocidentais vêm transformando suas relações sociais devido a sua interação com as novas tecnologias de comunicação. Está em face de construção uma verdadeira “cultura da conexão”<sup>142</sup>, que alterou a forma de relacionamentos, ao permitir a constituição de novas experiências, numa sociedade cada vez mais em rede. São essas transformações que o editorial do jornal *Diário do Povo* se refere e as quais, segundo o mesmo, os poderes constituídos ainda não tinham se dado conta dessas mudanças e o seu impacto, por exemplo, nas manifestações como as do #Contraoamento.

Para Castells (2017), essas transformações são profundas e estão alterando não apenas as nossas formas de comunicação, mas também a forma como essas sociedades produzem e consomem o tempo e o espaço. Numa manifestação em Teresina, na década de 1990, a população em geral teria que esperar que um noticiário na televisão informasse sobre

<sup>140</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v.94, no 3, p.111-124, maio/jun., 2000. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6842/517.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>, Acesso em: 21.set, 2016.

<sup>141</sup> O MUNDO... **Diário do Povo**, 02 ago, 2011, p. 02.

<sup>142</sup> JENKINS, Henry. **Cultura da conexão**: criando valor e significado por meio da mídia propagável. São Paulo: Aleph, 2014.

os fatos algumas horas depois do ocorrido, ou pelo jornal impresso no dia seguinte ao ocorrido, para saber o que havia se passado. Em 2011, os estudantes que participaram dos protestos enviavam imagens, vídeos e depoimentos instantaneamente para toda a rede global de comunicação, fazendo com que outras pessoas que estavam a quilômetros de distância soubessem o que estava se passando no centro da cidade.

**IMAGEM 2** - Manifestante utilizando um aparelho *smartphone* para se comunicar com outras pessoas durante o #Contraoamento



Fonte: Facebook. Disponível

em:<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=2453255171702&set=a.2453244971447&type=3&theater>

A respeito desta instantaneidade que está, em certo sentido, suprimindo o tempo, Castells afirma que ela é responsável pela fragmentação do tempo sequencial. Deste modo,

Esse tempo linear, irreversível, mensurável e previsível está sendo fragmentado na sociedade em rede, em um movimento de extraordinária importância histórica. No entanto, não estamos apenas testemunhando uma relativização do tempo de acordo com os contextos sociais ou, de forma alternativa, o retorno à reversibilidade temporal, como se a realidade pudesse

ser inteiramente captada em mitos cíclicos. A transformação é mais profunda: é a mistura de tempos para criar um universo eterno que não se expande sozinho, mas que se mantém por si só, não cíclico, mas aleatório, não recursivo, mas incursor: tempo intemporal, utilizando a tecnologia para fugir dos contextos de sua existência e para apropriar, de maneira seletiva, qualquer valor que cada contexto possa oferecer ao presente eterno <sup>143</sup>.

Nessa perspectiva o presente ganha aspectos de temporalidade absoluta, lembrando os estudos do historiador alemão Hans Ulrich Gumbrecht, para quem estamos vivendo numa espécie de presente alargado, onde um passado “que não passa”, e um futuro cercado de dúvidas e que perdeu seu horizonte de expectativas, vivem uma verdadeira pressão do coetâneo. Para Gumbrecht “não somos nós que vamos em direção ao futuro, é ele que de modo ambíguo vem a nosso encontro” <sup>144</sup>.

Desse modo, nesse amálgama de tempos, com as mídias de comunicação social que as manifestações do #Contraoamento foram articuladas, e é justamente a esse contexto que a matéria jornalística fazia referência, e que estava na constituição daquelas manifestações. “Em poucas horas”, como diz o jornal, toda uma rede de apoio aos manifestantes foi criada e repercutia a forma violenta como eles haviam sido tratados no coração da cidade, aos olhos de toda uma população.

Algumas coisas ditas no editorial, no entanto, cabe a nós, hoje, corrigir. Já sabemos que não foram as redes sociais que efetivamente derrubaram alguns governos do oriente médio, assim como aqui, os governos de lá, à época, não sabiam responder a movimentos autônomos que se articulavam via redes sociais. As plataformas de mídia assim, não “derrubaram governos”, mas sim ajudaram a moldar uma nova cultura de protestos, a qual os governos legitimados ainda não sabiam responder. Naquele momento as sociedades estavam começando a perceber o potencial dessas plataformas, criadas inicialmente apenas como uma forma de comunicação e sociabilidades. Como ficou nítido, não há uma separação total entre o mundo “real” e o mundo “virtual”.

Outro equívoco no editorial é a afirmação de que era a primeira vez que em Teresina se usava essas estratégias para organizar manifestações. Como dito antes, alguns meses antes do #Contraoamento, a cidade teve grandes protestos conhecidos como #SOSUESPI, que foram convocados via redes sociais. Sem dúvida a diferença entre essas experiências foi o teor violento com que o segundo se deu. O #Contraoamento foi um momento de exacerbação de sentimentos, revoltas e indignações. Inúmeras vezes a prefeitura tentou persuadir os

---

<sup>143</sup> CASTELLS, 2016, p. 516.

<sup>144</sup> GUMBRECHT, 2011, p. 39.

manifestantes para encerrar os protestos, mas os manifestantes diziam que a única forma de encerrar os protestos era revogar o aumento.

A esta indignação, Castells aponta para uma possível falta de legitimidade dos poderes constituídos, pois estamos vivendo uma “crise de legitimidade do sistema político”, o que faz com que as pessoas não encontrem canais legítimos de expressão, e “assim, recorrem a formas alternativas de manifestação direta de suas necessidades e desejos e buscam reinventar a democracia”<sup>145</sup>. No caso teresinense, muitos moradores da cidade enxergaram o aumento da passagem como mais uma decisão de benefício para um certo grupo, em desagravo a uma maioria atingida negativamente.

---

<sup>145</sup> CASTELLS, 2017, p.170.

### 3.1 Os dias de #Contraoamento: Teresina vai às ruas

O aumento se deu numa sexta-feira à noite, dia 27 de agosto, e durante todo o final de semana, as redes sociais já eram celeiros de críticas de várias pessoas indignadas com a alta da passagem de ônibus. É verdade que a discussão em torno de um reajuste já estava em pauta alguns meses anteriores, porém, ainda assim, o aumento numa sexta-feira à noite, foi considerada por muitos uma insensibilidade política por parte da prefeitura. Ao conceder uma entrevista para o jornal *Diário do povo*, o senhor José da Costa, vendedor de vales transportes no centro da cidade, disse que ficou sabendo do aumento pelos usuários, pois “foi muito de repente. Quando ainda se discutia pela redução do valor, [...]”<sup>146</sup>.

Meses antes, o Ministério Público já havia ajuizado uma ação judicial para diminuir o preço da passagem de R\$1,90 para R\$1,75, ação esta que foi atendida na primeira instância e que, posteriormente, foi derrubada pela prefeitura de Teresina. O Ministério Público então decidiu recorrer ao Superior Tribunal de Justiça<sup>147</sup>, que deu causa de ganho para os empresários do setor. Algumas entidades como o Fórum Público, entre outros, já vinham fazendo pequenas manifestações anteriores ao aumento.

Pelas primeiras manifestações se mostrarem pequenas, com poucos adeptos, o poder local se sentira, possivelmente, confiante para decretar um aumento em um momento inesperado pela população. Em outro contexto histórico, a organização de uma resposta em forma de protestos demoraria dias sem o uso e a contribuição da internet, porém, na mesma noite em que o aumento foi anunciado, movimentos sociais, e diversos usuários começaram a se articular nas redes sociais convocando e organizando formas de protestos; mais de 1.400 pessoas haviam confirmado presença<sup>148</sup>.

Como avisado, a concentração começara as 9 horas da manhã do dia 29 de agosto, uma segunda-feira, num dos mais importantes cruzamentos da cidade, onde cerca de mil manifestantes se reuniram e saíram em passeata pela principal via de Teresina, em direção a sede do poder municipal, localizada a poucos quilômetros da concentração. Liderados pelo fórum, usando faixas, carro de som, e gritos de guerra como “mãos ao alto, dois e dez é um assalto”<sup>149</sup>, os manifestantes foram se deslocando até a prefeitura pela principal rota utilizada pelos ônibus da cidade, numa clara forma de estrangular sua circulação.

---

<sup>146</sup> AUMENTO... *Diário do Povo*, 28 ago. 2011, p. 05.

<sup>147</sup> STJ... *Meio Norte*, 18 ago, 2011, pag A/3.

<sup>148</sup> AUMENTO... *O Dia*, 27 ago. 2011, p. 07.

<sup>149</sup> ESTUDANTES... *Diário do Povo*, 30 ago, 2011, p. 09.

Após chegar a prefeitura, a ira de alguns manifestantes revelou-se em revolta concreta quando partiram para a realização de atos mais radicais, como por exemplo, a tentativa de invasão da prefeitura, arremesso de frutas, legumes ovos podres no prédio da sede do órgão municipal. Por algumas horas enquanto se revezavam fazendo falas no microfone, os manifestantes esperavam que o prefeito recebesse alguns estudantes para dialogar acerca do aumento. Apesar da revolta instaurada, os participantes do protesto não foram recebidos pelo prefeito, e após algum tempo, o fórum decidiu encerrar a manifestação e convocar novos atos para a quinta-feira seguinte, dia 01 de setembro.

Mesmo com a decisão de findar os protestos naquele dia, alguns manifestantes decidiram dar continuidade e se deslocaram para a sede do SETUT, localizado a alguns quarteirões da prefeitura, onde seguiram os protestos tanto dentro do sindicato, inviabilizando o seu funcionamento, como no lado de fora, fechando a Avenida Maranhão, outra importante artéria da cidade, e praticando a ação conhecida como catracaço<sup>150</sup>. Após entrarem em alguns ônibus e pularem suas catracas os manifestantes voltaram para a Avenida Frei Serafim, onde por volta das 14 horas voltaram a fechar totalmente a avenida, agora no seu sentido centro – zona leste.

Recortado em quadrados pequenos e geometricamente espaçados, o centro da capital foi facilmente paralisado, uma vez que sua circulação depende, quase totalmente, da Avenida Frei Serafim. Desse modo, esses jovens manifestantes conseguiram chamar a atenção da imprensa, da população, e também da polícia.

A tropa de choque da Polícia Militar foi acionada para retirar os manifestantes da Avenida Frei Serafim e desbloquear a rua. Utilizando balas de borracha e spray de pimenta, a polícia avançou sobre os estudantes, que estavam em número reduzido, na tentativa de impedir o prosseguimento do ato. O grupo insistiu e, sempre que era dispersado, se concentrava novamente em outro ponto da avenida. Naquele dia, o ato teve duração de dez horas<sup>151</sup>.

---

<sup>150</sup> Catracaço é o ato de pular as catracas dos ônibus como forma de protesto contra os preços cobrados nos ônibus.

<sup>151</sup> CHICARINO, Tathiana Senne; POTY, Clarissa Matos. Multidão e movimentos de resistência em rede: o caso #ContraoAumento em Teresina. **Aurora**: revista de arte, mídia e política. São Paulo, v 10, nº 29, p. 7-32, jun-set, 2017. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/33737/23983> >, Acesso em: 15 abr, 2018, p. 18.

A maioria dos manifestantes eram estudantes universitários, mas também haviam secundaristas, que após o encerramento das aulas da manhã juntaram-se aos demais em protesto. Se por um lado o fórum planejava novas manifestações apenas dias depois da segunda-feira, através das redes sociais diversas pessoas indignadas com a violência com que os estudantes foram tratados, articularam novos atos para a manhã seguinte, e desta vez contaram com a presença de mais pessoas.

De alguma forma, a comoção com os manifestantes que foram reprimidos no primeiro dia, fez com que na terça-feira as forças de segurança apenas observassem os atos do que reprimir estes. As ações mais uma vez fecharam a avenida principal da cidade durante todo o dia, encerrando apenas a noite, quando novos atos foram marcados para a quarta-feira. Enquanto isso, a opinião pública alimentada pelos jornais, redes sociais e outras mídias, dividia-se entre aqueles que apoiavam as atitudes dos manifestantes e aqueles que os condenavam, acusando de ser mera bagunça que prejudicava a cidade mais do que ajudava.

Os jornais da cidade revezavam-se na construção das manifestações como algo ruim alegando que a mobilização prejudicava o trânsito, comércio e economia da cidade. Em contrapartida os manifestantes utilizavam suas redes sociais para tentar sensibilizar as pessoas em sua causa, pois “as interfaces de usuários encontram o seu poder na sensação de ‘meu amigo recomendou’ ancorado na suposta confiabilidade da fonte de informação”<sup>152</sup>. No segundo dia, os estudantes começaram a utilizar pneus, lixo e materiais diversos para bloquear as ruas.

No terceiro dia de manifestações, assim como nos dias anteriores, os estudantes começaram a se concentrar pelo período da manhã e assim que um número considerável de pessoas já se encontrava no local, as ruas eram bloqueadas. Desta vez, uma reunião com a prefeitura aconteceu na sede do Ministério Público, o que não resultou no término dos protestos, apenas em promessas e ameaças de ambos os lados. A prefeitura comprometeu-se a realizar uma auditoria na planilha de custos, uma vez que esta era o principal documento que referendava o aumento. Por outro lado, os manifestantes davam um prazo de 24 horas para a prefeitura voltar atrás no reajuste<sup>153</sup>.

---

<sup>152</sup> MALINI, Fabio; ANTOUN, Henrique. **A Internet e a rua**: ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013, p, 158.

<sup>153</sup> PEDROSA, Robert. PREFEITURA DE TERESINA DIRÁ ATÉ O MEIO-DIA DESTA QUINTA SE REDUZ O VALOR DA TARIFA. **Portalodia.com**. Disponível em: < <https://www.portalodia.com/noticias/politica/contrao-aumento-em-3o-dia-de-protestos-estudantes-querem-bloquear-ponte-da-frei-serafim-117424.html> >, Acesso em: 30 jan, 2018.

Não aconteceu nem uma coisa nem outra, e no quarto dia de protestos, após saberem que o prefeito decidiu não voltar atrás no aumento, a fúria tomou conta dos manifestantes que, naquele momento, já se encontravam em números que até hoje são imprecisos, muito embora jornais locais estimem e falam em vinte, trinta e alguns até em quarenta mil pessoas. Uma multidão furiosa que saiu numa caminhada enfurecida pelas ruas da cidade.

Dezenas de ônibus foram apedrejados e totalmente destruídos, e diante do número de manifestantes, a polícia nada pôde fazer a não ser acompanhar os atos. Pela primeira vez os manifestantes saíram do centro da cidade, e após atravessarem a ponte Juscelino Kubitschek, que liga o centro a zona leste, atearam fogo em um ônibus parado no cruzamento entre as avenidas João XXIII e Nossa Senhora de Fátima, principal via comercial da zona leste da cidade.

**IMAGEM 3** – Manifestantes caminhando pela avenida João XXIII e ao fundo fumaça de um ônibus incendiado



Fonte: Portal O Dia. Acesso: <https://www.portalodia.com/noticias/piaui/em-4o-dia-de-protestos-estudantes-fecham-mais-uma-vez-frei-serafim-e-vias-de-acesso-117549.html>

Após incendiarem o ônibus, os manifestantes seguiram pela Avenida Nossa Senhora de Fátima, voltando para o centro da cidade por outra ponte, a ponte do sesquicentenário, ou ponte Estaiada, como é conhecida entre os populares. No dia seguinte, o jornal O Dia estampava em sua capa: “Omissão entrega Teresina ao caos”<sup>154</sup>. A força dos protestos foi enorme e respingou em outras autoridades, como o governo estadual, e as câmaras legislativas estadual e municipal.

---

<sup>154</sup> OMISSÃO... O Dia, 02 set. 2011. p. 01.

Em nota publicada em um jornal, o sindicato das empresas de ônibus dizia que o aumento era legítimo e que, a única forma de reduzir o preço seria a desoneração tributária, ideia esta, que começou a surgir com força na imprensa local e nos meses seguintes inclusive iria balizar a discussão em torno da redução da passagem. Do alto lucro denunciado pelos estudantes nos protestos do #Contraoamento, passou-se a discutir medidas compensatórias a serem dadas pelo poder público aos empresários.

No dia seguinte, na sexta-feira os manifestantes começaram a se reunir, e prometiam levar os protestos para frente da câmara municipal dos vereadores, quando no final da manhã a notícia de que o prefeito iria finalmente voltar atrás no decreto que aumentou a passagem, começou a circular. Depois de seguidas reuniões com sua equipe política, assessores e vereadores, a tão desejada notícia: “O prefeito suspende por 30 dias reajuste da passagem de ônibus”<sup>155</sup>, anunciava o jornal. Pela primeira vez em sua história, um prefeito de Teresina reconsiderava tal decisão sobre o aumento da tarifa do transporte público.

Foi uma sexta-feira de comemoração para os manifestantes, que sentiram pela primeira vez que podiam realmente transformar, a partir da luta política, suas vidas concretas, o que eles não sabiam naquele momento, é que o #Contraoamento estava desencadeando um novo momento na política de transportes coletivos de Teresina, que alçou essa área a uma complexidade nunca presenciada na capital piauiense. A partir dali semanalmente as discussões em torno dos ônibus, da qualidade dos serviços e de possíveis formas para baratear as passagens, apareciam nos jornais locais. Inicialmente a prefeitura suspendeu o aumento por trinta dias, mas encerrado esse período, a prefeitura continuou mantendo a passagem com o valor de R\$1,90.

Uma comissão então foi montada para fazer uma auditoria na planilha de custos do SETUT. Membros do ministério público, alguns vereadores, além de alguns membros do fórum que puxou as manifestações fizeram parte da comissão. A ideia inicial era que a comissão encerrasse sua avaliação dentro dos trinta dias, algo que não se confirmou. A cada semana uma nova discussão aparecia nos jornais. Primeiramente foram os estudos sobre a planilha de gastos que dominou o noticiário<sup>156</sup>. Timidamente, outra discussão começou a adentrar, se antes os jornais davam destaque para notícias como o fato do salário dos diretores entrarem na planilha como gastos, algo que só acontecia em Teresina, pouco a pouco a discussão passou a ser de que forma o poder público poderia ajudar os empresários com a concessão de mais subsídios para o setor.

---

<sup>155</sup> PREFEITO... **O Dia**, 03 set. 2011, p. 03.

<sup>156</sup> AUDITORIA... **O Dia**, 08 set. 2011, p. 05.

Esta ideia foi inicialmente capitaneada pelo sindicato dos empresários, que, novamente culpavam as gratuidades e a falta de subsídios públicos pelos rotineiros aumentos das tarifas. Em entrevista ao jornal O Dia, o vice-presidente do SETUT na época, Marcelino Lopes, disse que,

As gratuidades têm de deixar de ser pagas pelo passageiro. Já tivemos várias conversas com o Governo e Prefeitura e até então nada foi colocado. Ao menos até a semana passada. [...]. Acrescentando que isenção total dos 17% de imposto sobre circulação de Mercadorias e Serviços incidente sobre o óleo diesel poderia representar redução de até R\$ 0,10 do preço total da passagem em Teresina<sup>157</sup>.

Não era a primeira vez que os empresários que exploram o sistema de transportes coletivos de Teresina utilizavam de um discurso de altos custos com impostos ou de condenação com o número de gratuidades no sistema de transportes de Teresina. Na verdade, essa é uma estratégia que afasta o debate em torno do lucro das empresas de ônibus, quase colocando estas como filantrópicas, um discurso bem distante da realidade.

Nos meses seguintes inúmeras discussões sobre os custos do sistema, as gratuidades e incentivos fiscais passaram a reverberar na imprensa local, e após alguns meses a prefeitura então decidiu aumentar novamente o preço das passagens, mas agora com uma novidade; pela primeira vez Teresina teria um sistema de integração, e um sistema que dispensava a necessidade de terminais físicos, um empreendimento bastante caro. A integração seria, então, a partir do cartão de bilhetagem eletrônica. O sistema entrou em uso no dia 01 de janeiro de 2012, e com as incertezas de um sistema novo, novas manifestações vieram à tona na cidade. Novamente o #Contraoamento viria a lutar #Contraoamento cedido novamente.

Porém, os manifestantes estavam diante de uma nova conjuntura, o que propiciou protestos que duraram mais dias por um lado, e por outro uma reação violenta dos poderes constituídos, jamais experimentados em manifestações em Teresina. Se os protestos que aconteceram em agosto de 2011 aconteceram em pleno ano letivo escolar, os de 2012 aconteceram nas férias, o que já representou uma perda nos quadros de manifestantes, uma vez que muitos secundaristas iam para as escolas pela manhã e após o término das aulas iam para os protestos.

---

<sup>157</sup> SETUT... O Dia, 11 set. 2011, p. 04.

O novo sistema de integração, apesar de desconhecido e ainda pouco eficiente, apareceu como uma novidade, uma contrapartida por parte do poder público, o que fez com que a opinião pública não percebesse a necessidade de novos protestos. A integração,

Nesta primeira fase, apenas 33 das 92 linhas de ônibus que circulam na cidade estão integradas, o que representa 35% do total que será utilizado por 42% da população usuária do transporte público. [...]. Com relação à passagem, o usuário pega o ônibus no bairro (linha de origem) pagando uma passagem no valor de R\$ 2,10 e tem o período de uma hora para pegar o próximo ônibus (linha destino), pagando meia passagem no valor de R\$ 1,05. Para os estudantes, os valores são respectivamente R\$ 1,05 e R\$ 0,53<sup>158</sup>.

Como podemos perceber a integração não significou inicialmente o custo zero sobre a segunda passagem, pois os usuários ainda teriam que pagar uma segunda passagem, e teriam que pegar o segundo ônibus em menos de uma hora, se quisessem ter o benefício do abatimento na passagem. A partir desses questionamentos, novas manifestações foram convocadas e a cidade mergulhara novamente em um momento de intensos protestos. Ruas foram fechadas, barricadas foram montadas, e ônibus novamente depredados.

No dia quatro de janeiro mais um ônibus foi incendiado, e no dia cinco, os manifestantes destruíram uma estrutura em forma de árvore de natal que ornamentava o principal cruzamento da cidade, provocando um curto circuito que ocasionou a falta de energia elétrica nas intermediações do centro da cidade<sup>159</sup>. Novamente os jovens utilizaram-se da sua força coletiva para impor uma agenda de intensos protestos #Contraoamento da passagem. Não cabe a nós julgar se os protestos foram badernas ou não, mas sim perceber como esse discurso foi intensamente utilizado como forma de deslegitimação de toda uma agenda de lutas sociais.

Em seu editorial do dia seis de janeiro, o jornal *O Dia*, dava o tom da forma como aqueles protestos iriam ser encarados, uma vez que para o jornal, ao contrário do anterior, os novos protestos não possuíam legitimidade, visto que

Nesta nova edição dos protestos dos estudantes, fica a sensação de que está faltando ‘objetivo’, foco daqueles que estão indo às ruas e, também, responsabilidade em conduzir os protestos de forma pacífica e que, realmente, ‘represente’ os anseios da população. Ninguém irá ver-se ‘representado’ pelos manifestantes se as questões postas em luta não forem a busca pela segunda passagem gratuita. Pontos como passe livre e redução de

<sup>158</sup> COMEÇA... *Diário do Povo*, 01/02 jan. 2012, p. 12.

<sup>159</sup> PROTESTOS... *O Dia*, 06 jan. 2012, p. 05.

tarifa, atualmente, não passam de discussão deslocada da realidade e equivocada diante do sistema que rege as relações econômicas no Piauí, no Brasil e no mundo. A população esperou muito pela integração dos ônibus, deseja que aconteça e exige um serviço de qualidade. O resto não é bandeira do povo<sup>160</sup>.

Sabemos que de forma direta a mídia dialoga com o seu público leitor, porém nesse caso, partiremos de outra hipótese, que nesse momento e nesse editorial específico, o jornal está dialogando não somente com o seu leitor, mas com o poder público. Nesse trecho destacaremos alguns aspectos que nos ajudam a compreender o papel da imprensa na construção narrativa sobre o #Contraoamento.

Primeiramente o jornal deslegitima os protestos, uma vez que acusa estes de não possuírem foco, diferentemente dos anteriores. Essa separação entre os protestos de 2011 e os de 2012 é no mínimo interessante uma vez que nos protestos de 2011 os jornais os acusavam também a ausência de um foco, concluindo que as manifestações seriam apenas “baderna”. A partir disso então, o jornal afirmou que os protestos estavam deslegitimados e não representavam mais a população. Continuando em sua análise permitiu-se ainda a renegar algumas pautas defendidas pelos manifestantes, colocando apenas a questão da gratuidade na segunda passagem como pauta legítima para os protestos.

O fórum que atuava nos atos, por exemplo, meses antes dos primeiros protestos já realizava reuniões e estudos para avaliar questões como o passe livre para estudantes, mas para o jornal isso estava fora da realidade. Por último, o veículo ainda destacou a impossibilidade de mudanças drásticas diante de um sistema global que regia as economias local e global que, a seu ver, era imutável. Dessa forma, o editorial se alinha ao que Franco Berardi denomina como a “ditadura da economia em cada dimensão discursiva imaginária existencial”<sup>161</sup>. Assim, os poderes constituídos possuíam todos os elementos para o seu ato final contra os protestos.

Uma contrapartida para o aumento havia sido dada: a integração. A porta-voz da população, a imprensa, não reconhecia legitimidade nos protestos, as forças repressivas já sabiam como os manifestantes se comportavam, onde se reuniam e de que forma se organizavam nas ruas. Faltava apenas o último elemento: o medo, sentimento este tão poderoso quanto a indignação. “O medo desencadeia a ansiedade, associada à evitação do

<sup>160</sup> FOCO... **O Dia**, 06 jan. 2012, p. 06.

<sup>161</sup> BERARDI, Franco. Auto-organização da inteligência coletiva global – uma estratégia para o movimento pós-Seattle-Gênova. In: ROSAS, Ricardo; SALGADO, Marcus. **Rizoma** – Intervenção. 2002. Disponível em: <<http://baixacultura.org/biblioteca/revistas/rizoma-intervencao/>>, Acesso em: 25 set. 2017.

perigo”<sup>162</sup>. Dessa maneira, se por um lado os manifestantes tinham na raiva o seu sentimento combustível, seria o medo imposto pela repressão a forma de conter sua indignação.

Foi no dia 10 de janeiro, sétimo dia de protestos, que um grande efetivo policial foi montado para reprimir os manifestantes. Segundo os jornais cerca de duzentos policiais da tropa de choque foram usados na manifestação. Após a ação policial cerca de oito manifestantes foram presos e rapidamente enviados para um presídio, pois o delegado geral do Estado decidira fixar uma fiança em torno de seis mil reais para cada manifestante. Tal decisão chamou a atenção da Ordem Dos Advogados seção Piauí (OAB-PI), que na sua avaliação entendia que o valor das fianças havia sido fixado simplesmente para garantir que os manifestantes não fossem soltos, uma decisão juridicamente ilegal<sup>163</sup>. Ainda assim, o fórum movimentou sindicatos e coletivos para angariar fundos para pagar as fianças, e conseguiram libertá-los na tarde do dia doze<sup>164</sup>.

**IMAGEM 4-** Tropa de choque avança sobre os manifestantes na avenida frei serafim no dia 10 de janeiro.



Fonte: Site Brasil247. Disponível em:

<https://www.brasil247.com/pt/247/brasil/35079/Protesto-de-passageiros-vira-confronto-no-Piauí-Piaui-Teresina-confronto-PM-estudantes-passagens.htm>

Além das prisões, dezenas de protestantes ficaram feridos, devidos ao uso das balas de borrachas e cassetetes, *sprays* de pimenta entre outros recursos repressivos utilizados pela polícia. A partir daquele dia os protestos do #Contraoamento foram esvaindo-se, perduraram

<sup>162</sup> CASTELLS, 2017, p. 190.

<sup>163</sup> OAB... **O Dia**, 13 jan. 2012, p. 10.

<sup>164</sup> MANIFESTANTES... **O Dia**, 13 jan. 2012, p. 10.

por algumas semanas, até que finalmente cessaram, já no mês de fevereiro, pois o grande feito da repressão do dia dez foi conseguir implantar a semente do medo nos protestos, pois para muitos, o “dia do massacre” marcara a divisão entre uma repressão esperada, considerada e conhecida, e outra totalmente fora da realidade deles. Muitos não voltaram mais às ruas, e já na manhã seguinte do dia dez, os jornais já apontavam manifestações menores e sem confronto ou atos mais radicais por parte dos manifestantes.

As manifestações não se encerraram naquele dia, os protestos seguiram, mas sem dúvidas esse foi um ponto de inflexão que mudou os rumos dos protestos. A prefeitura não voltaria atrás, os manifestantes perderam adesão popular, e o medo de um novo massacre perpetuou ansiedade. A partir desses fatos, é necessário então problematizarmos a seguir as características desse movimento que nos possibilita pensar o nosso presente em termos de lutas sociais e da dinâmica própria das nossas sociedades coetâneas.

### 3.2 *Twitter, Facebook e oralidade*: o #Contraoamento por outra perspectiva narrativa

Não faz muito tempo que ao navegar por uma rede social, me deparei com uma matéria cultural que seu título chamava bastante atenção; era algo mais ou menos como, “15 provas que 2005 foi a cem anos atrás”. Dos quinze motivos elencados na matéria, apenas três não tinham haver com tecnologia. Da revolução nos celulares, transformados em computadores de mão, passando pelas redes sociais e e-mails, a matéria não só rende boas risadas, como também é capaz de instalar em nós certo sentimento de vazio, efemeridade e constrangimento. Depois de um intervalo de apenas treze anos, ao ler o título da matéria temos a sensação de um intervalo de tempo bem maior, parece que se passaram cem anos, pois nossa relação com o tempo está sendo revolucionada pelo uso que fazemos das novas tecnologias que aceleram nossas atividades cotidianas <sup>165</sup>.

Para muitos essa mudança passava ao largo das formas como nossos grupos sociais se relacionam no cotidiano, distante de uma dita “realidade”, ao perceber essas novas formas de comunicação social apenas como um mero lazer de alguns, ou formas flexíveis de se fazer negócio. Porém, movimentos como o #Contraoamento, nos permitem pensar essa relação entre indivíduos e realidade virtual para além de uma dimensão recreativa, pois estamos mudando cotidianamente.

---

<sup>165</sup> CASTELLS, 2016.

Dentro dessa lógica partiremos da compreensão que o #Contraoamento, apesar de se diferenciar de outros movimentos, também pode ser pensado a partir da ideia de um movimento multitudinário.

Vivemos sobre o paradigma das tecnologias de informação, que alterou e continua alterando as mais diversas camadas da experiência social. É necessário então salientar que,

Em cada novo paradigma, um insumo específico ou conjunto de insumos podem ser descrito como o ‘fator-chave’ desse paradigma caracterizado pela queda dos custos relativos e pela disponibilidade universal. A mudança contemporânea de paradigma pode ser vista como uma transferência de uma tecnologia baseada principalmente em insumos baratos de energia para outra que se baseia predominantemente em insumos baratos de informação derivados do avanço da tecnologia em microeletrônica e telecomunicações.<sup>166</sup>

Eis então a principal mudança, ou ruptura, no modelo econômico de exploração, que faz com que percebamos as mudanças societárias que vem ocorrendo no final do século XX e início do XXI; o principal insumo do capital mudou, ao invés de fontes de energias como o petróleo, na atual sociedade informacional a principal matéria-prima de exploração é a informação, ou seja, uma fonte imaterial e ilimitada. O impacto dessa mudança é tal, que Hardt e Negri, dentre outros autores, apontam para a formação de uma nova classe social, diferente da classe operária do modelo fordista.

De uma forma um tanto simplificada, explicam aqueles autores, que se na sociedade de massas do modelo fordista existia uma classe trabalhadora e operária como principal sujeito histórico de uma esperada revolução social, esse papel, na atualidade devido às transformações já citadas, passou a ser representado por uma nova classe que possui características e delineamentos próprios desse novo paradigma socioeconômico. A esta nova classe, os autores supracitados, nomearam como Multidão<sup>167</sup>.

Multidão nesse sentido diferencia-se dos conceitos “povo” e “massas”, pois ambos preconizam uma homogeneidade social que apaga as diferenças, criando uma espécie de unidade que subtrai o indivíduo no coletivo. O conceito de povo na tradição moderna é assentado sobre a ideia da transcendência do soberano, assim como o de massas como sendo a

<sup>166</sup> FREEMAN, In: DOSI, . In: DOSI, et al. 1988 apud. CASTELLS, 2016, p. 123.

<sup>167</sup> NEGRI, Antonio. Para uma definição ontológica da Multidão. **Lugar comum**. n. 19-20, 2004. Disponível em: [http://uninomade.net/wp-content/files\\_mf/113003120823Para%20uma%20defini%C3%83%C2%A7%C3%83%C2%A3o%20ontol%C3%83%C2%B3gica%20da%20multid%C3%83%C2%A3o%20-%20Antonio%20Negri.pdf](http://uninomade.net/wp-content/files_mf/113003120823Para%20uma%20defini%C3%83%C2%A7%C3%83%C2%A3o%20ontol%C3%83%C2%B3gica%20da%20multid%C3%83%C2%A3o%20-%20Antonio%20Negri.pdf) > Acesso em: 10 jan. 2018.

multiplicação indefinida dos indivíduos. Dessa forma, “o conceito de massa é o correlato do capital – assim como o de povo é o correlato da soberania”<sup>168</sup>.

A multidão diferenciar-se-ia por ser um sujeito histórico que iria à contramão disso, pois ela seria exatamente um “conjunto de singularidades”, onde as diferenças não somem, pelo contrário, elas são a principal característica ontológica dessa nova classe global. A formação dessa nova classe, a multidão, também influenciou na constituição de um novo modelo de movimentos sociais, os chamados movimentos multitudinários.

Este modelo, fundamentado na pluralidade dos integrantes, inviabiliza a redução dessa resistência a uma estrutura de comando centralizada. São movimentos horizontalizados, sem liderança definida e que ultrapassam as fronteiras nacionais, propiciando o compartilhamento de informação, conhecimentos e afetos capazes de potencializar suas ações.<sup>169</sup>

É por esse motivo que os conceitos de multidão e de movimentos multitudinários são tão caros ao nosso entendimento das características do #Contraoamento de Teresina, uma vez que, percebemos que esses protestos formataram-se dentro desse novo paradigma distinguindo-se no cenário teresinense do modelo de protestos reconhecido por todos. O poder público, no seu papel de poder constituído, tentou cartografar esses movimentos utilizando-se de parâmetros ultrapassados para aqueles protestos, o que favoreceu para que as manifestações conseguissem, num primeiro momento, alcançar seu objetivo de suspender o aumento da tarifa.

Apesar de o Fórum ter articulado os protestos, e até mesmo utilizar as redes sociais, paralelo a sua campanha, muitas pessoas de forma aleatória também começaram a utilizar as redes sociais para convocar os protestos, criando um novo espaço de articulação para diversas pessoas, sobretudo os jovens, se organizarem para essas manifestações. Essa condição foi essencial para que o #Contraoamento ganhasse contornos singulares nas manifestações de rua em Teresina.

Uma página foi criada no *Facebook* para convocar os manifestantes, além das campanhas no *Twitter*, onde a mobilização é mais aleatória e instantânea. Em uma entrevista, um homem identificado apenas como Jônatas, explicou que ele e um amigo resolveram na época do aumento da tarifa de ônibus em Teresina, criar uma página na rede social *Facebook* para convocar as pessoas para as manifestações.

---

<sup>168</sup> NEGRI, 2004, p. 16.

<sup>169</sup> CHICARINO; POTY, 2017, p. 14.

Havia o fórum em defesa do transporte público, não recordo se é este mesmo o nome [...] Esse fórum já discutia a questão há semanas, e antes mesmo do prefeito decretar o aumento, já havia uma manifestação marcada para a quinta-feira seguinte. Não lembro se era do fórum ou de algum partido, mas já estava marcada. Aí o prefeito decretou aumento na sexta, e no final de semana muita gente na internet se mobilizou para começar as manifestações na segunda. Meu amigo Flávio Augusto falou comigo de criarmos uma página para divulgar os atos, e criei com ele a #Contraoamento<sup>170</sup>.

Desse modo, fica perceptível que as convocações feitas pelo fórum não foram as únicas, o que possibilitou uma variedade de públicos, sujeitos e grupos alcançados por essas mobilizações via redes sociais, e que desembocou numa multiplicidade nas ruas. Os apelos feitos avulsos por outras pessoas possibilitaram assim, acionar outras redes de contato fazendo com que várias outras pessoas, muitas que nunca se quer haviam participado de uma manifestação, se sentissem sensibilizadas.

É preciso entender que na cibercultura da sociedade informacional, os campos de interação de usuários alcançam o seu poder na sensação de “meu amigo recomendou” aportado na suposta confiabilidade da fonte da informação<sup>171</sup>. A internet dessa forma apresenta-se como um campo social onde “a atuação social, a mobilização e o engajamento viraram um valor em rede”<sup>172</sup>.

Por essa razão, o #Contraoamento pode ser compreendido a partir da ideia de movimentos sociais multitudinários, pois ele é fruto da interação dos sujeitos com as novas tecnologias que estão transformando o mundo e nossa existência. Ao aportarem nas ruas, essas novas classes produziram novas formas de luta que confundiam tanto aqueles que praticavam uma forma de ação política já conhecida e esperada, quanto o poder constituído. Para entendermos melhor as singularidades do #Contraoamento foi que elencamos as fontes orais, materializadas no relato de alguns manifestantes, como primordiais.

Como é de se imaginar, diversos sujeitos, entidades, partidos, etc. participaram daqueles protestos, o que dificulta que nessa pesquisa pudéssemos ouvir a todos. Desse modo, partimos do seguinte critério para definirmos quem era significativo para nossos objetivos. Primeiro escolhemos sujeitos que pudessem representar o Fórum Público em Defesa do Transporte Coletivo do Piauí, uma vez que foram eles os responsáveis por convocar os protestos. A partir daí ficou evidente na pesquisa que outro grupo ganhara destaque durante os

<sup>170</sup> JÔNATAS, 2017 apud CHICARINO; POTY, 2017, p. 17.

<sup>171</sup> MALINI, 2013.

<sup>172</sup> MALINI, op. cit. p. 152.

protestos, devido a rivalidade com esse grupo organizado. Autointitulados independentes, esses indivíduos atuaram no #Contraoamento exclamando uma autonomia popular, em referência ao “controle” dos partidos envolvidos na gestão daquelas manifestações.

Um desses relatos foi o do ex-estudante Agostinho Rodrigues Torres. Natural de Teresina, Agostinho cresceu morando na zona sul da cidade, e após cursar a educação básica ingressou na Universidade Federal do Piauí, também em Teresina, onde se formou em História em 2013. Atualmente dedica-se quase exclusivamente a carreira de escritor, tendo publicado já dois livros impressos, sendo um romance e outro um conjunto de contos. Auto declarado anarquista, na época do #Contraoamento Agostinho Torres ainda cursava História na UFPI, onde fez parte de gestões do Centro Acadêmico de História e também de uma gestão do Diretório Central dos Estudantes da UFPI.

Agostinho foi um dos sujeitos que participou do #Contraoamento compondo o grupo que posteriormente seriam nomeados de “independentes”<sup>173</sup>, e constituiriam uma visão significativa daquelas manifestações, entendendo o seu processo de construção, não apenas criando uma dualidade entre poder constituído e os manifestantes, ou ainda entre setores da imprensa e redes sociais, mas sim como um processo singular de diversos grupos políticos e sujeitos. O seu relato estabelece uma nova cronologia do #Contraoamento, recriando os protestos em uma linha temporal diferente daquela dos jornais.

Em outra perspectiva, aparece o relato de Rafael Veloso Freitas. Advogado atualmente, Rafael também é natural de Teresina, morador da zona norte da capital. No ano de 2009, Rafael ingressou no curso de História da UFPI e no curso de Direito em uma faculdade particular. Durante os anos de universidade foi uma liderança do movimento estudantil organizado, tendo militado em gestões de centro acadêmico e de DCE, como militante da Assembleia Nacional dos Estudantes Livres (ANEL), entidade criada recentemente no Brasil por um movimento estudantil discordante das ações da UNE. Rafael, militante de esquerda, acostumado com atividades populares como protestos, definiu o #Contraoamento como sendo manifestações que ocorreram como outras que ele já havia participado.

Os dois, um escritor e outro advogado, foram amigos de curso, participado inclusive das mesmas gestões de Centro Acadêmico e de DCE. Um militante de esquerda e o outro

---

<sup>173</sup> Os Independentes ou os sem partidos foram os termos de autodenominação criado por grupos de manifestantes no #Contraoamento para se diferenciar dos manifestantes que eram militantes de algum partido, coletivo ou movimento organizado. Em geral eram grupos formados por secundaristas, anarquistas, *punks* e *hippies*.

anarquista, que apesar de dividirem anos de suas vidas na construção do movimento estudantil universitário, constituíram visões distintas.

Como todo fato, é necessário que uma narrativa comece com um ato fundador. Para a mídia local o #Contraoamento começou nas mobilizações via redes sociais; para outros setores, começara na segunda pela manhã, quando os manifestantes marcharam da Avenida Frei Serafim em direção à prefeitura. Contudo, no relato de Agostinho o ato foi em outro momento.

Chegaram em frente à prefeitura, palavras de ordem, na hora o pessoal do que tava com o carro de som, que era o pessoal dos partidos, quiseram dispersar ali o movimento, no entanto, o grupo dos independentes chegou, pegou o microfone, uma pessoa pegou o microfone e disse para... que ali o movimento não podia acabar ali naquela coisa, porque seria gratuito, seria ter caminhado feito besta, de graça como todo ano faz, nunca muda nada. E muita gente que estava ali concordou e essa pessoa sugeriu ir até a... o SETUT, e invadir o SETUT e daquela invasão do SETUT foi que realmente começou a movimentação do #Contraoamento.<sup>174</sup>

Alguns pontos do seu relato merecem ser analisados mais detidamente. Primeiramente, a construção do fato estabelece um *modus operandi* do que seja, na visão dele, uma manifestação clássica. Expressões que denotam certa antipatia com esse modelo clássico destacam-se criando um cenário que tem uma imagem estática – “de graça como todo ano faz”, “nunca muda nada”; versus uma imagem de dinamicidade e originalidade - “uma pessoa pegou o microfone”. Assim ele cria a primeira dualidade que permeou o #Contraoamento no seu relato: “o pessoal dos partidos” e os “independentes”.

Quando as organizações sociais decidiram encerrar os protestos na segunda-feira, e convocar novas manifestações apenas para a quinta-feira, outro manifestante sugeriu que os protestos tivessem continuidade e partissem da prefeitura para a sede do SETUT. Ali então, algo que não foi captado pelos periódicos aconteceu e marcou de tal forma a experiência de Agostinho que, para ele, somente a partir da invasão do sindicato das empresas foi que o #Contraoamento realmente começou. Eis então o ato fundador da narrativa dos “independentes”, o momento em que os militantes “organizados” se retiraram dos protestos e esses seguem de forma desordenada e independente.

Se as manifestações populares e protestos em Teresina até aquele momento tinham na tutela dos movimentos sociais organizados a sua liderança, a cisão ocorrida naquele

---

<sup>174</sup> TORRES, Agostinho. **Entrevista concedida à Sthênio de Sousa Everton**. Teresina, ago. 2016.

primeiro dia de #Contraoamento em 2011 estabeleceu uma nova experiência. Em entrevista para outra pesquisa, Agostinho reforçou o simbolismo daquele momento ao afirmar que:

A maioria das pessoas que estavam presentes no ato ficaram indignadas com isso, qual o sentido de ir até a prefeitura só para falar um monte de coisa pra ninguém e ir embora? Era esse o motivo pelo qual as pessoas nem gostam de participar de atos dessas entidades de esquerda, elas geralmente são inofensivas demais para representar a indignação da juventude.<sup>175</sup>

Nessa fala podemos perceber um tom mais ríspido, ele condena de forma evidente as manifestações orientadas por entidades de esquerda, acusando-as de não conseguir concatenar e expressar a indignação dos cidadãos; assim a forma como as manifestações eram feitas pelos movimentos sociais de esquerda apresentam-se no seu relato como canais já esgotados para um sentimento de revolta. Além disso, o fato de Agostinho se autodeclarar como anarquista, e suas críticas ao “pessoal de esquerda” evidencia um conflito ideológico entre essas correntes de pensamento – anarquismo e esquerda.

Ao ser questionado sobre sua atuação política enquanto estudante universitário, Torres relatou que apesar de conviver com militantes de esquerda e construir atos com eles, não se sentia parte dessas representações da militância estudantil, pois, considerava-se de uma “esquerda anarquista”, enquanto os outros pertencentes a uma “esquerda socialista/comunista”.

Eu não participava muito em relação específica do transporte público, mas aqui na universidade eu tinha uma certa atuação. Eu não era do movimento estudantil em si porque eu sempre estranhei muito com o pessoal da esquerda, com o pessoal que faz o movimento estudantil; eu nunca confiei muito na esquerda, embora eu me considere de esquerda, só que eu sou de uma esquerda digamos mais anarquista, enquanto o pessoal é de uma esquerda mais socialista/comunista, pelo menos teoricamente né? São mais dessa outra perspectiva. E por isso eu nunca fui muito parte, nunca me senti bem participando, porque em geral o movimento estudantil era composto naquela época da ANEL, que era o movimento se não me engano do PSTU, da juventude do PSTU, e o pessoal do PSOL também, e eles tem esse vies socialista/comunista e eu não me identificava, mas graças a amigos que participavam, não diretamente também desses grupos, mas eles participavam de movimentos juntos com esses grupos, então eu acabava indo numa coisa ou outra. Mas eu participava de muita coisa na universidade, na minha época, que eu estava estudando aqui, qualquer movimento aqui dentro que tinha eu participava, mas sempre assim meio distante e só indo quando precisava realmente atuar; não ia para reuniões, não ia para essa parte burocrática; eu só ia mesmo: vai ter uma manifestação na frente de um lugar

---

<sup>175</sup> AGOSTINHO, 2017 apud, CHICARINO; POTY, 2017, p. 18

ai eu ia para aquilo ali, mas não sendo puxado por esses grupos, era mais quando era uma coisa mais geral, dos estudantes mesmo.<sup>176</sup>

Desse modo fica evidente que muitas percepções que esse manifestante construiu sobre sua atuação no #Contraoamento e sua relação com grupos de esquerda, derivam de uma situação anterior às manifestações. Durante seu curso universitário, Torres conviveu com grupos que construía o movimento estudantil de esquerda, com quem, ele deixa bem claro, não possuía uma relação amistosa, apesar de conviverem.

Se na perspectiva de Torres, o momento em que os manifestantes se dividiram no ato em frente a prefeitura apresentou-se como mito fundador do #Contraoamento, por outro lado, no relato de Rafael Veloso Freitas, esse fato praticamente não aparece;

Eu acho que até a quarta-feira o fórum conseguiu coordenar os atos. Conseguiu ter um controle da... de como é que ia o caminho, o trajeto, o que que ia fazer, todas, é a gente sempre planejava... lógico a gente nunca sabia no que ia dar, né? Mas todo dia a gente tinha, fechava ali a manifestação que a gente ia se reunir, a gente planejava o outro dia, qual era o percurso que nós íamos fazer, qual era o objetivo e tudo mais. Até a quarta-feira, eu acho que a gente conseguiu cumprir isso, conseguiu organizar direitinho, na quinta- feira, depois que, a gente, no começo tava tranquilo, da concentração que a gente desceu pra Prefeitura e que teve a reunião.<sup>177</sup>

Segundo seu relato, o fórum ganhou o aspecto de liderança central das manifestações, uma vez que controlou os atos por pelo menos os três primeiros dias, em numa semana marcada por quatro dias de protestos.

Porém, como relata o Jornal O Dia, o fórum após o dia 29 de agosto de 2011, só convocou novamente protestos para três dias depois. Ainda assim, na mesma edição, o periódico comunicou que “os líderes do movimento dizem que a manifestação vai continuar hoje e todos os dias até que seja resolvido o impasse [...]”<sup>178</sup>. Dessa forma evidenciou-se que os protestos estavam divididos, pois se fórum e outras entidades eram consideradas as lideranças a frente daquelas manifestações e haviam decidido encerrar suas atividades naquele dia, então o que justificaria o prosseguimento dos atos? Essa inquietação ganha ainda mais força quando nos deparamos com as matérias dos jornais que abordavam sujeitos diversos que compunham as manifestações e os nomeava como “líderes”.

<sup>176</sup> TORRES, Agostinho. **Entrevista concedida à Sthênio de Sousa Everton**. Teresina, ago. 2016.

<sup>177</sup> FREITAS, Rafael Veloso. **Entrevista concedida à Sthênio de Sousa Everton**. Teresina, ago. 2016.

<sup>178</sup> ESTUDANTES...O Dia, 30 ago. 2011, p. 03.

Quando parte dos manifestantes decidiram dar continuidade com os protestos e o fórum se retirou das ruas, naquele momento eles também perderam o protagonismo das ações, permitindo que outros indivíduos, fossem eles de outras entidades organizadas ou até mesmo muitos sem nenhuma ligação com movimentos sociais ou atividades políticas organizadas, assumissem esse protagonismo. Daí em diante pode-se perceber como o #Contraoamento ganhou um rumo inesperado, alçando-o a condição de movimento singular na história de Teresina.

Desse modo, o #Contraoamento também foi campo de disputas políticas pelo protagonismo das ações. Mas por que Agostinho destaca o fato dos protestos terem continuado na segunda-feira, apesar do fórum ter encerrado o ato e Rafael Veloso Freitas nem sequer cita tal momento? Dando um sentido de continuidade aos atos de protestos, ao mesmo tempo em que mantinha o discurso que os criminalizava, o jornal Meio Norte, informa que, após alguns atos de vandalismo no prédio da Prefeitura, “os protestos violentos se estenderam para a porta do Setut (Sindicatos Empresas de Transporte Urbano de Teresina), [...]”<sup>179</sup>.

No relato de Rafael Veloso, esse fato não ganha relevância, pois isso significaria a perda de protagonismo por parte dos coletivos de esquerda que ele integrava. O seu esquecimento, dessa forma, evidencia como “[...] o processo de construção de memórias implica escolhas entre os fatos do passado que, por alguma razão, determinado grupo considera que devam ser lembrados/rememorados; e, ao fazer escolhas, o grupo também sublima, oculta ou esquece outros fatos”<sup>180</sup>.

Já para Agostinho Torres, foi ali “por volta do meio dia da segunda-feira, dia 29 de agosto, que realmente os protestos começaram”. Mais do que isso, foi nesse momento que as esquerdas que tradicionalmente comandavam esse tipo de ação popular perderam sua representação junto à massa de manifestantes.

Quando elas decidiram encerrar o ato e retiraram-se de cena, um vácuo político foi criado e outros atores entraram em cena. A partir dali não tinha mais carro de som, organização, atos pensados previamente. O imprevisto da ação de pessoas aleatórias que decidiram seguir com a manifestação semeou uma ruptura na representação política.

Cartografando o ciclo de lutas multitudinários que aconteceram no ano de 2011, Castells, explica- nos que, “em todos os casos, os movimentos ignoraram partidos políticos, desconfiaram da mídia, não reconheceram nenhuma liderança e rejeitaram toda organização

<sup>179</sup> ESTUDANTES... **Meio Norte**, 31 de ago, 2011, p. B/6.

<sup>180</sup> MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, Memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 47.

formal, sustentando-se na internet e em assembleias locais para o debate coletivo e as tomadas de decisão”<sup>181</sup>.

Em Teresina não foi diferente, pois os grandes movimentos que aconteciam em outros países e regiões do mundo, como já explicitado, serviram de inspiração para os manifestantes do #Contraoamento. Desse modo, o ressentimento por terem sido de certa forma, “abandonados” pelo “pessoal dos partidos” fez com que os grupos independentes criassem sua autorreferência política, independente da burocracia e organização dos membros de coletivos e organizações sociais e partidárias.

A partir daquele momento, o #Contraoamento passou a ser um campo de disputas políticas, onde apesar dos partidos, coletivos e principalmente do fórum seguirem como líderes dos protestos perante a mídia, na prática eles tinham que disputar esse protagonismo com outras figuras, totalmente desconhecidas, em geral, grupos constituídos ao longo dos protestos ou até mesmo estudantes avulsos, pois:

Da segurança do ciberespaço, pessoas de todas as idades e condições passaram a ocupar o espaço público, num encontro às cegas entre si e com o destino que desejavam forjar, ao reivindicar seu direito de fazer história – sua história –, numa manifestação da autoconsciência que sempre caracterizou os grandes movimentos sociais<sup>182</sup>.

Apesar de ser uma referência a movimentos como o *Occupy Wall Street*, Os Indignados da Espanha, ou da Revolução dos Guarda-chuvas em Hong Kong percebemos que essas características determinadas por Castells nos apontam singularidades dos protestos em Teresina.

Ao constituir, de um lado, o pessoal dos partidos, e de outro, os independentes, Torres elencou para estes últimos, o papel de protagonistas nas manifestações, o que para ele significou justamente uma das “novas” características que fizeram os protestos alcançarem o êxito, e como deveria ser era deste grupo que ele fazia parte nos protestos. Este foi sem dúvida o “mito fundador” do #Contraoamento para os independentes, ou seja: a crença num movimento heterogêneo, sem comandos centrais, onde jovens de formas múltiplas, constituíram uma manifestação sem precedentes na história de Teresina.

Não se trata, cabe ressaltar, ao chamarmos esse fato de “mito fundador”, de querer colori-lo como sendo um falso enunciado, pois precisamos entender que cada narrativa, cada

---

<sup>181</sup> CASTELLS, 2017, p. 19.

<sup>182</sup> CASTELLS, 2017, p. 18.

apreensão da realidade tem um nexos com os fatos reais do passado como nos ensina Portelli, “um mito não é uma narrativa unívoca, mas uma matriz de significados, uma trama de oposições: depende, em última análise, de o individual ser ou não percebido como representativo do todo, ou como uma alternativa para o todo.”<sup>183</sup>

Além de separar os participantes em vários grupos, entre “o pessoal dos partidos” e os “independentes”, Agostinho Torres constrói outra fragmentação na sua narrativa. O #Contraoamento não só foi uma série de manifestações onde diversos grupos agiram de forma descentralizada, como também essa característica foi vista como nova forma de ação direta, divergente dos modelos anteriores de manifestações. Para ele, seu grupo entendia que não poderiam “marchar” até a Prefeitura e dispersar depois das palavras de ordem, seria uma “caminhada gratuita”, como “todo ano faz” e “nunca acontece nada”.

Depois de seguirem para o SETUT e fazerem protestos nas instalações de sua sede, os manifestantes decidiram seguir para a avenida Frei Serafim, onde começaram a bloquear a avenida, paralisando assim todo o centro da cidade. Eram poucos manifestantes, muitos ainda adolescentes estudantes de escolas públicas, como o Liceu de Teresina, escolas particulares e alguns universitários independentes e militantes. Aos poucos imprensa e polícia chegavam para cobrir os protestos e tentar encerrá-los. Narra o jornal Diário do povo que,

Numa ação que fez lembrar a repressão dos anos de 1980, policiais militares espancaram, prenderam, atiraram com balas de borracha e jogaram gás de pimenta em um grupo de estudantes que fazia uma manifestação contra o reajuste da tarifa de transportes coletivos de Teresina [...]. Em pouco tempo a Frei Serafim estava lotada de PMs, principalmente no grupo Rondas Ostensivas de Natureza Especial (RONE), grupo de elite da PM mais acostumada a enfrentamentos com assaltantes de bancos do que com manifestantes. Em determinado momento um dos militares atirou uma bala de borracha que atingiu um dos estudantes que protestavam #Contraoamento da passagem. O barulho do tiro provocou uma grande correria os militares passaram a perseguir os estudantes, prendendo e até pisoteando os manifestantes [...]. A ação revoltou até quem não participava da manifestação. ‘Esses PMs estão agindo em causa própria porque eles já não pagam passagem mesmo e não estão nem ai para quem paga’.<sup>184</sup>

Diante da situação de forte repressão e um aparente despreparo da polícia para lidar com a situação, nota-se um quadro de grave violência contra os manifestantes que estavam na Avenida Frei Serafim naquele dia, o que provocou uma leitura de reprovação tanto pelo periódico, quanto por uma senhora dona-de-casa, que apesar de não participar dos protestos,

<sup>183</sup> PORTELLI, 2006, p.123

<sup>184</sup> PM... *Diário do Povo*, 11 jan. 2012, p.01.

estava acompanhando a situação. Como a avenida estava bloqueada, muitos usuários do transporte coletivo estavam nas calçadas e nas proximidades esperando a resolução daquele cenário. Esse momento também nas narrativas dos manifestantes apareceu como um ponto de inflexão.

Os policiais da tropa de choque chegaram com gás de pimenta na cara das pessoas; justamente a ideia deles era proteger o ônibus que tinha sido apedrejado e começaram a dar tiro de borracha e jogar gás lacrimogêneo. O grande momento de virada do #Contraoamento e que fez realmente ele se tornar uma coisa grande foi a repressão policial porque com a repressão... foi uma violência totalmente desnecessária, justamente era um grupo pequeno de pessoas, não tinha necessidade daquele tipo de repressão, daquela força com aquela violência, e as pessoas começaram a compartilhar nas redes sociais as imagens em tempo real mesmo, do gás, das pessoas que estavam paradas e os policiais chegavam tacando spray de pimenta e foi indignando. Embora tivesse poucas pessoas ali, eram pessoas que... Teresina é uma cidade que, a gente acha que Teresina é uma cidade muito grande, mas ela não é, é uma cidade muito pequena então atingiu muitos grupos de pessoas porque todo mundo tinha um amigo que estava ali na Frei.<sup>185</sup>

As duas narrativas, portanto, apontam que a violência policial empregada no primeiro dia dos protestos foi desmedida para a situação, o que inclusive no relato de Agostinho, foi um dos motivos que proporcionou a adesão de mais adeptos ao movimento. Interessante notar, que nesse primeiro dia de protestos, o periódico ainda utiliza o termo “estudantes” para referir-se aos manifestantes, algo que posteriormente como veremos alterou-se.

A repressão policial, como ressalta o relato do manifestante não se fez esperar até o outro dia para ser de conhecimento geral da população. Utilizando-se dos novos meios de comunicação e suas ferramentas de compartilhamento instantâneo, os manifestantes divulgaram as imagens da forte repressão policial, fazendo com que suas inúmeras redes de contatos fossem acionadas. Uma das imagens de maior circulação e que, sem dúvida, chamou a atenção provocando indignação coletiva, foi à fotografia que retrata a tropa de choque pouco antes de reprimir um grupo de manifestantes que estavam sentados no chão da avenida.

---

<sup>185</sup> TORRES, Agostinho. **Entrevista concedida à Sthênio de Sousa Everton**. Teresina, ago. 2016.

**IMAGEM 05** – Estudantes sendo reprimidos pela tropa de choque da Polícia Militar

Fonte: Portal O Dia, Disponível em: <https://www.portalodia.com/noticias/piaui/estudantes-protestam-contr-aumento-na-passagem-em-meio-a-confronto-com-a-policia-veja-videos-117270.html>

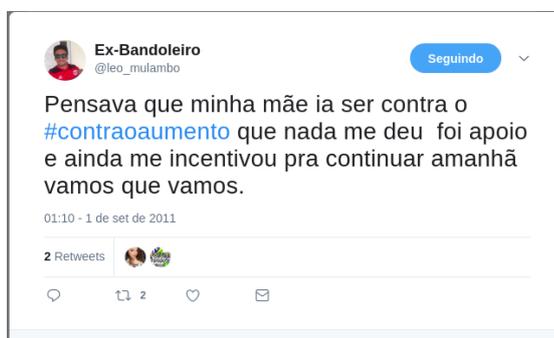
A forma pacífica dos manifestantes diante de todo o aparato repressivo da polícia capturado pela foto, sem dúvidas foi um dos apelos mais usados pelos participantes nas redes sociais, o que causou uma indignação por parte daqueles que não estavam presentes nos protestos daquele dia, resultando na adesão de mais pessoas nos dias seguintes de protestos. A esse respeito, Castells declara que “as redes de comunicação são fontes decisivas de construção do poder”<sup>186</sup>.

Desse modo, podemos entender que, pelo menos no começo dos protestos boa parte da população apoiava os protestos, defendendo os estudantes, como fez a dona-de-casa entrevistada pelo jornal, bem como incentivando, como fez a mãe do manifestante supracitado. Por outro lado, a atitude desses manifestantes, de darem continuidade com os protestos e, posteriormente, sofrerem com a repressão policial, alterou o cenário de liderança dos protestos pelo fórum, ou outras entidades de esquerda, que se viram pela primeira vez tendo que dividir esse protagonismo com pessoas distintas e que muitas vezes estavam totalmente distantes das concepções de manifestações desses grupos organizados. Usando seu perfil no *Twitter*, um jovem relatou que recebeu apoio familiar.

---

<sup>186</sup> CASTELLS, 2017, p.22.

**IMAGEM 06** – Jovem Teresinense relata no *Twitter* receber incentivo da sua mãe para continuar nos protestos.



Fonte: Twitter, Disponível em: [https://twitter.com/leo\\_mulambo/status/109115908307435520](https://twitter.com/leo_mulambo/status/109115908307435520)

Se antes esses movimentos sociais estavam a frente dos atos de revolta, movimentando e aglomerando o apoio popular, desta vez, com a sua decisão de encerrar seu protesto ao concluírem a marcha até as portas da prefeitura de Teresina, já não eram mais reconhecidos por muitos como a liderança daquele movimento. O #Contraoamento não era mais o “povo”, era multidão e como tal, “por meio de suas lógicas e práticas, de suas palavras de ordem e desejos, declara um novo conjunto de princípios e verdades”<sup>187</sup>.

Ainda que diversos e múltiplos, os manifestantes começaram a constituir redes de afetos entre eles. Acordavam cedo, cada um vindo de um canto da cidade, a maioria de ônibus; ao chegar nos protestos deixavam suas diferenças, não de lado, pelo contrário, deixavam-nas desfilar pelas ruas num cenário de heterogeneidade de ações. Essa situação provocava confusão por parte das autoridades que não sabiam a quem se dirigir para uma negociação, ou qual grupo de manifestantes deveriam observar mais detidamente. A partir do segundo dia, diversos grupos foram se constituindo e ocupando as ruas. Fechando sinais e interrompendo o trânsito, chamando a atenção para sua causa.

Ao ser questionado sobre como se dava organização para tomada de decisões acerca das ações que deveriam realizar, Agostinho afirma que:

Na verdade isso foi uma das grandes felicidades pra mim, de ter participado do #Contraoamento foi ver justamente como funciona uma espécie de movimento totalmente orgânico que foi esse momento da separação. Quando saiu os partidos, saiu a parte burocrática, que tinha preocupação com, o modo como vai ser visto pela sociedade, tinha preocupação com os procedimentos legais, os procedimentos que não levassem ninguém a ser

<sup>187</sup> NEGRI; HARDT, 2014, p. 09.

preso, tinha preocupações institucionais, que era o partido. Quando houve essa separação foi a pura organicidade, a pessoa dava uma ideia e as outras iam ouvindo e concordavam ou não, e ia, era basicamente isso [...]. só que era uma coisa mais orgânica, ninguém dizia, ninguém ordenava, ninguém comandava especificamente. Era... todo mundo podia dar uma ideia.<sup>188</sup>

Nesse sentido podemos entender que o #Contraoamento não foi um protesto comandado ou dirigido por uma única entidade ou organização, na verdade, no seu processo de feitura, ele permitiu que houvesse outros grupos coexistindo no protagonismo das ações, e essa combinação de variações nas formas de ação possibilitou uma gama de momentos totalmente novos para o movimento estudantil<sup>189</sup> local. Se por um lado o “pessoal dos partidos”, perfilavam seus militantes, gritavam palavras de ordem contra a situação do aumento tarifário, por outro, “independentes”, *anarcopunks*, hippies, estudantes secundaristas também fechavam ruas, ateavam fogo em pneus e bloqueavam as ruas impedindo o trânsito.

O ápice dos protestos de 2011 foi à quinta-feira, primeiro de setembro. Após a reunião com alguns representantes do #Contraoamento, a prefeitura se posicionou contra a revogação do aumento e após anunciarem a decisão do prefeito milhares de manifestantes marcharam pelas ruas da cidade, no maior dia de protestos.

Na quinta-feira a gente não tinha mais controle, porque na quinta-feira era muita gente e era, era.... Nera que tinha uma desorganização, mas porque é impossível você controlar trinta mil pessoas, vinte mil pessoas, dentro daquele turbilhão que foi. Depois que os meninos saíram da reunião e disseram não tem acordo, pronto! O povo parece que ligou assim o botão do vamos acabar com tudo! E foram, foram indo e fomos indo mesmo levados, o resto do #Contraoamento, na quinta-feira foi levado, foi o povo mesmo que ia tomando suas iniciativas, ia fazendo as coisas, a gente ia atrás e tentando ver o que que podia fazer.<sup>190</sup>

A força dos protestos nesse dia foi tamanha que no seu relato, Rafael, que fazia parte do fórum, aponta uma distância entre os desdobramentos dos protestos e a direção do fórum. Naquele dia as manifestações reuniram pelo menos vinte mil manifestantes, que expressaram sua indignação numa longa marcha que saiu da prefeitura na zona centro da cidade, percorreu a Avenida Frei Serafim, atravessou a ponte Juscelino Kubitschek em direção à zona leste da cidade, voltando em direção ao centro da cidade pelas avenidas Nossa Senhora de Fátima, atravessando rio Poty agora pela ponte Estaiada, desembocando na zona norte da cidade e daí

<sup>188</sup> TORRES, Agostinho. **Entrevista concedida à Sthênio de Sousa Everton**. Teresina, ago. 2016.

<sup>189</sup> Movimento estudantil é entendido nesse trabalho não somente como um movimento social organizado, mas também como a ação política direta de jovens estudantes.

<sup>190</sup> FREITAS, Rafael Veloso. **Entrevista concedida à Sthênio de Sousa Everton**. Teresina, ago. 2016.

de volta para a Avenida Frei Serafim, um percurso de aproximadamente onze quilômetros.

Nesse percurso, ônibus foram incendiados e apedrejados e literalmente caçados, uma vez que eles representavam simbolicamente a opressão cotidiana dos cidadãos da cidade. Aproveitando-se da vantagem numérica, os manifestantes empreenderam uma força de ações que não pode ser reprimida pela polícia ou qualquer outro órgão de controle social e após percorrerem esse longo percurso, ocuparam o principal cruzamento da cidade por horas até que aos poucos foram se dispersando.

O recado estava claro então para as forças de segurança e para a prefeitura, os protestos haviam crescido numa linha vertiginosa em apenas quatro dias e o cenário que se aproximava era ainda temido. O prefeito então realizou reuniões por toda a madrugada daquele dia com vereadores e assessores e pela manhã do dia dois de setembro, em coletiva de imprensa anunciou a suspensão temporária do aumento. O gesto do prefeito foi bem recebido pelos periódicos da cidade, uma vez que entendiam ser um gesto de bom senso, porém, no pensamento dos jovens manifestantes o gesto de recuo foi mais do que bom senso, foi a constatação material do antes era apenas percebido como discurso motivacional: a luta popular podia fazer frente a decisões dos poderes constituídos.

Muitos desses grupos não participavam de manifestações ou organizações políticas de atuação constante, porém, na feitura do #Contraoamento eles sentiram-se num espaço onde podiam agir e externar toda sua indignação. Sentimento este, que como já adiantamos, dificilmente pode ser explicado apenas pelo aumento da tarifa feito em agosto de 2011. A indignação que transbordou nas ruas naqueles dias adveio de um contexto sociocultural e econômico de intensa desarticulação urbana, privando os indivíduos, principalmente os mais pobres, do espaço cidadão. A indignação não só de algumas centenas de estudantes, militantes ou sindicalistas, mas de milhares de cidadãos que marcharam pelas ruas.

A principal estratégia realizada pelos manifestantes tanto em 2011 como em 2012 foi a de bloquear o trânsito da cidade, colocando o próprio discurso de cidade funcional contra ela, uma vez que conseguiam paralisá-la interditando um ou dois cruzamentos. Foram dias de intensos impactos econômicos no comércio e serviços da cidade, uma vez que esses setores representam grande parte das atividades econômicas de Teresina<sup>191</sup>. Reagindo aos protestos, a retirada da frota de ônibus por parte do sindicato de empresas de ônibus também foram constantes, prejudicando as pessoas que utilizavam os ônibus, muitos tiveram que recorrer a caronas de amigos e até de desconhecidos e serviços alternativos como o de moto-táxi.

---

<sup>191</sup> LOJISTAS... *Meio Norte*, 08 jan. 2011, p. B/6.

Outros, sem conseguir nem uma dessas opções voltavam para casa literalmente a pé.

Toda essa situação singular na “pacata” vida cotidiana de Teresina, uma amálgama de cidade atrasada e moderna, reescreveu os espaços utilizados pelos manifestantes, que lembrou a perspectiva de Castells de espaços de autonomia. A Avenida Frei Serafim, de forma política foi rebatizada pelos manifestantes como “Avenida dos Indignados”, pois para eles, aquele espaço não era mais o lugar de trânsito de veículos, mas sim o seu espaço autônomo de comunicação e deliberação sobre formas de agir.

Esse híbrido de cibernética e espaço urbano constitui um terceiro espaço, a que dou o nome de espaço da autonomia, porque só se pode garantir autonomia pela capacidade de se organizar no espaço livre das redes de comunicação; mas, ao mesmo tempo, ela pode ser exercida como força transformadora, desafiando a ordem institucional disciplinar, ao reclamar o espaço da cidade para seus cidadãos [...]. O espaço da autonomia é a nova forma espacial dos movimentos sociais em rede.<sup>192</sup>

Das redes sociais para a ocupação das ruas, mas desta vez sem um comando central capaz de concatenar as ações, a multidão estabeleceu novas formas de organização e de autonomia comunicacional, e assim, de autonomia política nas ações diretas. As manifestações não tinham hora para começar nem para terminar, cada dia isso variava; após esvaziarem o centro, pois os fluxos de veículos eram direcionados para outros lugares, os manifestantes ressignificava-os com ações como ouvir música sentado no canteiro central ou dividir alimentos uns com os outros.

---

<sup>192</sup> CASTELLS, 2017, p. 193.

**IMAGEM 07** – Manifestantes aproveitam para lanchar no asfalto da Avenida Frei Serafim

Fonte: Facebook, Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=229950350416882&set=a.229947580417159&type=3&theater>

Quando a prefeitura instala em 2012 o sistema de integração, o resultado histórico de alguns meses atrás alimentou a esperança dos jovens manifestantes de que deveriam ir novamente para as ruas. Descontentes com a integração reivindicaram novamente a redução da passagem, com a suspensão imediata do pagamento na segunda viagem. Outro relato que ajudou-nos a compreender os desdobramentos do processo de feitura do #Contraoamento foi o do jovem militante Luan Matheus. Luan, apesar de ter nascido em Teresina cresceu na cidade de Piri-piri, distante cerca de cento e cinquenta quilômetros de Teresina, e só veio morar na capital em meados de 2009 após passar no vestibular para jornalismo na Universidade Estadual.

Foi no seu processo de estudante universitário que ele adentrou na militância política, principalmente devido ao trabalho de base realizado pelos estudantes do seu curso. Militou pela Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social (ENECOS) e na ANEL, onde em 2011 participou das movimentações do #SOSUESPI e era um dos nomes que construía o fórum Estadual que puxou as manifestações do #Contraoamento. Atualmente é casado e tem

uma filha pequena. Rememorando o #Contraoamento de 2012, Luan narrou as impressões que eles (Fórum) tinham para os novos protestos que se aproximavam.

A gente achou que ia ser semelhante ao que foi 2011 né? Então a gente já tinha uma expectativa de que o aumento, de que iria acontecer o aumento... a gente sabia era que por uma estratégia da prefeitura esse aumento iria acontecer no período de férias dos estudantes, onde a gente teria uma dificuldade maior de mobilizar. Porque os estudantes iam pra aula, e depois da aula iam para a manifestação em 2011. 2012 não eles tinham que sair de casa direto pra manifestação, porque não estava tendo aula. Então esse foi um fator que dificultou muito a mobilização. Não foram grandes protestos, na verdade foram protestos pequenos, mas que a gente teve praticamente a mesma forma de organizar. Então a gente chamou os protestos através das redes sociais,[...] mas não foi um protesto que mobilizou tanto né? Talvez por isso não teve o mesmo resultado que teve em 2011.<sup>193</sup>

De fato os protestos de janeiro de 2012 não repetiram os números do ano anterior, porém foram protestos que demonstraram força dos grupos que lá se fizeram presentes, mergulhando o cotidiano da cidade em longos dez dias de intensos protestos e repressão policial, que se em 2011 foi um dos fatores de indignação que fortaleceu as fileiras de manifestantes, no ano seguinte, pelo menos na visão de alguns manifestantes, seria um dos elementos que contribuíram decisivamente para o encerramento dos protestos.

O raciocínio dos manifestantes era simples, se em 2011 a mobilização via redes sociais funcionou então vamos realizar novas campanhas no ciberespaço; se bloquear avenidas, principalmente a Frei Serafim chamava a atenção de toda a sociedade, então façamos os piquetes. O resultado então deveria ser o mesmo de meses antes, onde a prefeitura voltou atrás no aumento. Todavia a conjuntura política de janeiro era outra por diversos motivos, não só os apresentados por Luan.

Primeiramente a chegada do sistema de integração foi usado como objeto de uma intensa campanha midiática, de duas formas: primeiro como uma decisão corajosa do prefeito que finalmente realizara um desejo da população piauiense, e em segundo como a solução para os problemas do sistema de transporte público. A esse respeito, disponhamos das afirmações, primeiro, do jornal de maior circulação na cidade que afirmara em editorial que o teresinense deveria ser paciente com o novo sistema.

Ontem, começou a funcionar em Teresina o esperado sistema de integração de ônibus nas linhas da capital. Depois de muitos anos de promessas de campanha, muitos ensaios e nenhuma ação efetiva que mostrasse a real

<sup>193</sup> MATHEUS, Luan. **Entrevista concedida à Sthênio de Sousa Everton**. Teresina, mar. 2018.

iniciativa do poder público municipal de concretizar a integração de linhas, a Prefeitura Municipal de Teresina finalmente deu início a um processo que tem apenas data para começar a garantia de sua eficiência.<sup>194</sup>

Dessa maneira o jornal induz o leitor a entender que o sistema de integração implantado em 2012 era o tão sonhado sistema discursado por muitos candidatos, mas que nenhuma gestão teve até então a coragem para fazer. O jornal nem se quer aponta a situação de causa e efeito entre os protestos de 2011 e um sistema implantado as pressas, numa nítida manobra para acalmar os ânimos dos manifestantes, que desde a suspensão do aumento ameaçavam voltar às ruas. Em outro importante periódico de circulação na cidade, a ênfase num sucesso da integração era mais evidente.

O jornal Meio Norte destacou em sua capa o início da integração, onde trazia uma foto de um ônibus como pano de fundo, e a frase “Integração começa hoje e marca avanço no transporte”<sup>195</sup>, em letras grandes e em vermelho e preto. Na sequência o jornal trouxe uma longa entrevista com a então superintendente de transportes de Teresina, Alzenira Porto, além de pequenas colunas onde destacavam mais ainda o novo sistema como algo positivo para a cidade. Em uma dessas colunas o jornal apressou-se inclusive a dizer que, “Trabalhadores e estudantes estão rindo à toa com a implantação do sistema de integração nos transportes públicos de Teresina”<sup>196</sup>, e numa coluna seguinte, que “A integração do sistema de transportes coletivos de Teresina pode render um crescimento político e eleitoral fenomenal em favor do prefeito Elmano Férrer”<sup>197</sup>.

Hoje, sabidamente podemos dizer que nenhuma coisa, nem outra. Ainda assim ficou evidente como a prefeitura utilizou-se de toda sua estrutura política midiática para vender a integração nos jornais de Teresina, sendo que estes nem se quer noticiaram que os movimentos que marcharam em setembro de 2011, já estavam convocando novos protestos, pois nem concordavam com o modelo da integração, nem mesmo com o resultado da análise da comissão que foi montada pela prefeitura para estudar a tão polêmica planilha do SETUT.

Em 2011, como já mostramos, os jornais noticiaram antes do início dos protestos a intensa mobilização via redes sociais, porém em janeiro de 2012, as matérias davam a entender que estava tudo resolvido e a sociedade teresinense tinha aceitado a integração como uma vitória e, portanto, não haveria novos protestos. Difícil sabermos se isso foi feito de forma consciente por parte de uma imprensa, que tem na verba pública sua maior fonte de

---

<sup>194</sup> AO SEU TEMPO...**O Dia**, 03 jan. 2012, p. 03.

<sup>195</sup> INTEGRAÇÃO... **Meio Norte**, 01 jan. 2012, p.01.

<sup>196</sup> RINDO... **Meio Norte**, 01 jan. 2012, p. A/3.

<sup>197</sup> PESQUISAS... **Meio Norte**, 01jan. 2012, p. A/3.

lucro, ou se foi mera coincidência editorial. Certo é que a conjuntura dos novos protestos mostrava-se cada vez mais austera para os manifestantes, que ainda assim empreenderam um novo calendário de manifestações que foram duramente reprimidas pela polícia.

Em segundo lugar, se por um lado os manifestantes pensavam em realizar um mesmo *modus operandis* para alcançar o resultado desejado, o poder público se preparou para ser muito mais eficiente no enfrentamento dos protestos. Primeiro a integração foi vendida como a tão esperada ação do poder público na área de transportes para a população. Em seguida os manifestantes foram literalmente transformados nos periódicos, mídias de televisão, etc. em mero vândalos, onde inclusive o substantivo “estudante” foi gradualmente desaparecendo e deu lugar a termos que associassem a imagem dos manifestantes ao signo do rebelde sem causa, junto a opinião pública. Com o esvaziamento dos protestos, isso foi mais fácil, pois as fardas das escolas públicas e particulares já não mais apareciam nos jornais e matérias nas televisões, que muitas vezes entravam ao vivo para mostrar as manifestações.

Então já não era mais um protesto de estudantes, eram todos militantes que agiam politicamente para prejudicar a imagem do prefeito que teve coragem de implantar a integração, num ano eleitoral. Esse exercício discursivo e semântico de eliminar os estudantes da manifestação, e reduzir todos a “militantes”, criou em certa medida, a situação necessária para a forte repressão que aconteceu. O outro fator, sem dúvida, foi o caráter mais violento dos protestos, que se arrastaram por mais de uma semana, diferente dos protestos de meses antes que começaram numa segunda e se quer chegou a sexta-feira.

#### IMAGEM 08 – Charge no jornal O Dia



Fonte: Jornal O Dia. 08/01/2012.

Utilizando-se do gênero charge, o jornal ironiza a ação dos manifestantes, travestindo-os de fantoches de partidos políticos, caracterizados como verdadeiros vilões por trás dos protestos. Dessa forma, a utilização da ironia como elemento maior dessa composição textual direciona o leitor a uma dada compreensão, uma vez que,

A charge é um gênero de discurso que lida com o repertório disponível nas práticas socioculturais imediatas; ligando-se sempre ao modo como um determinado grupo vê o outro. Um repertório forjado inevitavelmente a partir de uma matéria contingencial. Na sua forma atual, a charge mantém vivas muitas das tradições expressivas que a compuseram historicamente, definindo-se pela apropriação e reutilização constantes de diferentes linguagens: pictórica, literária e teatral.<sup>198</sup>

Combinado a esse quadro, o poder público também se mostrou mais preparado para não deixar que a estratégia dos manifestantes de bloquear as ruas e asfixiar a cidade tivesse sucesso. Pois uma vez que os manifestantes se dirigiam para fechar certo cruzamento, antes desse local, os agentes da superintendência de trânsito já estavam direcionando o trânsito para outros corredores, e por mais que isso afetasse ainda drasticamente o sistema de vias de transportes, tinha o efeito de isolar os manifestantes do restante da população.

Segundo Agostinho Torres, muitas vezes eles tiveram que sair bloqueando praticamente todos os cruzamentos da Avenida Frei Serafim, chegando até a cabeceira da ponte, única forma de conseguir bloquear o trânsito nos sentidos norte-sul e centro-leste. As forças de segurança também estavam mais preparadas para reprimir os manifestantes e aproveitavam-se da diversidade de ações dos grupos de manifestantes para agir em pequenas situações.

Numa das imagens mais virais do #Contraoamento de 2012, que foi tirada pelo fotógrafo Régis Falcão, um pequeno grupo de manifestantes são reprimidos pela polícia, depois que o uso de spray de pimenta não tinham sido suficientes para retirá-los dali. A imagem consegue sintetizar um dos principais argumentos dos manifestantes, que era o uso exagerado da repressão policial.

---

<sup>198</sup> NERY, Laura Moutinho. Caricatura: cartilha do mundo imediato. **Semear (PUCRJ)**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 127-144, 2002. Disponível em: < [http://www.letras.puc-rio.br/unidades&nucleos/catedra/revista/7Sem\\_10.html](http://www.letras.puc-rio.br/unidades&nucleos/catedra/revista/7Sem_10.html) >, Acesso em: 10 fev. 2018, online.

**IMAGEM 09** – Tropa de choque momentos antes de atacar um pequeno número de manifestantes.



Fonte: Facebook. Disponível em:  
<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=2456539573810&set=a.2456533133649&type=3&theater>

Ainda assim, um cenário de repressão ainda maior, estava por acontecer. Como nem tão pouco o poder público acenava com a possibilidade de voltar atrás novamente, nem os manifestantes com a hipótese de sair das ruas, a solução empregada para por fim aos protestos foi a demonstração de toda a violência física e simbólica que o poder constituído pode aplicar. Numa carta aberta veiculada pelos meios de comunicação, o prefeito solicitou a volta da “ordem” e a liberação das ruas. Em outra reportagem, o governador do estado, Wilson Martins do Partido Social Brasileiro (PSB), havia dito que a polícia iria garantir a "ordem". Dessa forma o cenário estava montado: um sistema de integração vendido como solução dos problemas de transporte público, a transformação dos estudantes em fantoches políticos, e a necessidade da ordem; assim, as forças de repressão ganhavam carta branca para agir.

A repressão que se deu no dia dez de janeiro cumpriu seu papel de instaurar o medo entre os manifestantes, paralisando as manifestações. Relembrando aquele dia que foi batizado como o dia do “massacre”, segundo Torres,

O que aconteceu ali não foi um simples conflito dos manifestantes com a polícia, teve um dia lá que a polícia puxava as meninas pelo cabelo, jogava bomba mesmo, muita bomba para todos os lados, tiros de borracha atingiram muita gente, e isso assustou muita gente. Foi o ápice da violência policial [...] e tudo isso assustou as pessoas, não foi porque o #Contraoamento foi

menor, é porque ele foi morto antes de acontecer, o de 2012.<sup>199</sup>

Dessa forma, Agostinho começou a estabelecer na sua narrativa uma diferenciação entre os protestos de 2011 e 2012, que segundo seu relato foram momentos distintos, principalmente pela relação entre independentes e o pessoal dos partidos, e entre as ações dos manifestantes e a reação do poder público. A repressão daquele dia também marcou os relatos de Rafael Freitas e de Luan Matheus. Freitas lembra que após coordenar as manifestações naquele dia, o fórum encerrou os atos por volta das 17 horas, e dirigiu-se para a sede do Sindicatos do Servidores Municipais de Teresina (SINDESERM) para avaliar as manifestações e reorganizar suas estratégias.

**IMAGEM 10** – Forte efetivo policial reprime os manifestantes no dia que ficou conhecido como o dia do “massacre”.



Fonte: Portal Brasil247. Acesso: <https://www.brasil247.com/pt/247/brasil/35079/Protesto-de-passageiros-vira-confronto-no-Piau-Piaui-Teresina-confronto-PM-estudantes-passagens.htm>

Quando encerravam sua participação nas manifestações, os militantes do Fórum iam para a sede do SINDSERM avaliar os atos, bem como planejar os seus futuros. Durante a reunião naquele dia, segundo Rafael, eles ficaram sabendo que as manifestações tinham continuado e que um grande efetivo policial estava mobilizado pela região onde estavam os manifestantes.

Quando foi mais tarde foi só a notícia da confusão, foi a notícia do tiroteio, aí a gente encerrou a reunião do fórum e foi atrás de saber cadê o povo! Como era que estava isso, porque tinha algumas pessoas do fórum que

---

<sup>199</sup> TORRES, Agostinho. **Entrevista concedida à Sthênio de Sousa Everton**. Teresina, ago. 2016.

estava nessa manifestação, mas de forma isolada, não foi o fórum que deliberou que ia participar desse ato [...] quando a gente chegou lá já estava instalado né... a guerra, a praça de guerra! Era muita fumaça, muita correria, a gente não conseguia nem se entender direito dentro desse ato sabe? O que estava acontecendo mesmo... na verdade era mais as pessoas fugindo dessa confusão. Tinha muita bomba, muito gás lacrimogêneo que eles usam.<sup>200</sup>

Segundo o jornal O Dia, cerca de duzentos policiais participaram do ato de repressão, onde aconteceu de tudo um pouco, “uso de spray de pimenta, bombas de efeito moral, puxões de cabelo e prisões”<sup>201</sup>. Ainda segunda a reportagem um balanço inicial falava em torno de quinze manifestantes presos, que após passarem pela central de flagrantes foram encaminhados para presídios. Na verdade, como se soube posteriormente, foram nove manifestantes que passaram a noite num presídio. Naquele dia, a hashtag #Contraoamento Teresina entrou para os *Trending topics*<sup>202</sup> do *twitter*, que é a lista de assuntos mais comentados no *twitter* em todo o mundo. Inclusive celebridades usaram a plataforma digital para se solidarizar com os manifestantes.

Em relato presente no seu perfil no *Facebook*, a estudante Helena Beatriz, filha de uma importante liderança local do Partido da Causa Operária (PCO), e que foi, literalmente, arrastada pelos cabelos ao ser presa naquele dia, relatou como foi a experiência de ser presa e enviada para um presídio.

Fomos levados a Central de Flagrantes da Polícia Civil onde fomos algemados e tratados como marginais, daí, houve interrogatórios individualizados e depois fomos colocados em celas minúsculas separadas, homens e mulheres separados [...]. Passamos a noite presos, de manhã fomos novamente algemados pelos pés e punhos, colocados num "camburão" e transferidos sob um sol de 40°, para a "Penitenciária Feminina e Casa de Custódia", local onde os marginais ficam esperando a sentença. Ficamos novamente em Pavilhões separados, o Pavilhão feminino e outro masculino, entre assassinas confessos, traficantes, ladrões. Entre as marginais fomos melhores tratados do que entre a maioria dos policiais. Na hora da Vistoria, nas celas, o terror é completo, os policiais aparecem mascarados, armados, com cacetes, fuzis e metralhadoras, tiram a roupa de todo mundo, batem em todo mundo, entram nas celas e destroem tudo que encontram, rasgam roupas, esparramam os míseros alimentos dos pobres presos, sujam tudo, ... e fazem isso gritando, berrando ameaças e todo o tipo de impropérios e palavrões. Hoje, as 17:00 horas os advogados, mais ou menos uns 30, conseguiram um "Alvará de Soltura (diante o pagamento de 12 mil

<sup>200</sup> FREITAS, Rafael Veloso. **Entrevista concedida à Sthênio de Sousa Everton**. Teresina, ago. 2016.

<sup>201</sup> 7º DIA... **O Dia**, 11 jan. 2012, p. 08.

<sup>202</sup> *Trending topics* pode ser traduzido como tópicos de tendência. É uma forma que o *twitter* utiliza para os usuários saberem quais os assuntos estão mais sendo comentados naquele exato momento, por isso, para um assunto conseguir chegar aos *trending topics* ele necessita está sendo comentado por muitos usuários, que geralmente utilizam-se da # que é um marcador de assuntos.

reais, ...repleto de cerceamentos aos nossos direitos democráticos, dentre esses o de participar de outras manifestações)" graças a interferência da OAB Nacional e a dois amigos Oficiais de Justiça, Maécio e companheira, que adiantaram a soltura.<sup>203</sup>

Ficam perceptíveis os sentimentos de emoção e revolta que cerca o relato, uma vez que tal experiência gravou forte impressão na estudante. O relato de Helena trouxe uma série de denúncias contra o sistema de justiça do Piauí, devido as condições em que os militantes foram submetidos. Algemados dos pés a cabeça, foram levados para penitenciárias,

A prisão e envio dos jovens manifestantes para um presídio chamou a atenção da comissão de direitos humanos da Ordem dos Advogados do Brasil seção Piauí, pois, o alto valor da fiança estipulada pelo então delegado geral da polícia civil parecia ser uma espécie de manobra do governo para impedir a saída dos presos, de modo, que um juiz posteriormente diminuiu em pelo menos dois terços esse valor. Após a repercussão negativa, o delegado geral da polícia negou que tenha sido ele que estipulou as fianças.

A expressão utilizada para representar esse dia de protestos, “dia do massacre” foi utilizada pelos manifestantes nas redes sociais, sendo praticamente inexistente nas notícias da imprensa piauiense, por isso dela aparecer nos relatos orais. Para os jovens que participaram dos protestos naquele dia e sofreram com a dura repressão, massacre era a única palavra possível que podia conter o oceano de sentimentos e percepções apreendidas: dor, medo, angústia, ansiosidade, dentre outros. Massacre, pois não agiu apenas numa dimensão simbólica ao desmobilizar as manifestações, mas também nos seus corpos. As marcas nos corpos, as prisões e dores constituíram-lhe um cenário de violência desmedida.

Na sua narrativa, Rafael Veloso Freitas, entende que aquele episódio deu um ânimo para as manifestações, revitalizando-as, uma vez que ele entende que a população condenou a forte repressão, apoiando os manifestantes. Para ele, foi a rotina dos protestos, o cansaço natural, a perda de foco ou a desmobilização, as principais responsáveis pelo enfraquecimento das manifestações.

Eu particularmente achava que as manifestações já estavam morrendo, dentro desse período de férias, nesse contexto de não ter muita mobilização, conseguir mobilizar muito..., e esse evento, essa atividade que teve esse acontecimento.. é deu um gás pra continuar, a gente foi até o final de janeiro

---

<sup>203</sup>BEATRIZ, Helena. **Histórico dos dias na Custódia**. 2012. Disponível em: < <https://www.facebook.com/helena.beata/posts/261193460613281> >, Acesso em: 15 jan. 2018. online.

nessa coisa, nessa, nessa discussão, nessa... conseguir manter esses atos né?<sup>204</sup>

Já para Agostinho Torres, esse evento ganhou outro significado, possibilitando outro relato. Ele responsabiliza o dia do massacre como o episódio-chave de desmobilização popular daqueles protestos. O medo ocasionado por tal repressão afastou os “independentes”, das ruas. Os secundaristas, que tinham grande participação nos atos, foram afastados pelas suas famílias, com medo também que estes acabassem feridos ou presos, como alguns que foram vítimas nos protestos.

Depois daquele dia, ninguém teve mais coragem nem de ir pra rua, muito poucas pessoas. Por mais violento que seja, por mais forte que seja, as pessoas não conseguiam se indignar como no primeiro, porque não parecia só um conflito com a polícia, parecia realmente que eles estavam dispostos a prender e a machucar quem participasse daquilo ali e gerou muito medo, os pais mesmo não deixaram as pessoas ir. Enquanto que no primeiro os pais incentivavam as pessoas a ir pra aquilo ali<sup>205</sup>.

Observamos duas versões não apenas distintas acerca do mesmo evento, como opostas, expressando a força dos significados atribuídos por cada interpretação, o que está diretamente relacionado à ótica dos grupos e indivíduos envolvidos com o movimento, assim como as diferentes formas de (re) significar esse passado. Quando Torres em seu relato afirmou que depois do dia do massacre as pessoas não tiveram mais ânimo para as ruas, ele referiu-se a sua experiência pessoal, que por sua vez, é reflexo da experiência do grupo pelo qual ele participava dos protestos. Os poucos que continuaram a fazer manifestações, a qual ele se refere, remetem ao grupo político de Freitas, que era participante do fórum e continuou nas manifestações mesmo após o episódio da forte repressão.

Mesmo assim, ambos concordam que os protestos continuaram nos dias seguintes, mas, segundo Agostinho Torres, foi o seu grupo, os sem partidos, as principais vítimas do “dia do massacre”. Por isso, terem também sido os que mais se afastaram das ruas após a repressão policial. Desse modo, as narrativas em destaque colorem o mesmo acontecimento de maneiras opostas, dando-lhe, ora o martírio coletivo, responsável por fortalecer os protestos; ora responsabilizando-o como o episódio final daqueles dias. Dessa forma, percebemos como ambas as narrativas se constroem na tentativa de fortalecer os enredos elaborados por cada um. Como explica Portelli,

<sup>204</sup> FREITAS, Rafael Veloso. **Entrevista concedida à Sthênio de Sousa Everton**. Teresina, ago. 2016.

<sup>205</sup> TORRES, Agostinho. **Entrevista concedida à Sthênio de Sousa Everton**. Teresina, ago. 2016.

As representações se utilizam dos fatos e alegam que são fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações; tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envoltos em sua linguagem.<sup>206</sup>

De um lado, o episódio em questão é usado como mais uma demonstração de força e organização necessária das entidades de esquerda, que prontamente agiram na tentativa de ajudar os manifestantes. Rafael destaca o papel importante que o fórum teve em conseguir se articular para angariar fundos para pagar as fianças dos manifestantes que foram detidos durante o dia do massacre. De outro lado, esse acontecimento, surge como o capítulo final do enredo dos independentes que se viram ali como soldados que capitularam diante do seu algoz mais forte. Para Torres, a partir daquele momento os independentes se retiraram das ruas, não suportando o peso da repressão e a força do “pessoal dos partidos”. Com a retirada desses grupos, ele destaca que o fórum, e as demais entidades organizadas recuperaram o controle da manifestação, o que para ele, foi decisivo para que os protestos pouco a pouco se esvaíssem e melancolicamente acabassem.

Seu enredo ganha força quando observamos nos jornais que a partir desse dia as manifestações não noticiaram mais confrontos policiais, nem depredações. As manifestações voltaram ao *script* tradicional, encerrando-se dias depois sem nenhuma pauta atendida pela Prefeitura. No jornal O Dia, logo após o “massacre” as reportagens sobre as manifestações foram diminuindo substancialmente, a ponto de simplesmente pararem de ser veiculadas.

Enquanto no jornal Meio Norte, em seu caderno do dia dezoito de janeiro, ainda destacou a realização de uma reunião entre representantes do movimento e o então prefeito de Teresina, e atual senador da república, Elmano Férrer. Segundo o jornal, a Prefeitura se comprometeu a implementar totalmente a integração eletrônica dos ônibus, além de fiscalizar melhor as empresas que exploravam os serviços<sup>207</sup>.

Cabe a nós ressaltarmos que essa reunião não foi reconhecida pelo fórum que puxou os protestos, pois para eles tratava-se de uma reunião meramente protocolar entre a prefeitura e algumas entidades que apoiavam os governos estadual e municipal. Um dos nomes que participaram dessa reunião era o do atual vereador de Teresina pelo Partido dos Trabalhadores, Deolindo Moura.

---

<sup>206</sup> PORTELLI, Alessandro. O Massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): Mito e política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 111.

<sup>207</sup> GRATUIDADE...**Meio Norte**, 18 de jan. 2012, p. A/4.

**IMAGEM 11** – Perfil oficial do Fórum no twitter falando a respeito da reunião

Fonte: Twitter. Disponível em:

<https://twitter.com/fortransportepi/status/157572062192472065>

O ofício encaminhado pela prefeitura ainda tinha a presença de representantes da União Nacional dos Estudantes (UNE), da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), entidades que apesar de frequentarem as reuniões do fórum, de fato, não o construíam desde o seu início. Segundo afirmou um estudante que compunha o fórum para uma reportagem,

O fórum em defesa do transporte público protocolou no dia 09 de janeiro de 2012 na Prefeitura de Teresina um pedido de reunião com o prefeito Elmano para discutir as reivindicações dos manifestantes. Segundo ele, a Prefeitura não deu resposta e resolveu ignorar solenemente o pedido de audiência da entidade.<sup>208</sup>

Outro estudante do fórum, na mesma reportagem, ainda chamou as entidades que se reuniram com a prefeitura de “oportunistas”. De certa maneira esse fato nos chama bastante atenção, uma vez que o fórum, que havia começado as manifestações, não ter participado dessa reunião. Para nós isso pode ser demonstrativo do grande fosso que havia entre essas “lideranças” e a maioria dos manifestantes, que não se sentiam representados, pois a partir do momento que nem o fórum, nem outra entidade possuía essa representação legitimada, qualquer entidade minimamente organizada poderia se colocar como representante do movimento, e se dirigir para negociações.

<sup>208</sup> FÓRUM... **Meio Norte**, 19 jan. 2012, p. B/8.

Em segundo lugar, nos chamou a atenção que uma das pessoas que participaram dessa reunião com a prefeitura de Teresina era justamente uma liderança da juventude do Partido dos Trabalhadores, que na época das manifestações era um partido aliado ao governo da prefeitura de Teresina, como demonstra uma matéria do jornal O Dia:

Pensando em sua reeleição, o prefeito Elmano Férrer (PTB) abriu espaço em sua gestão para acomodar os aliados petistas e anunciou a criação de duas novas pastas: Secretaria Municipal de Habitação e Regulação Fundiária e a Coordenadoria de Políticas para as Mulheres. [...]. Na Habitação a indicada foi Viviane Moura (PT), [...]. Na Coordenadoria de Políticas para as Mulheres, comandará Andreia Lacerda (PT).<sup>209</sup>

Esses vestígios deixam margens para pensarmos que a reunião veiculada na imprensa possa ter sido uma manobra política por parte da prefeitura para se colocar como um ente que dialoga com o “povo”, ou com os seus legítimos representantes, e desse modo, esse quadro de um possível diálogo e acordo entre as partes serviu também para ajudar a diminuir os protestos, uma vez que significou a retirada das ruas de uma parcela de coletivos ou entidades, que se anunciavam como aqueles que conseguiram negociar com a prefeitura, e conseguiram algumas vitórias para os estudantes, e por outro como aqueles que conseguiram dar fim ao “caos” que a cidade estava vivendo. Até meados de fevereiro de 2012 o Fórum ainda conseguiu mobilizar alguns pequenos protestos que logo desapareceram.

Além das características aqui já apontadas que mostram o relevo das manifestações do #Contraoamento, outro ponto de grande relevância foi a forma como os manifestantes utilizaram-se das redes sociais como um campo comunicacional de forte impacto na luta pelas narrativas que conferiram significado aos protestos. As redes sociais não funcionaram apenas para a mobilização, durante os protestos, percebeu-se que o seu uso seria muito mais determinante para o sucesso das ações dos manifestantes.

Usando suas redes de contatos no mundo virtual, os manifestantes começaram a contrapor a narrativa adotada pelos principais veículos de informação local. Nesse sentido, o tempo era a principal vantagem das narrativas dos manifestantes, que instantaneamente conseguiam compartilhar vídeos, fotos e relatos no momento das manifestações, e assim estas, por sua vez, disseminavam-se mais rapidamente, do que, por exemplo, as matérias nos jornais impressos que só circulavam no dia seguinte.

---

<sup>209</sup> DUAS... O Dia, 01 jan. 2012, p. 02.

Desse modo, entendemos que uma verdadeira guerra de narrativas surgira nos protestos do #Contraoamento. Numa reportagem veiculada no impresso Meio Norte foram divulgados frases que teriam funcionado como gritos de guerra entoados pelos manifestantes. Segundo a reportagem, os manifestantes, ocupando ônibus e realizando a ação conhecida como “catracaço”, gritavam,

Que vergonha, que vergonha, o preço da passagem tá mais cara que a maconha’, ‘que desgraça que desgraça, o preço da passagem tá mais cara que a cachaça’, ‘que tristeza, que tristeza, o preço do ônibus tá mais caro que a cerveja’, cantavam os estudantes.<sup>210</sup>

Dessa forma, o jornal tentou relacionar os manifestantes ao consumo de drogas ilícitas, como se todos seus integrantes aderissem a essa prática, e ao evocar um discurso moralista, o jornal tentava construir um certo perfil dos estudantes e daquelas manifestações e estimular a animosidade em relação às manifestações, desfocando os interesses dos protestos. Em outra notícia, o mesmo jornal destacou a irredutibilidade dos manifestantes em negociar com a prefeitura como uma amostra de que não se tratava de manifestações legítimas, mas somente “baderna”<sup>211</sup>. De forma mais impositiva, o editorial de outro jornal impresso, O jornal O Dia, evocou a deturpação de uma suposta “natureza” dos protestos, por parte de alguns poucos manifestantes. Dessa forma, a narrativa do jornal explicou que essa distorção das manifestações fez com que a população as percebesse como “vandalismo”<sup>212</sup>.

Por sua vez, os manifestantes usavam plataformas populares da internet como o *twitter* e o *facebook* para confrontar essas narrativas. No dia vinte e dois de janeiro, a estudante Emanuele Madeira tuitou: “#Contraoamento catracaço dando muito certo descendo para a Av. Maranhão. População feliz loucamente.”<sup>213</sup>. A Avenida Maranhão é uma das principais avenidas do centro da cidade de Teresina, que conecta as zonas sul à norte e faz fronteira entre a capital e a cidade maranhense de Timon, demonstrando a expansão do movimento pelas principais vias urbanas.

Em outro perfil, foi destacada a criminalização dos protestos, Aracele Torres, “Esse país onde lutar pelos seus direitos é sempre caso de polícia! #Contraoamento

<sup>210</sup> NOVA... **Meio Norte**, 30 ago. 2011, p. B/7.

<sup>211</sup> SÓ BADERNA... **Meio norte**, 31 ago. 2011, p. B/4.

<sup>212</sup> MOBILIZAÇÃO... **O Dia**, 30 ago. 2011, p. 02.

<sup>213</sup> MADEIRA, Emanuele. “#Contraoamento catracaço dando muito certo descendo para a Av. Maranhão. População feliz loucamente”. 17 jan. 2012. Twitter: @malu\_madeira. Disponível < [https://twitter.com/malu\\_madeira/status/159375089559814144](https://twitter.com/malu_madeira/status/159375089559814144) > Acesso em: 10 set. 2017.

#pinheirinho”<sup>214</sup>. A postagem denunciava a criminalização dos movimentos e a atuação do Estado como repressor da luta por justiça social indica um grau de amadurecimento e fundamentação dos participantes, o que evidencia o nível de formação de expressiva parte dos sujeitos que integraram tal movimento.

A esta guerra de narrativas, deu-se o nome, por um lado de *netwar*, ou guerra virtual, onde,

através desta guerra, movimentos sociais ou pequenos grupos podem disputar a primazia da narrativa verdadeira com Estados, instituições e corporações conversando e argumentando com os mais variados membros que frequentam sua teia de páginas *web*, grupos de discussão, redes sociais, *blogs* e outras interfaces de comunicação distribuída<sup>215</sup>.

Desse modo, os manifestantes e entidades que participavam dos protestos conseguiram se contrapor à narrativa dos grandes meios de comunicação local, fazendo com que seus relatos também se fizessem conhecidos por parte da população.

**IMAGEM 12** – Uma manifestante tuita sobre a cobertura da imprensa sobre as manifestações.



Fonte: Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/LeiahLima/status/157959848020017153>

O twitter da jovem manifestante demonstra a desconfiança com que boa parte dos manifestantes tratou a cobertura por parte da imprensa teresinense. Usando a *hashtag* #ContraoamentoTHE, sua mensagem foi “retuitada”, ou seja, reenviada para outras listas de usuários por seis outros seguidores de seu perfil. É essa velocidade a um clique do usuário,

<sup>214</sup> TORRES, Aracele. “Esse país onde lutar pelos seus direitos é sempre caso de polícia! #Contraoamento #pinheirinho”. 22 jan. 2012. Twitter: @araceletorres. Disponível em: <<https://twitter.com/araceletorres>>, Acesso em: 10 set. 2017. online.

<sup>215</sup> Cleaver, 1999, Arquilla; Ronfeldt, 1996 apud MALINI, 2013, p. 159.

permitindo-lhe rápida propagação, que fez com que as redes sociais fossem usadas na contraposição da narrativa das grandes empresas de mídia que cobriam as manifestações.

Num clássico trabalho em que analisou o papel da imprensa brasileira na nossa formação democrática, a professora Maria Helena Rolim Capelato, teceu importantes considerações. Segundo a pesquisadora, a grande imprensa brasileira auto caracteriza-se como “liberal”, “independente” e como sendo a “vontade do povo”, porém é necessário que compreendamos que existe uma distância entre o discurso e a prática dessas organizações. Para Capelato,

O primeiro termo – liberal – sugere a ideia de liberdade. Mas esse conceito não pode ser tomado em abstrato e quando se fala em liberdade, é preciso indagar: liberdade para quem fazer o quê? Nos jornais a resposta é dada pelo proprietário – ele determina, em última instância, quem tem liberdade de fazer o quê. O termo – independente – também tem limites estabelecidos pelas ligações do dono do jornal com os governantes, grupos financiadores, anunciantes, leitores, grupos políticos e sociais. Todos exercem pressões sobre o jornal. No que se refere à verdade, já constatamos que o jornal exprime verdades e mentiras.<sup>216</sup>

Ou seja, é preciso compreender que um jornal possui uma opinião e um lado quando decide abordar um fato, e dessa forma, perde seu caráter de neutralidade que é por muitos erigida, como *conditio sine qua non*, da função da imprensa. Debate rico, que como sabemos também permeia o nosso fazer historiográfico. Como afirmou Botelho, o jornalismo é “simultaneamente uma forma de conhecermos a realidade e um indiscutível campo de batalha atravessado por interesses políticos e ideológicos”<sup>217</sup>.

Dessa forma, os usuários utilizaram-se das novas mídias de comunicação social para estabelecer uma verdade narrativa, onde constituíram afetos e conseguiram disseminar suas diversas visões dos fatos, sem lugar na mídia corporativa. As discrepâncias entre a versão dos jornais e as mídias de comunicação social no #Contraoamento era tão grande, que enquanto a primeira cristalizava a ideia de massacre, um periódico defendeu a ação da polícia no seu editorial. Para o jornal Meio Norte,

<sup>216</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988, p. 71.

<sup>217</sup> BOTELHO, Denilson. Por uma História social da imprensa. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides do; SANTOS, Maria Lindalva; MONTE, Regianny Lima (Orgs.). **Diluir Fronteiras: Interfaces entre História e Imprensa**. Teresina: EDUFPI, 2011, p. 20.

Muito tem se falado da truculência, da forma violenta ou das agressões que policiais militares promoveram contra manifestantes do ‘movimento’ que tomou as ruas de Teresina. Obviamente que não se poderia esperar da PM um tratamento carinhoso para quem obstrui vias públicas, patrocina baderna e vandaliza o patrimônio público.<sup>218</sup>

A maneira como o jornal abordou a violência policial cometida contra os manifestantes, relativizando o uso excessivo da força, bem como ironizando “tratamento carinhoso”, são demonstrativos claros da forma como o periódico tratou as manifestações. Não a toa, era um dos alvos favoritos dos manifestantes nas redes sociais. A esta verdadeira guerra de informações, foi dada o nome de (*infowar*), onde a “informação é usada para produzir efeitos de percepção”<sup>219</sup>. Através desses efeitos, um certo tipo de narrativa ganha a prerrogativa de verdade no campo da opinião pública.

**IMAGEM 13** – Usando seu perfil nas rede sociais, jovem ironiza a pauta de um dos programa mais conhecidos na televisão piauiense.



Fonte: Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/fabiopitombeira/status/157512404245291008>

Era muito comum na época do #Contraoaumento algumas pessoas acompanharem a cobertura da imprensa, tanto televisiva, quanto nos portais na internet, e na mídia impressa, e comentar nas redes sociais a forma como os protestos eram abordados. Quase sempre a denúncia nas redes sociais tratava de um aparente desfoco da imprensa. Em vez de discutir os

<sup>218</sup> O PAPEL... **Meio norte**, 13 jan. 2012, p. A/2.

<sup>219</sup> MALINI; ANTOUN, 2013, p. 159.

problemas de transporte público e as soluções para estes, para os manifestantes, a imprensa piauiense tratava apenas de abordar as consequências materiais dos protestos e discutir formas de encerrá-los. Em outro perfil, um manifestante defendeu os protestos, acusando a imprensa de tentar implantar uma atmosfera de temor.

**IMAGEM 14** – Pelo seu perfil no twitter, usuário defende os protestos.



Fonte: Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/SamDrade/status/157218535762952192>

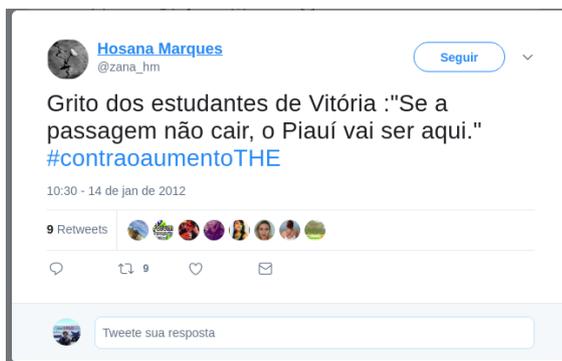
Dessa forma, é que compreendemos que as redes sociais tiveram um importante papel no processo de construção do #Contraoamento, num primeiro momento como canal de divulgação e aglomeração das manifestações, mas para, além disso, após o início das manifestações. Assim, a internet surgiu no cenário teresinense como um importante campo social de lutas sociais, no modelo de multidão de Hardt e Negri. Essa nova estratégia de confrontar um discurso homogêneo da grande imprensa local, foi significativo para que os protestos tivessem adesão popular, e constituísse outras versões do #Contraoamento, que conseguiram se contrapuser as narrativas da grande imprensa.

A vista disso, o #Contraoamento marcou o cenário teresinense na atualidade evidenciando uma cidade de contradições sociais, onde jovens estudantes, de diversas correntes de pensamento, ideias políticas e sociais, ou não, foram às ruas para impedir mais um aumento de tarifa de ônibus, mas que revelaram uma indignação ainda maior. Indignação com a forma de governar, com as representações políticas, e com o desenrolar de uma política urbana que cada vez mais segrega e retira direitos, como o de ir e vir, pela adesão de uma política tarifária austera.

Ao conseguir em 2011 fazer com que a prefeitura, pela primeira vez voltasse atrás em sua decisão a favor de um aumento, os manifestantes conseguiram implantar uma ideia ainda mais forte no seio das lutas populares teresinense. A ideia de que era possível através de lutas sociais de grande expressão conseguir vitórias populares. Teresina dessa forma entrou de

vez no ciclo de lutas que aconteceram naquele ano no Brasil e no mundo. Em uma rede social, uma jovem que aparenta morar no Espírito Santo, falou do exemplo piauiense.

**IMAGEM 15** – Jovem fala sobre a inspiração que os protestos de Teresina tiveram em outra localidade do Brasil.



Fonte: Twitter: Disponível em: [https://twitter.com/zana\\_hm/status/158164043142676480](https://twitter.com/zana_hm/status/158164043142676480)

Esses movimentos em rede que contestaram os aumentos na tarifa do transporte coletivo no Brasil e implantaram uma agenda própria naquele momento também se inspiraram em outros que aconteciam mundo afora e tinham suas próprias pautas. Em Teresina os protestos conseguiram ainda chamar a atenção do poder público e da imprensa para o gravíssimo problema da área dos transportes coletivos, colocando estes como um dos assuntos na primeira ordem do dia da agenda dos órgãos públicos piauienses. O tema das manifestações foi uma das principais pautas de debate nas eleições municipais em 2012.

Pela primeira vez se viu um poder público agir em resposta a uma mobilização popular na capital piauiense, que promoveu intensos protestos. A primeira dessas, sem dúvida foi elencar uma série de promessas como a implementação do Plano Diretor de Transportes de Teresina finalizado em 2008, e a promessa da realização de uma licitação pública para a exploração do transporte, pauta antiga de movimentos sociais de Teresina, e que jamais havia sido concretizado.

Apesar dessas promessas, foi a implantação, meio atabalhoada, do sistema de integração, sem dúvida, a conquista mais concreta dos protestos naquele ano. Teresina era uma das poucas capitais do país, que na época ainda não possuía um sistema que integrasse suas linhas, facilitando o deslocamento e os gastos com o transporte para a maioria da população que necessitava desses serviços. Inicialmente a integração que entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 2012 só integrava 33% das linhas de ônibus, a segunda passagem não era gratuita, tendo o passageiro que pagar ainda metade do valor da tarifa, e esse processo ainda

era limitado temporalmente, pois o passageiro precisava pegar o segundo ônibus no prazo de uma hora no máximo.

Essas condições iniciais muito impossibilitaram que a integração fosse vista com bons olhos, tanto foi assim, que elas foram elencadas como um dos motivos para a volta dos protestos naquele janeiro de 2012. Ao contrário de outras cidades, a integração teresinense não era feita em lugares físicos, nos chamados terminais de integração, mas sim através do cartão eletrônico, considerado uma forma muito mais moderna e barata, visto que a prefeitura não precisava construir nenhuma estrutura física. Ainda assim, o então prefeito de Teresina, Elmano Férrer não conseguiu se reeleger, onde muitas pessoas colocaram os protestos do #Contraoamento como um dos responsáveis por essa não reeleição de Elmano.

**Imagem 16** – Usuário de rede social comenta sobre o impacto do #Contraoamento na imagem política do então prefeito Elmano Férrer.



Fonte:

Twitter.

Disponível

em:

[https://twitter.com/ZazaS\\_/status/157913328545574913](https://twitter.com/ZazaS_/status/157913328545574913)

Por outro lado, o vencedor das eleições naquele ano foi o então deputado estadual Firmino Filho (PSDB), que já havia sido prefeito de Teresina em outras duas ocasiões, e membro do grupo político que desde a redemocratização brasileira administra a prefeitura de Teresina. Desse modo a nosso ver, é difícil medir o real impacto do #Contraoamento nas eleições daquele ano para prefeito. O partido do então deputado estadual Firmino Filho era o partido que mais administrou a capital piauiense, sempre contando com ampla maioria parlamentar na câmara dos vereadores, portanto, tendo grande participação no estado em que se encontrava o sistema de transportes coletivos da cidade. Nenhum candidato a vereador que se colocou na campanha como liderança dos protestos, também conseguiu se eleger naquela oportunidade.

Outra situação interessante que surgiu após os protestos do #Contraoamento foi o

congelamento do preço da passagem para os estudantes em R\$ 1,05 até o ano de 2017, quando a prefeitura novamente reajustou o preço. Em compensação a passagem inteira subiu gradualmente desde 2012, saindo de R\$ 2,10 para R\$ 3,60 em 2018. Isso significa que nesse intervalo, a tarifa de ônibus subiu em média R\$ 0,25 centavos por ano. Novos protestos ainda surgiram nos anos posteriores contra esses aumentos, ainda assim não chegaram perto de repetir a mobilização que aconteceu nos anos de 2011 e 2012, o que coloca a questão das formas de mobilização popular novamente no seio do debate desses movimentos sociais. A pergunta que todos ficaram fazendo, era como repetir os protestos de 2011 e 2012.

#### 4 Considerações finais

O século XX não terminou, mas o século XXI já começou. Os processos socioculturais e econômicos não guardam dia e hora para começar nem para se consumir. É desse pressuposto que tentamos perceber como as manifestações do #Contraoamento nos ajudam a entender esse momento de transição que vivemos atualmente, entre uma modernidade do século XX, e um paradigma ainda inominável para alguns, e para outros, intemporal<sup>220</sup>. Transição esta que afetou diretamente a forma como se produz e consome a cidade. Quando o #Contraoamento saiu do mundo virtual e ocupou as ruas, foi a problemática urbana, expressada num sistema de transportes segregador, que levou os jovens a problematizar a cidade em um novo espaço público de autonomia, nem só virtual, não só urbano, mas simultaneamente ambos.

A nosso ver, ao fim dessa jornada, as manifestações do #Contraoamento não começaram no dia trinta de agosto de 2011, mas começaram desde que a cidade foi concebida e construída como um espaço de segregação socioeconômico, começaram quando Teresina implantou um sistema de transportes coletivos como símbolo de status social que diferenciava “ricos” de “pobres” pelo lugar onde sentavam nos bondes<sup>221</sup>; começaram quando Teresina expandira-se em população e área, mas pouco se pensou em medidas que viessem a oferecer um serviço de qualidade para a população. Começaram quando moradores da zona sul da cidade fizeram piquetes na década de 1980 contra as mudanças no itinerário dos ônibus sem se quer terem sido comunicados pelos órgãos competentes.

Dessa forma compreendemos que o #Contraoamento é o resultado de uma conjuntura urbana que teve início bem antes, e apesar de ter novos capítulos num passado mais próximo, ainda tem como cerne a produção de um espaço urbano segregado. É dessa forma que autores como Vainer<sup>222</sup>, Maricato<sup>223</sup> ou Arantes<sup>224</sup>, entendem que o chamado planejamento urbano estratégico não representa nenhuma ruptura no seu resultado final, em relação ao período anterior, onde vigorou a ideologia da tecnocracia<sup>225</sup>.

A concepção da cidade *marketing* começou a ser implantada em Teresina nos anos 2000, numa data que ao mesmo tempo simbolizou dois tempos, o início do novo século e o

---

<sup>220</sup> CASTELLS, 2017.

<sup>221</sup> CARVALHO, 2008.

<sup>222</sup> VAINER, 2013.

<sup>223</sup> MARICATO, 2013a.

<sup>224</sup> ARANTES, 2013.

<sup>225</sup> VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÀK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos. **O Processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1999.

aniversário de cento e sessenta anos da cidade. Dessa forma, a “nova/velha” concepção criou um discurso de continuidade do progresso da capital piauiense, discursada como ordeira, de um povo feliz e acolhedor. Mas Teresina não é somente um povo de felicidade, e o #Contraoamento lembrou-nos, como já tinha dito o poeta Pierre Baiano que,

Teresina é uma mistura de metrópole e província; parece-se com Paris e com Timon, com São Raimundo Nonato e com o Rio de Janeiro, com São Paulo e até com Bacabal; aqui acontece coisas do arco da velha, prosaicas, lúdicas, anacrônicas, imorais, modernas, belas e violentas; é louca e pacata, tediosa e agitada.<sup>226</sup>

Os que marcharam pelas ruas representavam uma grande maioria de usuários que diariamente foram e ainda são expostos a um sistema de transportes concebido a atender interesses outros que não os da população atendida; de ônibus de péssimas condições, sempre lotados e com horários indefinidos, linhas que aparecem e somem em alguns meses e outras que começam a atender outros bairros ou localidades sem acréscimo de ônibus, prejudicando ainda mais o problema histórico das superlotações. O resultado disso é uma cidade que anualmente faz crescer sua frota de veículos próprios prejudicando o meio ambiente e o trânsito da cidade. O carro, ou a moto, em Teresina é visto como um objetivo de vida de grande parte dos moradores, que veem no ônibus um obstáculo a ser superado, relegado àqueles que não têm condições para sair da difícil vida urbana.

O #Contraoamento foi um evento emblema de uma cidade, por muitos, esquecida e que em setembro de 2011 e agosto de 2012 gritou contra mais um aumento tarifário, tido pelo poder público local como algo banal. A cidade que marchara não foi a da calma nem da hospitalidade, mas a cidade não discursada, a cidade que vive nas suas franjas e que teima em lutar por direitos. A cidade do #Contraoamento foi a de jovens anarquistas, *punks*, hippies, militantes de esquerda, secundaristas ou universitários, que mal tinham ideia de como agir, mas que deixavam sua indignação aflorar frente a cidade harmônica e a repressão que lhes semeava o medo. A cidade do #Contraoamento era a cidade caos da violência, das vilas e favelas; da especulação imobiliária que expulsa os moradores mais pobres para cada vez mais longe. Em suma, a cidade do #Contraoamento é Teresina em seu passado e presente, uma cidade que se autoproclama mélica, mas que é multifacetada.

---

<sup>226</sup> DIAS, Claudete Maria Miranda. Teresina sob o signo dos anos 80: Outro olhar. In: O Dia. **Teresina 150 anos**. Teresina: O Dia, [200?], p. 01.

Desde 2012 a prefeitura e o poder estadual anunciaram diversas medidas de interferência na área dos transportes e que posteriormente merecem novas considerações e análises. Em 2015 foi realizada a primeira licitação pública para a exploração do transporte coletivo, mas que teve como vencedores apenas as empresas que já exploravam o sistema anteriormente. Além disso, o preço da tarifa de ônibus aumentou praticamente todos os anos então, inflacionando bastante a já pequena renda dos usuários do transporte. Além disso, um novo sistema de integração mesclando espaços físicos com a integração eletrônica está sendo estabelecido.

Se por um lado o #Contraoamento foi o resultado de um processo urbano, por outro, isso não basta para que possamos compreender de que forma esses protestos tornaram-se singulares para entendermos um pouco desse novo momento histórico que as sociedades vivem. A era da informação em franco processo de expansão e consolidação vem transformando as mais diversas áreas da experiência humana. Os movimentos sociais desse modo, também passam por uma nova mudança em sua concepção, muito devido aos chamados movimentos multitudinários. As transformações tecnológicas proporcionam uma expansão na comunicação humana, alavancando a informação como o principal insumo da atividade econômica.

Não a toa, foi ela, a informação, que se tornou uma das trincheiras do movimento do #Contraoamento. A imprensa em geral, coube o papel de atuar em detrimento dos protestos, primeiramente entendendo os protestos como uma insatisfação legítima, e posteriormente como mera “baderna”, ou “confusão”. Via redes sociais os manifestantes por sua vez contra atacavam denunciando o viés conservador da abordagem da imprensa e construindo outros relatos através de vídeos, imagens e depoimentos compartilhados instantaneamente na rede mundial de computadores. As sociedades atuais diferenciam-se de suas predecessoras principalmente pelo uso das tecnologias que em geral, estão acelerando o tempo até uma percepção de tempo atemporal<sup>227</sup>.

No seu processo diário de construção, o #Contraoamento também empreendeu um novo cenário de ação coletiva, que fez com que uma miríade de grupos de jovens agissem e disputassem o protagonismo das manifestações. Com uma memória ainda em construção o #Contraoamento já possui seus mitos, falsos e verdadeiros líderes, pluralidade de relatos e entendimentos. Se por um ponto de vista esses movimentos podem ser lidos como movimentos multitudinários, conceito construído por Castells, e que nos faz entender como

---

<sup>227</sup> CASTELLS, 2017.

eles começam no mundo virtual e afloram as ruas, construindo uma experiência nova de movimentos populares, por outro o #Contraoamento também foi do “pessoal dos partidos”, a quem coube puxar e articular os primeiros atos.

Em suma, o #Contraoamento foi a soma de vários modelos de organização de ações diretas que possibilitou um novo agir, que num primeiro momento foi inidentificável para o poder público e imprensa. Uma soma de diferentes que criou não uma homogeneidade sufocante, mas uma heterogeneidade atuante. Como relatado por um manifestantes “ai estava vários grupos pela Frei, um na Maranhão, um na Frei e os partidos caminhando, teve momento que teve isso [...] então era uma relação que ela era caótica, a palavra era essa: caótica! Só que internamente quando você via, de uma perspectiva da manifestação estava sendo efetiva”<sup>228</sup>.

Portanto, a soma de dois tempos distintos que em transição, expressa o presente de nossas sociedades; um mundo que se quer global – paradigma informacional – que coexiste com um mundo de diferenças sociais, econômicas e culturais – breve século XX<sup>229</sup> – que teima em nos lembrar de que progresso pelo progresso não significou, nem significa a subtração dos nossos inúmeros problemas. Um processo de tamanha envergadura histórica não acontece num estourar de um cronômetro num último dia do ano, e sua transição, apesar de lenta, é visível. Os ciclos de luta iniciados no começo do século nos deram mostra desse momento de transição histórica.

Como sendo o primeiro protesto que conseguiu forçar o poder público a voltar atrás numa decisão o #Contraoamento serviu como uma espécie de modelo de protestos para outros, e toda vez que a prefeitura anunciou um aumento da tarifa de ônibus, uma espécie de nostalgia tomou de conta da cidade, e rapidamente se anunciou uma espécie de retorno dessas manifestações. Porém até hoje nenhuma manifestação teve o mesmo caráter, nem mesmo em 2013, quando centenas de jovens voltaram às ruas da cidade, pois desta vez o Brasil inteiro experimentou uma onda de protestos contra uma série de pautas generalizantes, e a manifestação que aqui ocorreu foi mais uma ressonância dos protestos que aconteciam em outras cidades.

---

<sup>228</sup> TORRES, Agostinho. **Entrevista concedida à Sthênio de Sousa Everton**. Teresina, ago. 2016.

<sup>229</sup> HOBBSAWM, 1995.

## 5 Referências Bibliográficas e fontes

- AGUIRRES ROJAS, Carlos Antonio. **Para compreender o século XXI**. Uma gramática de longa duração Porto Alegre: EDIPUCRS; Passo fundo: UPF, 2010.
- ALBURQUERQUE, Roberto Cavalcanti. **O Desenvolvimento Social do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.
- ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua nova**, São Paulo, n 76, 2009. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a03.pdf> >. Acesso em: 05 set. 2018.
- AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- ANDERSEN, Kurt. The protester. **Reviste Time**. 14 dez. 2011. Disponível em: < [http://content.time.com/time/specials/packages/article/0,28804,2101745\\_2102132,00.html](http://content.time.com/time/specials/packages/article/0,28804,2101745_2102132,00.html) >. Acesso em: 05 set. 2017.
- ANDRADE, Carlos Sait Pereira de. Sentidos e nexos conceituais da cidade contemporânea. In: LIMA, Antonia Jesuita (Org.). **Cidades brasileiras – atores, processos e gestão pública**. Belo Horizonte: Ática, 2007.
- ARANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos Bernardo; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, Rj: Vozes, 2013.
- \_\_\_\_\_. Otília Beatriz Fiori. Uma estratégia fatal. A cultura nas novas gestões urbanas. In: In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos Bernardo; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**. 8.Ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2013.
- ARAÚJO, Cristina Cunha de. **Trilhas e estradas: a formação dos bairros Fátima e Jockey Clube (1960-1980)**. Dissertação de Mestrado em História do Brasil. Universidade Federal do Piauí. 2009.
- AUGÉ, Marc. **Não lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. 6 ed. Campinas, Papirus, 2007.
- BERARDI, Franco. Auto-organização da inteligência coletiva global – uma estratégia para o movimento pós-Seattle-Gênova. ROSAS, Ricardo; SALGADO, Marcus. **Rizoma – Intervenção**. 2002. Disponível em: < <http://baixacultura.org/biblioteca/revistas/rizoma-intervencao/> >, Acesso em: 25 set. 2017.
- BOTELHO, Denilson. Por uma História social da imprensa. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides do; SANTOS, Maria Lindalva; MONTE, Regianny Lima (Orgs.). **Diluir Fronteiras:**

- Interfaces entre História e Imprensa. Teresina: EDUFPI, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand, 1989.
- CALVANTI, Lana de Souza (Org.). **Geografia da Cidade**: a produção do espaço urbano em Goiânia. Goiânia: Alternativa, 2001.
- CALVINO, Ítalo. **Cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das letras, 1990.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 17º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- CARVALHO, Mary Lúcia Alves de. **O Ônibus só sai depois que estiver cheio**: A evolução e as dificuldades do sistema de transporte urbano em Teresina (1930-1960). Rio de Janeiro: CBJE, 2008.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 17º ed. São Paulo: Paz&Terra, 2016.
- \_\_\_\_\_. Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. 2º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
- CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. **Novos estudos cebrap**, n. 45, jul. 1996, p. 152-166. p. 164.
- CERTEAU, Michel. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHAVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (Orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru, Sp: EDUSC, 1999.
- CHAVES, Monsenhor. **Cadernos históricos**. Teresina: FCMC, 1994.
- CHICARINO, Tathiana Senne; POTY, Clarissa Matos. Multidão e movimentos de resistência em rede: o caso #ContraoAumento em Teresina. **Aurora**: revista de arte, mídia e política. São Paulo, v 10, nº 29, p. 7-32, jun-set, 2017. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/33737/23983> >, Acesso em: 15 abr, 2018.
- COMITÊ INVISÍVEL. **Aos nossos amigos**: Crise e Insurreição. São Paulo: N-1 Edições, 2016.
- CORRÊA, Lobato. **O Espaço Urbano**. Rio de Janeiro: Ática, 1989.
- DEÁK, Csaba. Transporte público, uma condição de desenvolvimento. **Caros Amigos**, edição eletrônica. Maio, 2006.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs.). **História do Tempo Presente**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

DIAS, Claudete Maria Miranda. Teresina sob o signo dos anos 80: Outro olhar. In: O Dia. **Teresina 150 anos**. Teresina: O Dia, [200?].

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a Voz popular**: Movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

DRAIBE, Sonia Maria. **Qualidade de vida e reformas de programas sociais**: O Brasil no cenário latino-americano. *Lua nova*: Revista de Cultura e Política. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451993000300002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451993000300002)>, Acesso em:06/06/2017.

FAÇANHA, Antônio Cardoso. Planejamento Estratégico e mercado urbano: Teresina em questão. In: LIMA, Jesuíta. **Cidades Brasileiras** – atores, processos e gestão pública. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 199-212.

\_\_\_\_\_. Antônio Cardoso; SOUSA, Mario Ângelo de Meneses (Orgs.). **Indicações geográficas e temas em foco**. Teresina: EDUFPI, 2011.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História Oral: velhas questões, novos desafios. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 177-194.

\_\_\_\_\_. Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/517.pdf](http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/517.pdf)>, Acesso em: 21/09/2016.

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. **O recinto do elogio e da crítica**: maneiras de durar de Alberto Silva na Memória e na História do Piauí. Teresina: EDUFPI, 2015.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis, Rj: Vozes, 2015.

\_\_\_\_\_. Maria da Glória. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. Depois de “depois de aprender com a História”, o que fazer com o passado agora? In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdei Lopes de (orgs.). **Aprender com a História**: o passado e o futuro de uma questão. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

HALLBACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: MARICATO, Ermínia. **Cidades Rebeldes**: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 27-34.

\_\_\_\_\_. David. **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HOBBSAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

\_\_\_\_\_. Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

JENKINS, Henry. **Cultura da conexão: criando valor e significado por meio da mídia propagável**. São Paulo: Aleph, 2014.

LE BON, Gustave. **Psicologia das massas**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.

LIMA, Antônia Jesuíta de. **Favela Cohebe: uma história de luta por habitação popular**. Teresina: EDUFPI, 1996.

\_\_\_\_\_. Antônia Jesuíta de. **As multifaces da pobreza: formas de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos**. Teresina: Halley, 2003.

\_\_\_\_\_. Antônia Jesuíta de (Org.). Políticas urbanas, governos locais e segregação socioespacial: Alcances e limites das novas intervenções públicas. In: LIMA, Antônia Jesuíta de. **Cidades Brasileiras**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 251-282.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: contexto, 2015.

MALINI, Fabio; ANTOUN, Henrique. **A Internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MARICATO, Ermínia. **A política habitacional do regime militar**. Petrópolis: Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. Ermínia. **O Impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

\_\_\_\_\_. Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

\_\_\_\_\_. Ermínia. É a questão urbana, estúpido. In: MARICATO, Ermínia (Org.). **Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013, 19-26.

\_\_\_\_\_. Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos Bernardo; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 8. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando Antonio. Capitalismo Tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História da vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1998. Vol 4.

MONTE, Regianny Lima. **A cidade esquecida: (res) sentimentos e representações dos pobres em Teresina na década de 1970**. Dissertação de Mestrado em História do Brasil. Universidade Federal do Piauí. 2010.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, Memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 32-47.

MOVIMENTO PASSE LIVRE, São Paulo. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo: Movimento Passe Livre – São Paulo. In: MARICATO, Ermínia. **Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 13-18.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Cajuína e Cristalina: as transformações espaciais vistas pelos cronistas que atuaram nos jornais de Teresina entre 1950 e 1970. **Revista Brasileira de História**. Vol. 27, nº 53, São Paulo, Jan/Jun. 2007. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v27n53/a02v5327.pdf> >, Acesso em: 05/05/2017.

\_\_\_\_\_. Francisco Alcides do. **A cidade sob o fogo: Modernização e Violência Policial em Teresina (1937-1945)**. Teresina: EDUFPI, 2015.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. Antonio; \_\_\_\_\_. Michael. **Declaração – Isto não é um manifesto**. São Paulo: N-1 Edições, 2014.

\_\_\_\_\_. Antonio; \_\_\_\_\_. Michael. **Multidão: Guerra e Democracia na era do Império**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

NEGRI, Antonio. Para uma definição ontológica da Multidão. **Lugar comum**. n. 19-20, 2004. Disponível em: < [http://uninomade.net/wp-content/files\\_mf/113003120823Para%20uma%20defini%C3%83%C2%A7%C3%83%C2%A3o%20ontol%C3%83%C2%B3gica%20da%20multid%C3%83%C2%A3o%20-%20Antonio%20Negri.pdf](http://uninomade.net/wp-content/files_mf/113003120823Para%20uma%20defini%C3%83%C2%A7%C3%83%C2%A3o%20ontol%C3%83%C2%B3gica%20da%20multid%C3%83%C2%A3o%20-%20Antonio%20Negri.pdf) > Acesso em: 10 jan. 2018.

NERY, Laura Moutinho. Caricatura: cartilha do mundo imediato. **Semear (PUCRJ)**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 127-144, 2002. Disponível em: < [http://www.letras.puc-rio.br/unidades&nucleos/catedra/revista/7Sem\\_10.html](http://www.letras.puc-rio.br/unidades&nucleos/catedra/revista/7Sem_10.html) >, Acesso em: 10 fev. 2018, online.

OLIVEIRA, Marcelo Gonçalves de. **(RE) Projetando Teresina: Da favela ao Bairro (1969-1999)**. Monografia de história. Universidade Federal do Piauí. 2009.

ORRICO FILHO, Rômulo Dante. **Ônibus urbano: Regulamentação e Mercados**. Brasília: L.G.E., 1996.

PESAVENTO, Sandra Jataty. Cidades invisíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, Vol. 27, nº 53, São Paulo, Jan/Jun. 2007. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v27n53/a02v5327.pdf> >, Acesso em: 05 jun. 2017.

- PROST, Antoine. **Doze lições sobre a História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- PORTELLI, Alessandro. O Massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): Mito e política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 103-130.
- RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU, Agnès; Tétard, Philippe. (Orgs.). **Questões para a História do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- RODRIGUES NETO, Edmundo Ximenes. **Governo Municipal e Movimentos Sociais na gestão da moradia em Teresina**: Um exame das experiências das Vilas Alto da Ressurreição e Irmã Dulce. Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas. Universidade Federal do Piauí. 2005.
- RODRIGUES NETO, Edmundo Ximenes; LIMA, Antônia Jesuíta. Padrão de relações entre atores sociais urbanos na gestão da moradia: a experiência de Teresina nos anos 1990. In: LIMA, Antônia Jesuíta de. **Cidades Brasileiras – atores, processos e gestão pública**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 229-250.
- ROUSSO, Henry. Sobre a História do Tempo presente. In: AREND, Silvia Maria Fávero; MACEDO, Fabio. Entrevista. **Revista Tempo e Argumento**. V,1, n.1, jan/jun-2009. Disponível em: < <http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/705/608> >, Acesso em: 05 jan, 2018.
- SOUSA NETO, Marcelo de. Moradia popular e eleições: o conjunto Itararé e as disputas eleitorais em Teresina-PI (1978-1996). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 8, n. 19,p. 209-235. set./dez. 2016. Disponível em: < <http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180308192016209> >. Acesso em: 06 jan. 2017.
- VAINER, Carlos Bernardo. Pátria, Empresa e Mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otilia Beatriz Fiori; VAINER, Carlos Bernardo; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 8. Ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2013.
- \_\_\_\_\_. Carlos Bernardo. Os liberais também fazem planejamento? Glosas ao “Plano estratégico da cidade do Rio de Janeiro”. In: ARANTES, Otilia Beatriz Fiori ; VAINER, Carlos Bernardo; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 8.Ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2013.
- VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In:

DEÀK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos. **O Processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1999, p. 169-244.

## FONTES

### *Documentos Oficiais e relatórios particulares*

BRASIL. **Lei nº10.257**, de 10 de julho de 2001. Estatuto da cidade e legislação correlata. 2 ed. Brasília: Senado Federal, subsecretaria de edições técnicas, 2002.

CONTÉCNICA LTDA. **Plano de Transportes de Teresina – PTT**. Plano de ação imediata de tráfego – PAIT. Recife-PE: Contécnica, 1977.

EMPRESA BRASILEIRA DE PLANEJAMENTO DE TRANSPORTES. **Plano Diretor de Transportes Urbanos**. Teresina: GEIPOT, 1985.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. **Relatório – R2 – Políticas e Estratégias/Programas de ação imediata**. Recife, PE: INAD. 1984.

IBGE. **IX Recenseamento Geral do Brasil – 1980: Censo Demográfico Mão-de-obra Piauí**. Rio de Janeiro: IBGE, 1983.

TERESINA. **II Plano Estratégico de Teresina**. Teresina: Câmara Municipal de Teresina, 1988.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal de. **Censo de Vilas e Favelas I**. Teresina: PMT, 1994.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal de. **Censo de Vilas e Favelas II**. Teresina: PMT, 1996.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal de. **Censo de Vilas e Favelas III**. Teresina: PMT, 1999.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. **Agenda 2015**. Teresina: PMT, 2002.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal de. **Plano de Requalificação Urbana de Teresina**. [2009?]. Teresina: PMT. Disponível em: < <http://semplan.teresina.pi.gov.br/planos-diretores-3/> >, Acesso em: 05 set. 2017.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal de. **Plano Diretor de Transportes e Mobilidade Urbana de Teresina**. Relatório final. [2008]. Disponível em: < <http://semplan.teresina.pi.gov.br/planos-diretores-3/> >, Acesso em: 05 set. 2017.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. **Lei Orgânica do Município**. Teresina: Câmara Municipal de Teresina, 2011.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal de. **Plano Diretor Cicloviário Integrado**. [2015]. Teresina: PMT. Disponível em: < <http://semplan.teresina.pi.gov.br/planos-diretores-3/> >, Acesso em: 05 set. 2017.

*Fontes Hemerográficas*

- AUDITORIA em planilha pode provocar revogação de decreto das passagens. **O Dia**, Teresina, 08 set. 2011, p. 05.
- AUMENTO da passagem. **O Dia**, Teresina, 27 ago. 2011, p. 07.
- AUMENTO da tarifa pega de surpresa usuários de ônibus. **Diário do Povo**, Teresina, 28 ago. 2011, p. 05.
- AUMENTO é abusivo. **O Dia**, Teresina, 26 de abr. 1997, p. 09.
- AO seu tempo. **O Dia**, Teresina, 03 jan. 2012, p. 03.
- COMEÇA o sistema de integração. **Diário do Povo**, Teresina, 01/02 jan. 2012, p. 12.
- CONSÓRCIO de empresas prejudica o transporte. **O Dia**, Teresina, 04. abr, 1988, p. 07.
- DUAS novas secretarias na prefeitura de Teresina. **O Dia**, Teresina, 01 jan. 2012, p. 02.
- EMPRESAS de ônibus não voltam o troco. **O Dia**, 03 jan. 1980, p. 13.
- ESTUDANTES fazem quebra-quebra durante protesto. **Diário do Povo**, Teresina, 30.ago, 2011, p. 09.
- ESTUDANTES planejam nova manifestação para hoje. **O Dia**, Teresina, 30 ago. 2011, p. 03.
- ESTUDANTES depredam ônibus no centro. **Meio Norte**, Teresina, 31 de ago, 2011, p. B/6.
- FLAGELADOS dizem que vão resistir a mudança. **O Dia**, 27. jul, 1985, p. 01.
- FOCO e legitimidade. **O Dia**, Teresina, 06 jan. 2012, p. 06.
- FÓRUM diz que protestos vão continuar. **Meio Norte**, Teresina, 19 jan. 2012, p. B/8.
- GRATUIDADE na segunda passagem. **Meio Norte**, Teresina, 18 de jan. 2012, p. A/4.
- INTEGRAÇÃO começa hoje e marca avanço no transporte. **Meio Norte**, Teresina, 01 jan. 2012, p.01.
- LOJISTAS do centro foram prejudicados com manifestações. **Meio Norte**, Teresina, 08 jan. 2012, p. B/6.
- MANIFESTANTES presos nos protestos #Contraoamento já estão em liberdade. **O Dia**, Teresina, 13 jan. 2012, p. 10.
- MOVIMENTO popular será discutido numa reunião. **O Dia**, Teresina, 05. jul, 1988, p. 13.
- MOBILIZAÇÃO estudantil. **O Dia**, Teresina, 30 ago. 2011, p. 02.
- NOVA manifestação vai acontecer na quinta-feira. **Meio Norte**, Teresina, 30 ago. 2011, p. B/7.
- NOTÍCIA indesejada. **O Dia**, Teresina, 28 ago. 2011, p. 06.

OAB considera fianças arbitrárias e vai protestar. **O Dia**, Teresina, 13 jan. 2012, p. 10.

O PAPEL da pm. **Meio Norte**, Teresina, 13 jan. 2012, p. A/2.

OS COLETIVOS e seus usuários. **O Dia**, 23 jan. 1980, p. 13.

OMISSÃO entrega Teresina ao caos. **O Dia**, Teresina, 02 set. 2011. p. 01.

O MUNDO mudou. **Diário do Povo**, Teresina, 02. ago, 2011, p. 02.

PASSAGEIRO agredido. **O Dia, Teresina**, 23 jan 1980, p. 08.

PASSAGEM de ônibus mais cara a partir de amanhã. **O Dia**, Teresina, 05 ag. 1988, p. 13.

PESQUISAS. **Meio Norte**, Teresina, 01jan. 2012, p. A/3.

PREFEITO suspende por 30 dias reajuste da passagem de ônibus. **O Dia**, Teresina, 03 set. 2011, p. 03.

PROTESTOS transformam Frei Serafim em praça de guerra. **O Dia**, Teresina, 06 jan. 2012, p. 05.

REAJUSTE do preço da passagem causa protesto. **O Dia**, Teresina, 01. abr. 1990, p. 08.

RINDO à toa. **Meio Norte**, Teresina, 01 jan. 2012, p. A/3.

SETUT culpas meias e falta de isenção fiscal por alto preço da tarifa. **O Dia**, Teresina, 11 set. 2011, p. 04.

SÓ BADERNA. **Meio Norte**, Teresina, 31 ago. 2011, p. B/4.

STJ vai decidir valor da passagem de ônibus. **Meio Norte**, Teresina, 18 ago, 2011, pag A/3.

TERESINA . **O Dia**, Teresina, 28 ago. 1993, p.05.

7º DIA de protestos é marcado por prisões e apreensões de manifestantes. **O Dia**, Teresina, 11 jan. 2012, p. 08.

#### *Fontes Orais*

FREITAS, Rafael Veloso. **Rafael Veloso Freitas**: entrevista [mar. 2016]. Entrevistador: Sthênio de Sousa Everton. Teresina: UFPI, 2016. 1 arquivo digital sonoro. Entrevista concedida ao projeto Cidade do #Contraoamento: 2016, (44min).

TORRES, 2016, Agostinho. **Agostinho Torres**: entrevista [mar. 2016]. Entrevistador: Sthênio de Sousa Everton. Teresina: UFPI, 2016. 1 arquivo digital sonoro. Entrevista concedida ao projeto Cidade do #Contraoamento: 2016, ( 61min).

MATHEUS, Luan. **Luan Matheus**: entrevista [mar. 2018]. Entrevistador: Sthênio de Sousa Everton. Teresina: UFPI, 2018. 1 arquivo digital sonoro. Entrevista concedida ao projeto Cidade do #Contraoamento: 2018, (108 min).

*Fontes oriundas da internet*

BEATRIZ, Helena. **Histórico dos dias na Custódia**. 2012. Disponível em: < <https://www.facebook.com/helena.beata/posts/261193460613281> >, Acesso em: 15 jan. 2018.

CEPIMAR. **Banco de dados**. Fortaleza. Disponível em: < [http://www.fetrans.org.br/site/?page\\_id=470](http://www.fetrans.org.br/site/?page_id=470) >, Acesso em: 20 ago. 2016.

GOMES, Miriam. Lagoas do norte: comunidade retoma luta pela permanência. **Capital Teresina**. Teresina, 01 ago. 2015. Disponível em: < <http://www.capitalteresina.com.br/noticias/teresina-163-anos-urbanizacao-x-hi/lagoas-do-norte-comunidade-retoma-luta-pela-permanencia-30122.html> >. Acesso em: 05 nov. 2017.

MADEIRA, Emanuele. “#Contraoamento catracaço dando muito certo descendo para a Av. Maranhão. População feliz loucamente”. 17 jan. 2012. Twitter: @malu\_madeira. Disponível < [https://twitter.com/malu\\_madeira/status/159375089559814144](https://twitter.com/malu_madeira/status/159375089559814144) > Acesso em: 10 set. 2017.

MARGHELLA, Furtado. Melhoria ou exclusão? Moradores protestam contra ampliação de avenida em Teresina. **OitoMeia**. Teresina, 11 dez. 2017. Disponível em: < <https://www.oitomeia.com.br/noticias/2017/12/11/melhoria-ou-exclusao-moradores-protestam-contr-a-ampliacao-de-avenida-em-teresina/> >. Acesso em: 05 jan. 2018.

PEDROSA, Robert. PREFEITURA DE TERESINA DIRÁ ATÉ O MEIO-DIA DESTA QUINTA SE REDUZ O VALOR DA TARIFA. **Portalodia.com**. Disponível em: < <https://www.portalodia.com/noticias/politica/contra-o-aumento-em-3o-dia-de-protestos-estudantes-querem-bloquear-ponte-da-frei-serafim-117424.html> >, Acesso em: 30 jan, 2017.

TORRES, Aracele. “Esse país onde lutar pelos seus direitos é sempre caso de polícia! #Contraoamento #pinheirinho”. 22 jan. 2012. Twitter: @araceletorres. Disponível em: <<https://twitter.com/araceletorres> >, Acesso em: 10 set. 2017.

